

**Prospecto Definitivo de Distribuição Pública da 10ª Série de Quotas Seniores e da
1ª Série de Quotas Mezanino do
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA EXODUS I
CNPJ/MF nº 07.399.646/0001-32**

Classificação de Risco das Quotas Seniores – Standard & Poor's brAAf
Classificação de Risco das Quotas Mezanino – Standard & Poor's brBBBf
ISIN DAS QUOTAS SENIORES Nº BREXODCTF072
ISIN DAS QUOTAS MEZANINO Nº BREXODCTF080



DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA 10ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES E DA 1ª SÉRIE DE QUOTAS MEZANINO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM
DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA EXODUS I (A “OFERTA”), TOTALIZANDO:

R\$ 70.000.000,00

(setenta milhões de reais)

O Fundo destina-se a adquirir, preponderantemente, duplicatas e cheques originados por empresas com sede no país que atuem nos setores industrial, comercial ou de prestação de serviços no Brasil (os “Direitos de Crédito”).

Serão objeto de distribuição pública pela Administradora 600 (seiscentas) Quotas Seniores e 100 (cem) Quotas Mezanino, ambas com Valor Unitário de Emissão de R\$100.000,00 (cem mil reais), em mercado de balcão não organizado, perfazendo o valor total de R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais).

O Fundo foi constituído em 12 de maio de 2005 e seu regulamento e respectivo ato de constituição foram registrados no 2º Cartório de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, em 12 de maio de 2005, sob o nº 3.072.477 (o “Regulamento”). O Regulamento foi alterado em 31 de agosto de 2005, em 03 de fevereiro de 2006, em 12 de fevereiro de 2007, em 18 de maio de 2007, em 21 de novembro de 2007, em 14 de dezembro de 2007, em 08 de janeiro de 2008, em 18 de janeiro de 2008, em 31 de outubro de 2008, em 05 de março de 2009 e em 08 de maio de 2009, por meio de instrumentos de aditamento registrados no 2º Cartório de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, sob o nºs 3.100.145, 7.612.409, 9.178.910, 3.260.168, 10.215.923, 3.338.891, 3.338.891, 3.345.247, 3.388.271, 3.397.719 e 3.402.687, respectivamente. Em 03 de novembro de 2008, a Administradora protocolou na CVM pedido de registro automático da Oferta, nos termos do artigo 20, Parágrafo 1º da Instrução CVM 356, sendo o registro definitivo da presente oferta concedido em **18 de novembro de 2008**, sob os nºs CVM/SRE/RFD/2008/067 e CVM/SRE/RFD/2008/068 relativos à distribuição pública das Quotas Seniores e da Quotas Mezanino, respectivamente. O Fundo é administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na Avenida Juscelino Kubitschek 50, 5º e 6º andares, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (“Administradora” ou “Coordenadora”).

O investimento no Fundo sujeita o investidor a riscos, conforme descrito na seção “FATORES DE RISCO”, nas páginas 63 a 67 deste Prospecto. Ainda que a Administradora mantenha um sistema de gerenciamento de riscos da carteira de investimentos do Fundo (a “Carteira”), não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas no Fundo ou para o investidor. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. O Fundo não conta com garantia de seu Administrador, do Custodiante, de suas Partes Relacionadas, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

Todo Quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de Termo de Adesão, que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento do Fundo, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, da sua política de investimento, da composição da Carteira, da Taxa de Administração devida à Administradora e à Gestora, dos riscos associados ao investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no Patrimônio Líquido do Fundo, e, conseqüentemente, de perda do capital, parcial ou total, investido pelo investidor.

Este fundo de investimento utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento, exclusivamente para fins de “hedge”, conforme o Capítulo VII do Regulamento do Fundo. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para os Quotistas.



“Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para fundos de investimento, bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das Quotas deste Fundo de Investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários ou da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, da Administradora ou das demais instituições prestadoras de serviços.”

ADMINISTRADORA E COORDENADORA

GESTORA



CUSTODIANTE



ASSESSORES LEGAIS

SOUZA, CESCON AVEDESIAN, BARRIEU E FLESCH
Advogados

AUDITOR INDEPENDENTE



A data deste Prospecto Definitivo é 17 de julho de 2009.

A Coordenadora desta emissão é a Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avisos – ANBID

“A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura”.

“O investimento no Fundo apresenta riscos para o investidor. Ainda que a Administradora e a Gestora mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor.”

“Antes de tomar sua decisão de investir no Fundo, recomenda-se ao investidor a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, para um entendimento completo a respeito do objetivo do Fundo, da sua política de investimento e dos riscos a que o Fundo está exposto.”

“O Fundo de que trata este Prospecto não conta com garantia da Administradora, da Gestora, do Custodiante ou de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos.”

“O tratamento tributário aplicável ao investidor deste Fundo depende do período de aplicação do investidor, bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do imposto de renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor.”

“Considerações sobre estimativas e declarações futuras: quaisquer expectativas de recebimento de fluxos de caixa advindos dos Direitos de Crédito adquiridos, previsões e estimativas aqui contidas são previsões e se baseiam em certas presunções que a Administradora e a Gestora consideram razoáveis. Expectativas são, necessariamente, por natureza, especulativas, e é possível que algumas ou todas as premissas em que se baseiam as expectativas não se concretizem ou difiram substancialmente dos resultados efetivos. Nesse sentido, as expectativas são apenas estimativas. Resultados efetivos podem diferir das expectativas, e tais diferenças podem acarretar prejuízo para o Fundo e para seus Quotistas.”

“Este Fundo utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em significativas perdas patrimoniais para seus Quotistas”

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

<i>DEFINIÇÕES</i>	7
<i>IDENTIFICAÇÃO DA ADMINISTRADORA E COORDENADORA E DOS DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO</i>	13
<i>DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA E COORDENADORA DO FUNDO</i>	14
<i>CARACTERÍSTICAS DA OFERTA</i>	15
<i>DESCRIÇÃO DE RELAÇÕES SOCIETÁRIAS OU LIGAÇÕES CONTRATUAIS RELEVANTES</i>	18
CONFLITO DE INTERESSES	19
<i>PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS</i>	20
MONTANTE TOTAL DA OFERTA E REGIME DE DISTRIBUIÇÃO.....	20
INÍCIO E ENCERRAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS	20
NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS	20
CRONOGRAMA DA OFERTA.....	21
DISTRIBUIÇÃO PARCIAL	21
MODIFICAÇÃO DA OFERTA.....	21
<i>CARACTERÍSTICAS DO FUNDO</i>	23
O FUNDO	23
BASE LEGAL.....	23
PÚBLICO ALVO.....	23
APLICAÇÃO DOS RECURSOS	23
OBJETIVO DE INVESTIMENTO.....	24
POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA	24
CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO.....	25
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27
DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO	27
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO.....	28
ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS	29
<i>CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS</i>	30
FORMA E ESPÉCIE.....	30
EMIÇÃO DE QUOTAS SENIORES	30
EMIÇÃO DE QUOTAS MEZANINO	30
EMIÇÃO DE QUOTAS SUBORDINADAS	31
EMIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS	31
AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE QUOTAS	32
PAGAMENTO AOS QUOTISTAS	34
METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO	34
ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA	35
LIQUIDAÇÃO DO FUNDO	37
EVENTOS DE AVALIAÇÃO	37
EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO.....	38
ASSEMBLÉIA GERAL	39
COMPETÊNCIA	39
PROCEDIMENTO DE CONVOCAÇÃO.....	39
REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO	41
IOF.....	41
IMPOSTO DE RENDA.....	41
ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO.....	44
INFORMAÇÕES REFERENTES À SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA	44

PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO	46
CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO	46
GESTÃO	49
AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	50
AUDITORIA	50
SUBSTITUIÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO	50
POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES	51
ATENDIMENTO AOS QUOTISTAS	51
<i>ESTRUTURA DA OPERAÇÃO</i>	52
FLUXOGRAMA FINANCEIRO	52
<i>CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS DE CRÉDITO</i>	53
DIREITOS DE CRÉDITO	53
ORIGINAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO	53
CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO	53
TITULARIDADE DOS DIREITOS DE CRÉDITO	53
FORMALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS DIREITOS DE CRÉDITO	54
PRÉ-PAGAMENTO DOS DIREITOS DE CRÉDITO	54
RECOMPRA DOS DIREITOS DE CRÉDITO	54
NÍVEIS DE CONCENTRAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO	55
POLÍTICA DE COBRANÇA	55
RESCISÃO E RESTITUIÇÃO DO PREÇO DE AQUISIÇÃO	55
GARANTIAS	55
<i>SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS</i>	56
CONTRATO DE CESSÃO PADRÃO	56
CONTRATO DE CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO DE QUOTAS	56
CONTRATO DE GESTÃO	56
CONTRATO DE SERVIÇOS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	56
CONTRATO COM EMPRESA DE AUDITORIA	56
<i>CARACTERÍSTICAS DA PERFORMANCE DA CARTEIRA</i>	58
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E HISTÓRICO	60
<i>FATORES DE RISCO</i>	63
RISCOS RELATIVOS AO INVESTIMENTO NO FUNDO	63
RISCOS RELATIVOS AOS DIREITOS DE CRÉDITO	65

ANEXOS

Anexo	Documento	Página
Anexo I	Regulamento do Fundo	69
Anexo II	Instrumento Particular de Alteração dos Suplementos da 10ª Emissão de Quotas Seniores e da 1ª Emissão de Quotas Mezanino do Fundo.	131
Anexo III	Suplemento da 10ª Série de Quotas Seniores do Fundo	134
Anexo IV	Suplemento da 1ª Série de Quotas Mezanino do Fundo	136
Anexo V	Declaração do Diretor Responsável	138
Anexo VI	Súmula de Classificação de Risco	140
Anexo VII	Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 30 de abril de 2008	154
Anexo VIII	Informações Periódicas Trimestrais relativas ao período encerrado em setembro de 2008	177

DEFINIÇÕES

Os termos iniciados em letra maiúscula e utilizados neste Prospecto (estejam no singular ou no plural), que não sejam definidos neste Prospecto, tem os significados a eles atribuídos no Regulamento e no Contrato de Cessão.

Administradora	É a Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek nº 50, 5º e 6º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.918.160/0001-73, ou sua sucessora a qualquer título;
Agência de Classificação de Risco	Standard & Poor's Rating Services, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar, Pinheiros, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0001-40, ou sua sucessora, a qualquer título;
Agente Escriturador	É o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, ou seu sucessor a qualquer título;
Amortização Programada	É a amortização parcial das Quotas Seniores promovida pelo Fundo nas Datas de Amortização, conforme previsto no Suplemento da respectiva série;
Assembléia Geral	É a Assembléia Geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do Capítulo XXI do Regulamento;
ANBID	Associação Nacional de Bancos de Investimento;
Ativos Financeiros	São os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros distintos dos Direitos de Crédito, que compõe o Patrimônio Líquido do Fundo;
BACEN	Banco Central do Brasil;
Base de Dados:	É a base de dados que contém dados e informações relativas aos Direitos de Crédito e aos Clientes, mantida pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia;
Bovespa	Bolsa de Valores de São Paulo;
Carteira	Carteira de Investimentos do Fundo;
CDI	É a Taxa média diária dos depósitos interfinanceiros de um dia (CDI Extra-Grupo), apurada e divulgadas pela CETIP, expressas na forma

	percentual e calculadas diariamente, sob a forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 Dias Úteis;
Cedentes	São todas as pessoas físicas ou jurídicas que cedem os Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos dos respectivos Contratos de Cessão;
CETIP	É a CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;
Conta de Arrecadação	É a conta corrente a ser aberta e mantida pelo Fundo em uma instituição financeira aprovada em conjunto pela Administradora e pela Gestora, que será utilizada para o recebimento da totalidade dos recursos oriundos da liquidação dos Direitos de Crédito;
Conta do Fundo	É a conta corrente a ser aberta e mantida pelo Fundo em uma instituição financeira aprovada em conjunto pela Administradora e pela Gestora, que será utilizada para todas as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive para pagamento das Obrigações do Fundo;
Contrato de Cessão	É cada um dos contratos de cessão de Direitos de Crédito celebrados entre o Fundo, a Administradora e a respectiva Cedente;
Contrato de Custódia	É o Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia de Valores Mobiliários e Ativos financeiros para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, firmado em 12 de maio de 2005, entre o Custodiante e a Administradora em nome do Fundo;
Contrato de Escrituração	É o Contrato de Emissão e Controle de Quotas Escriturais de Fundos de Investimentos, firmado em 12 de maio de 2005, entre o Agente Escriturador e a Administradora, em nome do Fundo;
Contrato de Gestão	É o Contrato de Prestação de Serviços de Gestão de Carteira de Fundo de Investimento e Outras Avenças celebrado entre o Fundo e a Gestora;
Contrato de Serviços de Auditoria Independente	É a Proposta de prestação de serviços da KPMG Auditores Independentes, aceita em 22 de novembro de 2007, pela Administradora;
Contrato de Serviços de Classificação de Risco	É o contrato para elaboração de classificação de risco das Quotas Seniores e Quotas Mezanino do Fundo, firmado entre a Agência de Classificação de Risco e Administradora;
Critérios de Elegibilidade	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 28 do Regulamento;
Custodiante	É o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 13º, 14º e 15º andares, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11, ou seu sucessor a qualquer título;

CVM	É a Comissão de Valores Mobiliários;
Datas de Amortização	São as datas das Amortizações Programadas previstas em cada Suplemento, quando for o caso;
Data de Aquisição e Pagamento	É a seguinte data: (i) data de verificação pelo Custodiante do atendimento, pelos Direitos de Crédito, aos Critérios de Elegibilidade; ou (ii) a data de pagamento do Preço de Aquisição; o que ocorrer por último;
Data de Emissão de Quotas	É a data em que os recursos decorrentes da integralização de cada série de Quotas Seniores, ou da integralização das distribuições de Quotas Subordinadas, são colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do Fundo, e que deverá ser, necessariamente, um dia útil;
Data de Resgate	É a data em que se dará o resgate integral de cada série de Quotas Seniores e de Quotas Mezanino, indicada no Suplemento da respectiva série;
Direitos de Crédito	São todos os direitos de crédito adquiridos ou a serem adquiridos pelo Fundo, de acordo com as condições previstas no Regulamento;
Diretor Designado	É o diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a relativas ao Fundo;
Disponibilidades	São todos os ativos de titularidade do Fundo com liquidez diária, incluindo, mas não se limitando, aos recursos disponíveis na Conta do Fundo;
Documentos Comprobatórios	Tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo 1º do Artigo 27 do Regulamento;
Documentos da Operação	São os seguintes documentos e seus eventuais aditamentos: Contrato de Cessão, Regulamento, o presente Prospecto Definitivo, Contrato de Controladoria e Custódia, Contrato de Serviços de Classificação de Risco, Contrato de Gestão e Contrato de Serviços de Auditoria Independente;
Empresa de Auditoria	É a KPMG Auditores Independentes, com sede à Rua Dr. Renato Pares de Barros 33, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou sua sucessora a qualquer título;
Encargos do Fundo	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 34 do Regulamento;

Eventos de Avaliação	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 64 do Regulamento;
Eventos de Liquidação	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 66 do Regulamento;
Excesso de Cobertura	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 53 do Regulamento;
FGC	Fundo Garantidor de Créditos;
Fundo ou Fundo Exodus I	Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I;
Gestora	É a SRM Consultoria e Administração de Recursos Ltda. sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Alameda Cleveland, nº 509, 2º andar, Campos Elíseos, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.573.188/0001-55, ou sua sucessora a qualquer título;
Governo Federal	Governo da República Federativa do Brasil;
Grupo RMansur	Significa as empresas Têxtil Thur de Americana Ltda., Comércio de Tecidos R. Mansur Ltda., R.M. NOR do Brasil Industria e Comercio Ltda., consideradas em conjunto;
Instrução CVM 356	Instrução nº 356 da CVM, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada;
Investidor Qualificado	São todos os investidores autorizados nos termos da regulamentação em vigor a investir em fundos de investimento em direitos creditórios;
Obrigações do Fundo	São todas as obrigações do Fundo previstas no Regulamento e nos demais Documentos da Operação, incluindo, mas não se limitando, à obrigação de pagamento dos Encargos do Fundo, da remuneração, da amortização e do resgate das Quotas, tudo conforme estabelecido no Regulamento e nos demais Documentos da Operação;
Oferta	Distribuição Pública da 10ª Série de Quotas Seniores do Fundo e de Quotas Mezanino;
Partes Relacionadas	São (i) as pessoas físicas e jurídicas controladoras de determinada pessoa; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa; e/ou (iv) sociedades sob controle comum com tal pessoa;
Patrimônio Líquido	Significa o patrimônio líquido do Fundo, calculado na forma do Capítulo XXIII do Regulamento;

Percentual de Provisão	É o percentual de provisionamento a ser aplicado sobre o Valor do Direito de Crédito antes da dedução de qualquer Valor Provisionado dos Direitos de Créditos vencidos e não pagos, nos termos do Artigo 61 do Regulamento;
Período de Carência	Período em que não há amortização do valor do principal das Quotas Seniores, com relação a cada uma das séries de Quotas Seniores emitidas pelo Fundo, conforme estipulado em cada um dos Suplementos de emissão de Quotas;
PIS	Contribuição ao Programa de Integração Social;
Plano Contábil	Plano Contábil das instituições do Sistema Financeiros Nacional (COSIF), criado pela Circular nº1.273, do BACEN, de 29 de dezembro de 1987, ou qualquer outro plano contábil aplicável aos fundos de investimento em direitos de crédito que venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável;
Política de Cobrança	Política de cobrança descrita no Anexo III ao Regulamento do Fundo;
Preço de Aquisição	É o valor efetivamente pago pelos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, estabelecidos nos respectivos Termos de Cessão;
Prospecto	O presente Prospecto Definitivo e suas posteriores alterações;
Quotas	Quotas Seniores, Quotas Mezanino e Quotas Subordinadas;
Quotas Mezanino	São as quotas subordinadas mezanino emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
Quotas Seniores	São as Quotas de classe sênior, emitidas pelo Fundo em uma ou mais séries;
Quotas Subordinadas	São as quotas subordinadas júnior, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
Quotistas	São os titulares das Quotas emitidas pelo Fundo;
Razão de Garantia	Relação entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores do Fundo;
Regulamento	Regulamento do Fundo;

Resolução CMN 2.907	Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001;
RMansur	R.Mansur Factoring Fomento Mercantil Ltda.;
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
SomaFix	Sistema eletrônico administrado pela Bovespa para a negociação e registro de títulos e valores mobiliários de renda fixa privada no Mercado de Balcão Organizado;
Suplemento	É o documento elaborado na forma do Anexo II do Regulamento contendo as seguintes informações relativas a cada uma das séries de quotas emitidas: quantidade de Quotas, Data de Emissão, Amortização Programada, se aplicável, Data de Resgate e meta de remuneração prioritária da respectiva série de Quotas;
Taxa de Administração	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 32 do Regulamento;
Taxa de Cessão Média Mensal	É a taxa média entre a taxa de rentabilidade dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo e as respectivas Taxas de Desconto;
Termo de Cessão	É a taxa média entre a taxa de rentabilidade dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo e as respectivas Taxas de Desconto;
Termo de Adesão ao Regulamento	Documento por meio do qual o Quotista adere ao Regulamento e que deve ser firmado quando de seu ingresso no Fundo;
Valor Provisionado	Com relação a cada Direito de Crédito adquirido, é o valor do Direito de Crédito multiplicado pelo Percentual de Provisão;
Valor Unitário de Emissão	Valor unitário de cada Quota na Data de Emissão de cada série de Quotas Seniores ou na Data de Emissão de cada Quota Subordinada, conforme o caso.

**IDENTIFICAÇÃO DA ADMINISTRADORA E COORDENADORA E DOS DEMAIS
PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO**

Administradora e Coordenadora	Gestora
Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. At.: Agostinho Renoldi Junior Av. Juscelino Kubitscheck, 50, 5º e 6º andares, São Paulo - SP Telefone: (11) 3372-8300 Fac-símile: (11) 3372-8300 E-mail: arenoldi@gradualcorretora.com.br Internet: www.gradualcorretora.com.br	SRM Consultoria e Administração de Recursos e Finanças Ltda. At.: Sr Salim e Marcos Mansur Rua Alameda Cleveland, nº 509, 2º andar, Campos Elíseos, CEP 01218-000 São Paulo - SP Fone: (11) 3334-2136 Fax: (11) 3334-2136 E-mail: marcos@rmansur.com.br Internet: www.srmasset.com.br
Custodiante e Agente Escriturador	Consultores Legais
Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão At.: Sr. Ricardo Nascimento Avenida Brigadeiro Faria Lima 3900, 13º, 14º e 15º andares São Paulo – SP Telefone: (11) 2113-5440 Fac-símile: (11) 2113-5440 E-mail: ricardo.nascimento@db.com Internet: www.db.com/brazil	Souza, Cescon Avedissian, Barriau e Flesch Advogados At: Sr. Eduardo Herszkowicz Rua Funchal, 418, 11º andar São Paulo - SP Tel: (11) 3089-6500 Fac-símile (11) 3089-6565 E-mail: eduardo@scbf.com.br Internet: www.scbf.com.br
Agência de Classificação de Risco	Auditor Independente
Standard & Poor's, uma divisão da McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda. At.: Sr. Jean-Pierre Cote Gil Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18 andar São Paulo – SP Tel.: (11) 3039-9700 Fax: (11) 3039-9701 E-mail: jp_gil@standardandpoors.com Internet: www.standardandpoors.com	KPMG Auditores Independentes At.: Sr. Ederson Carvalho Rua Dr. Renato Pares de Barros, nº 33 Fone: (11) 2183.3000 Fax: (11) 2183.3001 E-mail: ecarvalho@kpmg.com.br Internet: www.kpmg.com.br

DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA E COORDENADORA DO FUNDO

A Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., na pessoa de seu diretor, Sr. Agostinho Renoldi Junior, na condição de Administradora e de Coordenadora da Oferta declara que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta;
- (ii) que o Prospecto da Oferta contém as informações relevantes, necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das características das Quotas, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira e riscos inerentes às suas atividades, bem como quaisquer outras informações relevantes, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes;
- (iii) que as informações prestadas por ocasião do registro e durante o período de realização da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iv) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e que venham a integrar o Prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Este sumário não contém todas as informações sobre a Oferta que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento no Fundo. Este Prospecto deve ser lido integralmente e de forma cuidadosa, inclusive o disposto na Seção “FATORES DE RISCO”, bem como o Regulamento do Fundo, constante do Anexo I a este Prospecto.

Emissor:	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I, constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução CVM 356, da Resolução CMN 2.907 e do seu Regulamento.
Direitos de Crédito:	Direitos de crédito oriundos da compra e venda mercantil de produtos e prestação de serviços do setor industrial, selecionados pela Gestora, e enquadrados nos Critérios de Elegibilidade, que vierem a ser cedidos ao Fundo. Tais direitos de crédito são direitos de crédito constituídos e performados que independem de evento futuro para sua existência, liquidação e cobrança.
Quantidade de Quotas Seniores:	600 (seiscentas) Quotas Seniores da 10ª Série.
Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores:	R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
Quantidade de Quotas Mezanino	100 (cem) Quotas Mezanino da 1ª Série.
Valor Unitário de Emissão das Quotas Mezanino	R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
Montante da Oferta:	R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais).
Valor Mínimo de Investimento:	O valor de investimento equivalente a 1 (uma) quota, limitado ao valor mínimo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
Data de Emissão:	É a data da primeira integralização de Quotas Seniores da 10ª Série, ou a data da primeira integralização de Quotas Mezanino da 1ª Série.
Datas de Amortização das Quotas Seniores:	Serão realizadas 3 (três) amortizações mensais e consecutivas, a partir do décimo terceiro mês, contado da data da primeira integralização de Quotas Seniores desta 10ª Série, no dia 10 (dez) de cada mês-calendário.
Datas de Amortização das Quotas Mezanino:	Serão realizadas 3 (três) amortizações mensais e consecutivas, a partir do décimo terceiro mês, contado da data da primeira integralização de Quotas Mezanino desta 1ª Série, no dia 10 (dez) de cada mês-calendário.

Período de Carência das Quotas Seniores:	Carência de 12 (doze) meses, contados da data da primeira integralização de Quotas Seniores desta 10ª Série.
Período de Carência das Quotas Mezanino:	Carência de 12 (doze) meses, contados da data da primeira integralização de Quotas mezanino desta 1ª Série.
Data de Resgate das Quotas Seniores:	15 (quinze) meses a contar da 1ª integralização de Quotas Seniores.
Data de Resgate das Quotas Mezanino:	15 (quinze) meses a contar da 1ª integralização de Quotas Mezanino.
Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores:	132% (cento e trinta e dois por cento) da taxa média do CDI (over) no respectivo período, base 252 dias úteis.
Rentabilidade Prioritária das Quotas Mezanino:	140% (cento e quarenta por cento) da taxa média do CDI (over) no respectivo período, base 252 dias úteis.
Classificação de Risco das Quotas Seniores:	brAAf
Classificação de Risco das Quotas Mezanino:	brBBBf
Prazo de Distribuição das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino:	Em até 6 (seis) meses, contados da data de publicação do Anúncio de Início de Distribuição.
Procedimento de Distribuição das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino:	A Coordenadora realizará a distribuição pública das Quotas Seniores e Mezanino, sob o regime de melhores esforços. Será adotado o procedimento diferenciado de distribuição, não havendo lotes máximos ou mínimos, nem reservas antecipadas. Os pedidos serão atendidos na ordem cronológica de confirmação, de acordo com a disponibilidade de Quotas Seniores e de Quotas Mezanino para subscrição.
Negociação:	As Quotas Seniores e as Quotas Mezanino serão registradas para negociação em bolsa de valores, sistema de balcão organizado, ou no SomaFix e/ou BovespaFix e na CETIP (para distribuição primária, as Quotas serão registradas na CETIP no MDA - Módulo de Distribuição de Ativos e, para negociação no mercado secundário, no SF - Módulo de Fundos), a critério da Administradora, observado que: (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados e que tiverem acesso ao Regulamento do Fundo e assinaram o Termo de Adesão.
Forma de Subscrição e Integralização:	No ato de subscrição das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, o subscritor (i) assinará o boletim de subscrição, que também será assinado pela Administradora; (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas

subscritas na forma prevista no anúncio de início da respectiva série, respeitadas as demais condições previstas no Regulamento; e (iii) indicará um representante responsável e seu respectivo endereço físico para correspondências e endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações enviadas pela Administradora nos termos do Regulamento.

Aplicação dos Recursos pelo Fundo:

Os recursos provenientes da emissão das Quotas serão utilizados, pelo Fundo, na aquisição dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimentos, de composição, de diversificação da Carteira do Fundo e a ordem de alocação de recursos estabelecida no Regulamento.

Público Alvo:

Investidores Qualificados.

Maiores Informações:

Para maiores informações a respeito da Oferta e do Fundo, bem como para obtenção de cópias do Regulamento e deste Prospecto, os interessados deverão dirigir-se à CVM ou à sede da Administradora, nos endereços indicados abaixo, sendo que o Prospecto encontra-se à disposição dos investidores na CVM para consulta e reprodução nos seguintes locais:

GRADUAL CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida Juscelino Kubitschek 50, 5º e 6º andares, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011

São Paulo – SP

www.gradualcorretora.com.br

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM

Rua Sete de Setembro, nº 111

Rio de Janeiro, RJ

www.cvm.gov.br

CETIP S.A. – BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS

Avenida República do Chile, nº 230, 11 andar, Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (55 21) 2276-7474 / 2223-6464

Fax: (55 21) 2276-7435 / 2223-6435

ou

Rua Libero Badaró, nº 425, 24 andar, São Paulo – SP

Tel.: (55 11) 3111-1400 / 3365-4925

Fax: (55 11) 3111-1563

www.cetip.com.br

BOVESPA

Rua XV de Novembro, nº 275

São Paulo, SP

www.bovespa.com.br

DESCRIÇÃO DE RELAÇÕES SOCIETÁRIAS OU LIGAÇÕES CONTRATUAIS RELEVANTES

Relação entre a Administradora e o Custodiante

Na data deste Prospecto, a Administradora e o Custodiante não mantinham qualquer relacionamento comercial e/ou relações societárias além daqueles descritos neste Prospecto, assim como do relacionamento existente em razão de a Administradora ser administradora de outros fundos de investimento em direitos creditórios que têm como custodiante o Custodiante.

Relação entre a Administradora e a Gestora

Na data deste Prospecto, a Administradora e a Gestora não mantinham qualquer relacionamento comercial e/ou relações societárias além daqueles descritos neste Prospecto, assim como do relacionamento existente em razão de a Gestora ter sido contratada para prestar serviços de gestão em outros fundos de investimento também administrados pela Administradora.

Relação entre a Administradora e a Empresa de Auditoria

Na data deste Prospecto, a Administradora e a Empresa de Auditoria não mantinham qualquer relacionamento comercial e/ou relações societárias além daqueles descritos neste Prospecto, assim como do relacionamento existente em razão de a Empresa de Auditoria ter sido contratada para prestar serviços de auditoria em outros fundos de investimento também administrado pela Administradora.

Relação entre a Administradora e a Agência de Classificação de Risco

Na data deste Prospecto, a Administradora e a Agência de Classificação de Risco não mantinham qualquer relacionamento comercial e/ou relações societárias além daqueles descritos neste Prospecto, assim como do relacionamento existente em razão de a Agência de Classificação de Risco ter sido contratada para prestar serviços de classificação de risco em outros fundos de investimento também administrados pela Administradora.

Contratos celebrados entre a Administradora e os demais Prestadores de Serviço do Fundo

Prestador de serviço: Deutsche Bank S.A.

Fundo	Serviço	Prazo	Valor
FIDC EXODUS I	Custódia, controladoria e escrituração de cotas	2008-2009	0,2% aa sobre o PL
FIDC EXODUS III BRZ	Custódia, controladoria, escrituração de cotas	2008-2009	0,2% aa sobre o PL

Prestador de serviço: Gestora

Fundo	Serviço	Prazo	Valor
FIDC EXODUS II	Gestora	2008-2009	1% aa sobre o PL
FIDC EXODUS III BRZ	Consultoria Especializada	2008-2009	1% aa sobre o PL

Prestador de serviço: KPMG

Fundo	Serviço	Prazo	Valor
FIDC EXODUS II	Auditoria	2007 – 2008	16.000,00
FIDC EXODUS III BRZ	Auditoria	2008 – 2009	16.000,00

Prestador de Serviço: Standard & Poor's

Fundo	Serviço	Prazo	Valor
FIDC EXODUS II	Rating	2008	US\$25,000.00
FIDC EXODUS III BRZ	Rating	2009	US\$25,000.00

CONFLITO DE INTERESSES

Não há conflito de interesses entre as partes envolvidas nos processos de originação, distribuição, custódia, gestão e administração do Fundo.

PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, a Administradora deverá realizar a distribuição pública das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, conforme plano de distribuição adotado em conformidade com o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, fixado nos seguintes termos:

MONTANTE TOTAL DA OFERTA E REGIME DE DISTRIBUIÇÃO

O Fundo está realizando uma oferta para distribuição pública de até 600 (seiscentas) Quotas Seniores e de até 100 (cem) Quotas Mezanino, ambas com Valor Unitário de Emissão de R\$100.000,00 (cem mil reais) na Data de Emissão, perfazendo o montante total de até R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais). As Quotas Seniores e as Quotas Mezanino serão distribuídas publicamente pela Administradora, em regime de melhores esforços.

INÍCIO E ENCERRAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS

A colocação e subscrição das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino somente terá início após: (i) o registro da Oferta na CVM; (ii) a publicação do anúncio de início; e (iii) a divulgação do presente Prospecto aos investidores.

As Quotas Seniores e as Quotas Mezanino serão distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data de publicação do Anúncio de Início relativo à Oferta. A distribuição das Quotas será encerrada ao final do prazo de colocação, quando se dará a publicação do Anúncio de Encerramento. O prazo de colocação poderá ser prorrogado, mediante aprovação da CVM, nos termos do artigo 9º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 356.

NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

As Quotas Seniores e as Quotas Mezanino serão registradas para negociação em bolsa de valores, sistema de balcão organizado, ou no SomaFix e/ou BovespaFix e na CETIP (para distribuição primária, as quotas serão registradas na CETIP no MDA - Módulo de Distribuição de Ativos e, para negociação no mercado secundário, no SF – Módulo de Fundos), a critério da Administradora, observado que: (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados e que tiverem acesso ao Regulamento do Fundo e assinaram o Termo de Adesão.

Na hipótese de negociação de Quotas, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista e o respectivo pagamento do preço será processado pelo Agente Escriturador somente após a verificação, pelo intermediário que representa o adquirente, da condição de Investidor Qualificado do novo Quotista

DEMONSTRATIVO DE CUSTO DE DISTRIBUIÇÃO

Os custos de distribuição das Quotas, referentes à comissão de colocação, custo de classificação de risco, assessores legais e despesas com publicações e divulgação da Oferta, dentre outros, serão de exclusiva responsabilidade do Fundo.

A tabela a seguir demonstra os custos estimados da distribuição das Quotas a serem suportados pelo Fundo:

Custos da Distribuição	Montante (R\$)	% em relação ao valor Total da Oferta
Taxas de registro na CVM	165.740	0,236771
Taxa de registro na ANBID	2.000	0,002857

Assessoria Jurídica	60.000	0,085714
Custos de Classificação de Risco	57.470	0,082100
Custos com Cartório	6.706	0,009850
Custos de Distribuição	350.000	0,5
Total	641.916	0,917022

CRONOGRAMA DA OFERTA

A Oferta terá o seguinte cronograma tentativo:

Evento	Data Estimada⁽¹⁾
Concessão do registro da Oferta	10/11/2008
Disponibilização do Prospecto	03/11/2008
Publicação do Anúncio de Início	11/11/2008
Início do Período de Aceitação da Oferta	11/11/2008
Liquidação Financeira	12/11/2008
Publicação do Anúncio de Encerramento	13/11/2009 ⁽²⁾

⁽¹⁾ As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas, e estão sujeitas a alterações, sem aviso prévio, a critério da Administradora.

⁽²⁾ Ocorrerá em até 180 (cento e oitenta) dias a partir de publicação do Anúncio de Início da distribuição pública das Quotas do Fundo.

DISTRIBUIÇÃO PARCIAL

Será admitida a distribuição parcial das Quotas, sendo que a manutenção da Oferta está condicionada à subscrição da quantidade mínima de 200 (duzentas) Quotas, perfazendo o montante de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

Caso ocorra a distribuição parcial aqui referida, as Quotas que não forem efetivamente subscritas e integralizadas no prazo de distribuição das Quotas Seniores serão canceladas pela Administradora.

Não sendo realizada a distribuição da quantidade mínima de Quotas, a Oferta será imediatamente cancelada pela Administradora, que deverá comunicar imediatamente os investidores sobre o cancelamento da Oferta, mediante publicação de aviso no Periódico. Nesse caso, os valores até então integralizados pelos Quotistas serão devolvidos pela Administradora, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data da publicação do aviso, sem nenhum acréscimo ou correção.

MODIFICAÇÃO DA OFERTA

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, que acarrete aumento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação ou revogação da Oferta. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos investidores. Em caso de revogação da Oferta os atos de aceitação anteriores ou posteriores tornar-se-ão sem efeito, sendo que os valores eventualmente depositados pelos investidores serão devolvidos pela Administradora sem juros ou correção monetária, no prazo de 3 (três) Dias Úteis, contados da referida comunicação.

A modificação será divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do Anúncio de Início. A Administradora deverá acautelar-se e se certificar, no momento do

recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

Tendo sido deferida a modificação da Oferta, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Fundo, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias.

Na hipótese de modificação ou revogação da Oferta, a Administradora comunicará diretamente os investidores que já tiverem aderido à Oferta a respeito da modificação efetuada. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão confirmar seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da comunicação da Administradora. A manutenção da aceitação da Oferta será presumida em caso de silêncio do investidor.

Em caso de desistência da aceitação da Oferta pelo investidor, os valores eventualmente depositados pelos investidores serão devolvidos pela Administradora sem juros ou correção monetária, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da referida comunicação.

CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

As informações contidas nesta Seção foram retiradas do Regulamento, que é um documento anexo ao presente Prospecto. Recomenda-se ao potencial investidor a leitura cuidadosa do Regulamento antes de tomar qualquer decisão de investimento no Fundo.

Os investimentos do Fundo se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos no Regulamento.

O FUNDO

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, as Quotas somente poderão ser resgatadas: (i) na Data de Resgate de cada série de Quotas; (ii) por deliberação especial da Assembléia Geral de Quotistas; (iii) ou em virtude de sua liquidação antecipada.

O prazo de duração do Fundo será indeterminado.

O Fundo poderá ser liquidado por deliberação da Assembléia Geral, observado o previsto nos Capítulos XVIII e XXI do Regulamento.

A última versão do Regulamento do Fundo foi registrada no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, em 12 de maio de 2009, sob o nº 3.402.687.

O Fundo caracteriza-se por ser “multi-cedente” e “multi-sacado”, ou seja, é um Fundo voltado à aquisição de Direitos de Crédito de diferentes empresas, e de diferentes devedores, desde que tais Direitos de Crédito sejam originados preponderantemente do segmento industrial. O Fundo tem como objetivo identificar Direitos de Créditos disponíveis no mercado, selecionando para sua carteira aqueles com menor risco de crédito e maior rentabilidade. Os Direitos de Crédito só são adquiridos pelo Fundo após aprovação formal da Gestora.

Os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo têm como devedor final preponderantemente empresas do segmento industrial, as quais representam, no mínimo, 50% do Patrimônio Líquido do Fundo. Os 50% remanescentes do patrimônio líquido são investidos em Direitos de Crédito originários dos setores de comércio e de serviços, e subsidiariamente em títulos do tesouro nacional e do Banco Central, e outros investimentos de renda fixa de baixo risco, conforme a seção “*Política de Investimento e Composição da Carteira*” deste Prospecto.

Todos os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo contam com co-obrigação do Cedente, independente da qualidade do sacado.

BASE LEGAL

O Fundo tem como base legal a Resolução CMN 2.907 e a Instrução CVM 356.

PÚBLICO ALVO

O Fundo é destinado a Investidores Qualificados, conforme a legislação da CVM em vigor.

APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos provenientes da presente emissão de Quotas serão utilizados, pelo Fundo, prioritariamente, para a aquisição dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimentos, de

composição, de diversificação da Carteira do Fundo e a ordem de alocação de recursos estabelecida no Regulamento.

O objetivo da presente captação é assegurar que o crescimento do Fundo ocorra sem aumento de risco da carteira. A integralização das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino deverá ser gradativa, na medida em que a Gestora selecione Direitos de Crédito com risco de crédito adequado para aplicação dos recursos ora captados, de acordo com os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Aquisição e desde que os Direitos de Crédito estejam comercialmente qualificados para aquisição pelo Fundo.

OBJETIVO DE INVESTIMENTO

O objetivo do Fundo é proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação de sua Carteira, a valorização de suas Quotas por meio da aquisição pelo Fundo: (i) de Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito; e (ii) de Ativos Financeiros.

As Quotas Mezanino e cada série de Quotas Seniores terá características específicas, inclusive com relação à meta de rendimento do valor das Quotas, de acordo com as características da emissão, condições de mercado, entre outros fatores.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Os investimentos do Fundo se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos no Regulamento e na legislação e regulamentação aplicáveis, observado ainda que:

(i) o total de coobrigação e de cessão de créditos de qualquer Cedente, conforme previsto no respectivo Contrato de Cessão, não poderá vir a representar mais de 7% (sete por cento) do Patrimônio Líquido ou R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), dos dois o menor;

(ii) o total de obrigação de cada sacado não poderá ser superior a 2,5% (dois e meio por cento) do Patrimônio Líquido ou R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), dos dois o menor;

(iii) os Direitos de Crédito representados por duplicatas devem representar no mínimo 70% (setenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;

(iv) os Direitos de Crédito representados por cheques devem representar no máximo 5% do Patrimônio Líquido do Fundo; e

(v) os Direitos de Crédito deverão ser lastreados em operações dos setores listados abaixo, de acordo com os seguintes limites:

Setor	Mínimo (% Patrimônio Líquido)	Máximo (% Patrimônio Líquido)
Industrial	50%	100%
Comercial	0%	50%
Prestação de Serviços	0%	30%

Os limites de concentração estabelecido acima deverão ser verificados pela Gestora e observados com relação ao grupo econômico da Cedente, incluindo desta forma, seu controlador, sociedades por ele direta ou indiretamente controladas, coligadas ou outras sociedades sob controle comum, incluindo empresas controladas por pessoas físicas com grau de parentesco até segundo grau (“Grupo Econômico”).

Caso por qualquer motivo aconteça o desenquadramento do Fundo aos limites de concentração estabelecidos acima, a Gestora deverá observar os seguintes procedimentos para reenquadramento dos limites de concentração, enquanto estes não constituírem Evento de Avaliação:

- (i) as aquisições de Direitos de Crédito deverão buscar minimizar o desenquadramento da Carteira do Fundo; e
- (ii) as aquisições deverão ser tais que não resultem em agravamento do desenquadramento existente e/ou ocasione qualquer outro desenquadramento da Carteira do Fundo.

Os percentuais e limites referidos acima serão cumpridos diariamente, com base no Patrimônio Líquido do dia útil imediatamente anterior.

O Fundo deverá alocar, em até 90 (noventa) dias corridos contados da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito, observados os Critérios de Elegibilidade, sendo que o saldo remanescente poderá ser mantido em moeda corrente nacional ou aplicado em Ativos Financeiros. O quadro a seguir apresenta um resumo das modalidades de investimento e dos limites de composição da Carteira do Fundo:

Composição da Carteira e Percentual Máximo em Relação ao Patrimônio Líquido	Mínimo	Máximo
• Direitos de Crédito do Segmento Industrial	50%	100%
• Direitos de Crédito dos Segmentos Comercial e de Prestação de Serviços	0%	50%
• Moeda corrente nacional	0%	50%
• Títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN	0%	50%
• Operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos acima mencionado	0%	50%

O Fundo não poderá realizar aplicações em Direitos de Crédito da Administradora e/ou de sua coobrigação, bem como de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

O Fundo poderá realizar operações em mercado de derivativos em bolsa de valores ou em bolsa de mercadorias e futuros, exclusivamente na modalidade com garantia, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas.

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO

O Fundo somente adquirirá Direitos de Crédito que atendam, na Data de Aquisição e Pagamento, cumulativamente, aos seguintes critérios de elegibilidade (os “Critérios de Elegibilidade”):

- (a) devem ser representados por duplicatas ou cheques originados por empresas com sede no país (independentemente de terem como sócios diretos ou indiretos pessoas físicas ou jurídicas sediadas no exterior), que atuem no setores industrial, comercial ou de prestação de serviços no Brasil;
- (b) as Cedentes dos Direitos de Crédito devem ser pessoas jurídicas inscritas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- (c) os prazos de vencimento dos Direitos de Crédito devem ser de no máximo 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da formalização da respectiva cessão não podendo ser posterior à última data de vencimento das Quotas Seniores em circulação, sendo que o prazo médio ponderado da carteira não poderá exceder 65 (sessenta e cinco) dias, calculado *pro forma* antes da aquisição pretendida; e
- (d) devem observar os limites mínimos e máximos de concentração com relação à carteira e ao Patrimônio Líquido, conforme disposto no Artigo 21 do Regulamento, calculado *pro forma* antes da aquisição pretendida, exceto com relação aos Grupos Econômicos que serão verificados

pela Gestora, conforme o disposto no parágrafo 1º do Artigo 21 do Regulamento.

A verificação do enquadramento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade será de responsabilidade do Custodiante.

A Gestora será a única responsável pela análise e seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, observando a política de concessão de crédito e as Condições de Aquisição descritas abaixo. A Gestora ficará responsável ainda por confirmar à Administradora e ao Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão, o atendimento do Direito de Crédito adquirido às Condições de Aquisição e a enviar à Administradora e ao Custodiante a relação dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo para que o Custodiante proceda à verificação do enquadramento de tais Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade previamente à sua aquisição pelo Fundo.

Sem prejuízo do estabelecido acima, a Gestora deverá ofertar ao Fundo Direitos de Crédito que atendam às seguintes condições (“Condições de Aquisição”):

- (a) os Direitos de Crédito Elegíveis devem ter sido originados e formalizados de acordo com a política de concessão de crédito;
- (b) os Direitos de Crédito Elegíveis devem estar livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza;
- (c) os sacados não devem apresentar apontamentos junto ao Serasa, SPC e/ou Equifax quanto a cheques sem fundos, execuções judiciais, exceto execuções fiscais, falência e recuperação judicial decretada. Excepcionalmente, a Gestora poderá ofertar ao Fundo Direitos de Crédito oriundos de sacados que apresentem protestos, e/ou execução judicial desde que a soma dos valores relativos a estas pendências não superem o montante equivalente a 5% (cinco por cento) do capital social do sacado;
- (d) o Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito de sacados inadimplentes se o total de Direitos de Crédito inadimplidos acima de 60 (sessenta) dias representar mais do que 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido;
- (e) o Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito originados de operações de recompra acima do valor total equivalente a 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (f) o Fundo poderá comprar Direito de Crédito de Cedentes que possuam Direitos de Crédito vencidos e não pagos acima de 60 (sessenta) dias, desde que o saldo devedor deste Cedente não represente mais do que 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (g) o Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito de Cedentes cujo índice de Direitos de Crédito liquidados parcialmente for superior a 10% (dez por cento) nos últimos 12 (doze) meses;
- (h) o somatório do valor total de Direitos de Crédito oriundos dos 10 (dez) maiores Cedentes, deverá ser igual ou inferior a 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido;
- (i) devem observar a taxa mínima de cessão;
- (j) o respectivo sacado não esteja em processo de falência ou recuperação judicial; e
- (k) a Cedente deverá ter declarado que (i) não utiliza trabalho escravo e infantil; (ii) possui todas as licenças exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, inclusive todas as licenças ambientais.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido do Fundo corresponderá ao somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, apurados na forma do Capítulo XIV do Regulamento, menos as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo e as provisões referidas nos Artigos 60 e 61 do Regulamento.

Todos os recursos que o Fundo vier a receber, a qualquer tempo, das Cedentes, dos sacados e/ou de qualquer terceiro a título, entre outros, de multas, indenizações ou verbas compensatórias serão incorporados ao Patrimônio Líquido.

DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO

Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para preservação de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos Quotistas, não estando a Administradora, a Gestora ou o Custodiante de qualquer forma obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança dos seus ativos. A Administradora, a Gestora e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos, que tenham sido incorridos pelo Fundo em face de terceiros ou das Cedentes, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou diretamente pelos Quotistas, observado o disposto no parágrafo abaixo.

As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à preservação dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros serão suportadas diretamente pelo Fundo até o limite do valor das Quotas Subordinadas em circulação. A parcela que exceder a este limite deverá ser previamente aprovada pelos titulares das Quotas Seniores em Assembleia Geral convocada especialmente para esse fim e, se for o caso, será por eles aportada diretamente ao Fundo por meio da subscrição e integralização de série de Quotas Seniores específica, considerando o valor da participação de cada titular de Quotas Seniores no valor total das Quotas em circulação, na data da respectiva aprovação. Os recursos aportados ao Fundo pelos Quotistas serão reembolsados por meio do resgate ou amortização da respectiva série de Quotas Seniores específica, de acordo com os procedimentos previstos no Regulamento.

Observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo antes (i) do recebimento integral do adiantamento referido acima; e (ii) da assunção, pelos Quotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. A Administradora, a Gestora e o Custodiante não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos Quotistas em decorrência da não proposição (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à preservação de seus direitos e prerrogativas, inclusive caso os Quotistas não aportem os recursos suficientes para tanto.

Todos os valores aportados pelos Quotistas ao Fundo nos termos acima deverão ser feitos em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições e/ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais valores, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou contribuições (inclusive sobre movimentações financeiras) incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte e de forma que o Fundo receba as referidas verbas pelos seus valores integrais e originais, acrescidos dos valores necessários para que o Fundo possa honrar integralmente com suas obrigações nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação

Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas (os “Encargos do Fundo”):

- (a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;

- (b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (c) despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicação aos Quotistas;
- (d) honorários e despesas devidos à contratação dos serviços da Empresa de Auditoria;
- (e) emolumentos e comissões pagos sobre as operações do Fundo, os quais deverão sempre observar condições e parâmetros de mercado;
- (f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- (g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;
- (h) taxas de custódia dos ativos integrantes da carteira do Fundo;
- (i) despesas com a contratação da Agência de Classificação de Risco;
- (j) despesas de registro do Fundo em bolsa de valores e mercado de balcão organizado, conforme a legislação aplicável;
- (k) despesas, emolumentos e comissões incorridos com a abertura e manutenção da Conta de Arrecadação e da Conta do Fundo; e
- (l) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos, na forma do inciso I do artigo 31 da Instrução CVM 356.

Quaisquer despesas não previstas acima como Encargos do Fundo correrão por conta da Administradora.

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A Administradora e a Gestora receberão, pela prestação de serviços ao Fundo, a título de taxa de administração, o percentual anual de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado e provisionado diariamente e pago mensalmente (“Taxa de Administração”), conforme a seguinte fórmula:

$$TA = (tx + RG/252) \times PL(D-1)$$

onde:

TA: Taxa de Administração;

tx: 0,5% (meio por cento);

PL(D-1): Patrimônio Líquido do Fundo no dia útil imediatamente anterior à data de pagamento; e

RG: Remuneração da Gestora de 1% (um por cento) ao ano

O valor mínimo mensal da Taxa de Administração será de R\$5.000,00 (cinco mil reais) ao mês.

A Taxa de Administração será paga no quinto dia útil do mês subsequente à sua apuração e provisionamento. O Fundo pagará diretamente à Gestora a parcela da Taxa de Administração que lhe cabe.

O Fundo não cobrará taxa de performance.

ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Diariamente, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores e até a ocorrência de um Evento de Liquidação, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- (b) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- (c) devolução aos titulares das Quotas Seniores dos valores aportados ao Fundo, nos termos do Artigo 54 do Regulamento, por meio do resgate ou amortização da emissão de Quotas específica;
- (d) devolução aos titulares das Quotas Mezanino dos valores aportados ao Fundo, nos termos do Artigo 54 do Regulamento, por meio do resgate ou amortização da série de Quotas específica;
- (e) provisionamento de recursos para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- (f) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas.

Na ocorrência de um Evento de Liquidação e, enquanto tal evento permanecer em curso, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- (b) devolução aos titulares das Quotas Seniores dos valores aportados ao Fundo, nos termos do Artigo 54 do Regulamento, por meio do resgate ou amortização da série de Quotas específica;
- (c) devolução aos titulares das Quotas Mezanino dos valores aportados ao Fundo, nos termos do Artigo 54 do Regulamento, por meio do resgate ou amortização da emissão de Quotas específica;
- (d) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- (e) provisionamento de recursos para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- (f) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas.

CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS

FORMA E ESPÉCIE

As Quotas são transferíveis e terão a forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares.

As quotas constituem frações ideais do patrimônio do Fundo e serão divididas em duas classes, sendo uma classe de Quotas Seniores e uma de Quotas Subordinadas.

EMIÇÃO DE QUOTAS SENIORES

O Fundo poderá emitir uma ou mais séries de Quotas Seniores, observado que:

- (a) nenhum Evento de Liquidação tenha ocorrido ou caso algum Evento de Avaliação esteja em vigor;
- (b) o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro na forma do Parágrafo 2º do Artigo 1º do Regulamento;
- (c) a Administradora obtenha manifestação favorável à emissão de novas Quotas Seniores dos Quotistas detentores da totalidade das Quotas Mezanino e Subordinadas em circulação, exceto se a referida emissão ocorrer a partir de 4 (quatro) meses de antecedência da data de Resgate de qualquer série de Quotas Seniores e que seja condicionada à emissão de Quotas Mezanino na mesma proporção da série vigente;
- (d) o Fundo não esteja em desacordo com sua Razão de Garantia, alocação mínima de Direitos de Crédito nos termos do Artigo 22 do Regulamento e com o Índice de Liquidez; e
- (e) nenhum Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação esteja em curso.

As Quotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto no Regulamento;
- (b) Valor Unitário de Emissão a ser fixado em R\$100.000,00 (cem mil reais);
- (c) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 45 do Regulamento; e
- (d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá 1 (um) voto.

O valor total das Quotas Seniores será equivalente ao somatório do valor das Quotas Seniores de cada série, ou o produto da divisão do Patrimônio Líquido pelo número de Quotas Seniores, dos dois o menor.

Caso as Quotas Seniores emitidas pelo Fundo forem parcialmente distribuídas, o saldo das Quotas Seniores não colocados no mercado será automaticamente cancelado.

EMIÇÃO DE QUOTAS MEZANINO

O Fundo poderá realizar uma ou mais emissões de quotas subordinadas mezanino (“Quotas Mezanino”), observado que:

- (a) nenhum Evento de Liquidação tenha ocorrido ou caso algum Evento de Avaliação esteja em vigor;
- (b) o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro na forma do Parágrafo 2º do Artigo 1º do Regulamento; e
- (c) após a 1ª Emissão de Quotas Mezanino, a Administradora deverá obter manifestação favorável à emissão de novas Quotas Mezanino dos Quotistas detentores da totalidade das Quotas Subordinadas em circulação.

As Quotas Mezanino têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) subordinam-se às Quotas Seniores e têm prioridade em relação às Quotas Subordinadas para fins de amortização e/ou resgate, observado o disposto no Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores em circulação quando da sua emissão;
- (c) Valor Unitário de Emissão a ser fixado em R\$100.000,00 (cem mil reais);
- (d) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no *caput* do Artigo 46 do Regulamento; e
- (e) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota Mezanino corresponderá 1 (um) voto.

EMIÇÃO DE QUOTAS SUBORDINADAS

O Fundo poderá emitir quotas subordinadas júnior (“Quotas Subordinadas”), a serem colocadas em uma ou mais distribuições, podendo ser mantido em circulação um número indeterminado de Quotas Subordinadas.

As Quotas Subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações, conforme abaixo:

- (a) subordinam-se às Quotas Seniores e às Quotas Mezanino para efeito de amortização e resgate observado o disposto no Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino em circulação, admitindo-se o resgate em Direitos de Crédito;
- (c) Valor Unitário de Emissão de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) na 1ª emissão de Quotas Subordinadas, sendo as Quotas Subordinadas emitidas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado com base na alínea (d) abaixo;
- (d) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no parágrafo único do Artigo 46 do Regulamento; e
- (e) cada Quota Subordinada corresponderá a 1 (um) voto e terá direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, exceto aquelas que deliberarem a respeito da ocorrência de Eventos de Liquidação ou de Avaliação do Fundo, ou que deliberarem a respeito do descumprimento pela Gestora das suas obrigações estabelecidas no Regulamento.

EMIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS

As Quotas serão emitidas por seu valor calculado na forma dos Artigos 45 e 46 do Regulamento, conforme o caso, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do Fundo (valor da Quota de D + 1), por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriturador, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista. Os Investidores Qualificados poderão efetuar aplicações de recursos no Fundo diretamente com a Administradora, observado o disposto no Capítulo VII do Regulamento e as normas e regulamentos aplicáveis.

Quando de seu ingresso no Fundo, cada Quotista deverá assinar o Termo de Adesão ao Regulamento, e indicar um representante responsável e seu respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações que lhe sejam enviadas pela Administradora nos termos do Regulamento.

No ato de subscrição de Quotas Seniores e de Quotas Mezanino, o subscritor (i) assinará o boletim de subscrição (que também será assinado pela Administradora), e (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas subscritas na forma prevista no anúncio de início de distribuição da respectiva emissão de Quotas, respeitadas as demais condições previstas no Regulamento.

O extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriturador será o documento hábil para comprovar (i) a obrigação da Administradora, perante o Quotista, de cumprir as prescrições constantes do Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (ii) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.

Não serão cobradas taxas de ingresso ou de saída pela Administradora.

A partir da 1ª Data de Emissão de cada série de Quotas Seniores, seu respectivo valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor unitário da Quota Sênior no dia útil imediatamente anterior acrescido dos rendimentos no período com base na meta de rentabilidade prioritária estabelecida para a série no respectivo Suplemento.

Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores têm como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de amortização e/ou resgate de suas Quotas, e não representam e nem devem ser considerados, em hipótese alguma, como promessa ou obrigação legal ou contratual de remuneração por parte do Fundo, da Administradora ou do Custodiante e de suas respectivas Partes Relacionadas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor de tais Quotas, na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para essa classe de Quotas.

A partir da 1ª Data de Emissão das Quotas Mezanino, seu respectivo valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores: (i) o Patrimônio Líquido deduzido do valor das Quotas Seniores dividido pelo número de Quotas Mezanino em circulação; ou (ii) o valor unitário da Quota Mezanino no dia útil imediatamente anterior acrescido dos rendimentos no período com base na meta de rentabilidade prioritária estabelecida para a emissão no respectivo Suplemento.

A partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas, seu valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino em circulação, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em circulação na respectiva data de cálculo.

Em todo dia útil, após a incorporação dos resultados descritos no Artigo 45 do Regulamento nas Quotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado às Quotas Subordinadas.

AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE QUOTAS

As Quotas Seniores de cada série e as Quotas Mezanino distribuídas serão resgatadas integralmente pelo Fundo nas respectivas Datas de Resgate.

Sem prejuízo do previsto no Artigo 49 do Regulamento, o Fundo poderá realizar Amortizações Programadas de qualquer série de Quotas Seniores e Quotas Mezanino a ser emitida, de acordo com as condições estabelecidas no respectivo Suplemento.

Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 69 do Regulamento, e desde que o Patrimônio Líquido permita e o Fundo tenha disponibilidades para tanto, poderá ocorrer alterações nas Amortizações Programadas de uma ou mais séries específicas de Quotas Seniores e de Quotas Mezanino em circulação, nas datas e valores a serem estipulados, desde que deliberado pela totalidade dos quotistas das classes e séries afetadas.

Os titulares das Quotas do Fundo não poderão, em nenhuma hipótese, exigir do Fundo a amortização ou o resgate de suas Quotas em condições diversas das previstas no Regulamento.

A fim de viabilizar os pagamentos do Fundo, a Administradora deverá instruir o Custodiante a constituir uma Reserva de Amortização para pagamento das amortizações e resgates das Quotas (a “Reserva de Amortização”). Para tanto, a Administradora e a Gestora deverão condicionar a aquisição de novos Direitos de Crédito ao cumprimento do cronograma abaixo.

A tabela abaixo mostra os valores que deverão compor a Reserva de Amortização (em percentual sobre o valor estimado das amortizações e resgates), conforme o número de dias a decorrer até as próximas Datas de Amortização e Resgates:

Número de dias corridos antes das Datas de Amortização ou da Data de Resgate	Percentual do valor futuro estimado das respectivas amortizações e resgates
45	50%
20	100%

A Administradora somente descontinuará os procedimentos descritos acima, quando a soma do valor de saque, resgate e/ou alienação dos outros ativos que integram a Reserva de Amortização, líquidos de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente aos valores determinados conforme o cronograma acima.

A Administradora deverá manter no mínimo 1% (um por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo alocado em moeda corrente nacional, ou aplica-lo, exclusivamente, em Ativos Financeiros (“Reserva de Liquidez”).

A Administradora deverá calcular o Índice de Liquidez da carteira mensalmente, a ser definido como a razão entre: (i) Caixa + Ativos Financeiros + Direitos de Crédito de sacados adimplentes a vencer nos próximos 30 (trinta) dias da data de apuração; e (ii) as amortizações e encargos devidos pelo Fundo nos próximos 30 (trinta) dias da data de apuração (“Índice de Liquidez”).

Para fins de apuração, o Índice de Liquidez deverá ser maior ou igual a 1 (um), caso o Índice de Liquidez permaneça com valor menor a 1 (um) pelo período previsto na alínea (j) do Artigo 64 do Regulamento, a Administradora deverá tomar todas as providências relativas a ocorrência de um Evento de Liquidação.

Caso a relação entre as Quotas Subordinadas e as Quotas Mezanino seja superior ao Excesso de Cobertura, a Administradora poderá realizar a amortização parcial não programada das Quotas Subordinadas, até o do Excesso de Cobertura, mediante solicitação dos respectivos Quotistas, desde que a amortização não programada não desenquadre o limite mínimo estabelecido como Razão de Garantia no Artigo 62 do Regulamento.

Para fins do previsto acima, a Administradora deverá comunicar a ocorrência de Excesso de Cobertura aos titulares de Quotas Subordinadas mensalmente, todo primeiro dia útil do mês.

O montante do Excesso de Cobertura não utilizado para fins de amortização de Quotas Subordinadas deverá integrar o Patrimônio Líquido do Fundo.

A amortização supra somente ocorrerá mediante o enquadramento do Fundo ao Índice de Liquidez, Reservas de Amortização e de Liquidez, alocação mínima dos Direitos de Crédito, conforme previsto no Artigo 21 do

Regulamento, se nenhum Evento de Avaliação ou de Liquidação esteja em curso, e desde que o Fundo continue enquadrado após a amortização prevista.

Caso exista previsão de amortização das Quotas Seniores e Mezaninos em um respectivo mês a Administradora deverá priorizar o pagamento das amortizações programadas desta classe de quotas em detrimento da amortização das Quotas Subordinadas.

As Quotas poderão ser objeto de resgate antecipado ocorrendo qualquer Evento de Liquidação, conforme previsto no Regulamento.

O presente item não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma prioridade na distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, bem como critérios de distribuição de rendimentos entre as quotas de diferentes classes. Portanto os quotistas somente receberão os rendimentos se os resultados e o patrimônio do Fundo assim o permitirem.

PAGAMENTO AOS QUOTISTAS

Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 69 do Regulamento, a Administradora deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo correspondentes (i) aos titulares das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, em cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, nos montantes apurados conforme os Artigos 45 e 46 do Regulamento, e (ii) após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, aos titulares das Quotas Subordinadas, nos montantes apurados conforme o Parágrafo único do Artigo 46 do Regulamento.

A Administradora efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Quotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN.

Os recursos depositados nas Contas do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Agente Escriturador, nas respectivas Datas de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso.

Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista no Artigo 68 do Regulamento, em Direitos de Crédito.

Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um dia útil, a Administradora efetuará o pagamento no dia útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Observadas as disposições legais aplicáveis, os Direitos de Crédito devem ser registrados pelo valor efetivamente pago.

Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Os Ativos Financeiros deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, observadas as regras e os procedimentos definidos pela Administradora e aceitos pelo BACEN e pela CVM, e aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

Os ajustes dos valores dos Ativos Financeiros, decorrentes da aplicação dos critérios estabelecidos no Regulamento, serão registrados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Os Direitos de Crédito vencidos e não pagos deverão ser provisionados de acordo com o disposto no Plano

Contábil, sendo admitida a reversão da respectiva provisão, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou a sua constituição, limitada ao seu respectivo valor, observado o previsto no parágrafo abaixo.

As perdas e provisões relacionadas aos Direitos de Crédito adquiridos vencidos e não pagos serão suportados única e exclusivamente pelo Fundo e serão reconhecidas no resultado do período, conforme as regras e procedimentos definidos na Resolução do CMN 2.682, de acordo com os percentuais a seguir indicados (“Percentual de Provisão”), em cada dia útil:

Faixa	Período de Atraso	Percentual de Provisão sobre o Valor dos Direitos de Crédito adquiridos (antes de ser reduzido qualquer Valor Provisionado)
A	atraso entre 0 e 14 dias	0,5%
B	atraso entre 15 e 30 dias	1%
C	atraso entre 31 e 60 dias	3%
D	atraso entre 61 e 90 dias	10%
E	atraso entre 91 e 120 dias	30%
F	atraso entre 121 e 150 dias	50%
G	atraso entre 151 e 180 dias	70%
H	atraso superior a 180 dias	100%

A provisão para devedores duvidosos será realizada, incluindo provisão para todos os créditos a vencer de 0,5% (meio por cento) no início do Fundo (D+0), constituindo assim, uma reserva de provisão de 0,5% (meio por cento) do Patrimônio Líquido investido em Direitos de Crédito.

O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão de tais perdas e provisões, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

A provisão para devedores duvidosos atingirá os demais Direitos de Créditos do mesmo devedor inadimplente, ou seja, será estabelecido um valor adicional de provisão, mesmo que ainda não conhecidas por se referirem a Direitos de Crédito a vencer, mas comuns ao mesmo devedor, ocorrendo, assim, o chamado “efeito vagão”.

ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA

Desde a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores até a Data de Rebaixamento da Razão de Garantia definida abaixo, a Administradora verificará, todo dia útil se a Razão de Garantia é igual ou superior a 150% (cento e cinquenta por cento).

A partir do dia 26 de fevereiro de 2010 (“Data do Primeiro Rebaixamento da Razão de Garantia”), até a data de resgate das Quotas Seniores da 10ª Emissão, a Administradora verificará, todo dia útil se a Razão de Garantia é igual ou superior a 137% (cento e trinta e sete por cento), sendo observados os procedimentos estabelecidos nos Artigos 63 e 50 do Regulamento.

Após a data de resgate das Quotas Seniores da 10ª Emissão (“Data do Segundo Rebaixamento da Razão de Garantia”), até a última Data de Resgate das Quotas Seniores, a Administradora verificará, todo dia útil se a Razão de Garantia é igual ou superior a 125% (cento e vinte e cinco por cento), sendo observados os procedimentos estabelecidos nos Artigos 63 e 50 do Regulamento.

Caso a Razão de Garantia seja inferior às razões estabelecidas nos parágrafos acima, a Administradora deverá

comunicar os titulares de Quotas Subordinadas para que decidam se realizarão aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo à Razão de Garantia, mediante a emissão e subscrição de novas Quotas Subordinadas.

Caso os titulares das Quotas Subordinadas decidam que não realizarão o aporte adicional de recursos indicado acima, ou não enviem resposta à Administradora em 30 (trinta) dias contados da comunicação da Administradora, a Administradora comunicará a Agência de Classificação de Risco do desenquadramento do Fundo à Razão de Garantia, observado o Artigo 64, alínea (a) do Regulamento.

A relação entre as Quotas Subordinadas e o total de Quotas Subordinadas e Mezanino somadas deverá representar sempre no mínimo 62% (sessenta e dois por cento) (“Relação Mínima”).

Caso a relação mínima estipulada acima seja inferior a 62% (sessenta e dois por cento), a Administradora deverá comunicar os titulares de Quotas Subordinadas para que decidam se realizarão aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo à Relação Mínima, mediante a emissão e subscrição de novas Quotas Subordinadas.

Caso os titulares das Quotas Subordinadas decidam que não realizarão o aporte adicional de recursos indicado acima, ou não enviem resposta à Administradora em 30 (trinta) dias contados da comunicação da Administradora prevista acima, a Administradora comunicará a Agência de Classificação de Risco do desenquadramento do Fundo à Relação Mínima, observado o Artigo 64, alínea (b) do Regulamento.

LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

EVENTOS DE AVALIAÇÃO

São considerados eventos de avaliação do Fundo (os “Eventos de Avaliação”) quaisquer dos seguintes eventos:

- (a) caso a Razão de Garantia não seja observada por um período de 30 (trinta) dias consecutivos contado da data de recebimento da notificação de desenquadramento pelos Quotistas Subordinados;
- (b) caso a Relação Mínima permaneça inferior a 62% (sessenta e dois por cento) por um período de 30 (trinta) dias consecutivos contado da data de recebimento da notificação de desenquadramento pelos Quotistas Subordinados;
- (c) caso haja a redução do nível de classificação de risco de qualquer das séries ou classes de quotas em circulação em dois sub-níveis;
- (d) caso o Fundo não observe por 30 (trinta) dias consecutivos os limites de concentração por sacado e/ou Cedente, por tipo de ativo ou por segmento estabelecidos no Artigo 21 do Regulamento;
- (e) caso as amortizações programadas de qualquer série ou de qualquer classe não sejam efetuadas nas datas estabelecidas;
- (f) caso os Direitos de Crédito vencidos e não pagos por período superior a 60 (sessenta) dias consecutivos contado da sua data de vencimento atinjam 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (g) caso haja alteração dos procedimentos de cessão de Direitos de Crédito e de cobrança adotados pela Gestora, sem prévia aprovação da Assembléia Geral;
- (h) caso o limite de recompra exceda 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido em dois Relatórios de Monitoramento consecutivos ou quatro alternados em um período de 12 (doze) meses;
- (i) caso o montante total de Direitos de Crédito pagos com atraso de até 30 (trinta) dias da sua data de vencimento, seja superior a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo em dois Relatórios de Monitoramento consecutivos ou quatro alternados em um período de 12 (doze) meses;
- (j) caso a Reserva de Amortização, a Reserva de Liquidez e o Índice de Liquidez não se encontrem enquadrados por mais que 15 (quinze) dias consecutivos; e
- (k) caso o total de pagamentos de Direitos de Crédito cedidos realizados pelos sacados diretamente na conta da Cedente seja superior a 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido em 2 (dois) Relatórios de Monitoramento consecutivos ou quatro alternados em um período de 12 (doze) meses.

Ocorrendo qualquer Evento de Avaliação, será convocada Assembléia Geral, nos termos do Capítulo XXI do Regulamento, para avaliar o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do respectivo Evento de Avaliação, podendo a Assembléia Geral deliberar (i) pela não liquidação do Fundo, ou (ii) que o Evento de Avaliação que deu causa à Assembléia Geral constitui um Evento de Liquidação, estipulando os procedimentos para a liquidação do Fundo independentemente da convocação de nova Assembléia Geral, e aplicando-se o disposto no Parágrafo 3º do Artigo 66 do Regulamento.

Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembléia Geral, a referida Assembléia Geral será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação do Fundo.

EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

São considerados eventos de liquidação antecipada do Fundo (os “Eventos de Liquidação”) quaisquer dos seguintes eventos:

- (a) cessação ou renúncia pela Administradora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços de administração do Fundo previstos no Regulamento, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, de acordo com os procedimentos estabelecidos no Regulamento;
- (b) cessação pelo Custodiante, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Custódia, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, nos termos do referido contrato; e
- (c) cessação pela Gestora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Gestão ou ainda em caso de alteração direta ou indireta no controle da Gestora.

Ocorrendo qualquer dos Eventos de Liquidação, a Administradora deverá dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo definidos abaixo.

Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral, a fim de que os Quotistas deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas.

No caso de decisão assemblear pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, ficará assegurado o resgate antecipado das Quotas Seniores detidas pelos Quotistas dissidentes.

Observada a deliberação da Assembléia Geral quanto a liquidação antecipada, o Fundo resgatará compulsoriamente todas as Quotas Seniores e posteriormente todas as Quotas Mezanino, ao mesmo tempo, em igualdade de condições entre os titulares de Quotas da mesma classe e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas de cada uma das referidas classes em circulação, observados os seguintes procedimentos:

- (a) a Administradora liquidará todos os investimentos e aplicações do Fundo, transferindo todos os recursos para a Conta do Fundo;
- (b) todos os recursos decorrentes do recebimento, pelo Fundo, dos valores dos Direitos de Crédito, serão imediatamente destinados à Conta do Fundo; e
- (c) observada a ordem de alocação dos recursos definida no Capítulo XIX, a Administradora debitará a Conta do Fundo e procederá ao resgate antecipado das Quotas Seniores e, posteriormente das Quotas Mezanino, em circulação até o limite dos recursos disponíveis.

Os recursos auferidos pelo Fundo nos termos do Parágrafo 4º do Artigo 66 do Regulamento, serão utilizados para o pagamento das Obrigações do Fundo de acordo com a ordem de alocação de recursos prevista no Capítulo XIX. Os procedimentos descritos no Parágrafo 4º do Artigo 66 do Regulamento somente poderão ser interrompidos após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino.

Após o resgate integral antecipado das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino conforme estabelecido no Artigo 66 do Regulamento, os titulares das Quotas Subordinadas poderão deliberar pela interrupção do processo de liquidação do Fundo e retomada de suas atividades.

Caso após 12 (doze) meses da data de ocorrência do Evento de Liquidação e observadas as deliberações da Assembléia Geral referida no Parágrafo 2º do Artigo 66 do Regulamento, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas Seniores e Mezanino, será constituído pelos titulares das Quotas em circulação um condomínio nos termos do artigo 1.314 e ss. do Código Civil, que sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos de Crédito existentes na data de constituição do referido condomínio.

ASSEMBLÉIA GERAL

COMPETÊNCIA

Sem prejuízo das demais atribuições previstas no Regulamento, compete privativamente à Assembléia Geral, observados os respectivos quoruns de deliberação:

- (a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- (b) deliberar sobre a substituição da Administradora;
- (c) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxas que tenham sido objeto de redução;
- (d) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo, observado o procedimento do Capítulo XVIII do Regulamento;
- (e) aprovar qualquer alteração do Regulamento e dos demais Documentos da Operação, observado o disposto na hipótese da alínea (c) do Parágrafo Único do Artigo 11 do Regulamento; e
- (f) aprovar a substituição do Custodiante, da Empresa de Auditoria e da Agência de Classificação de Risco.

O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos no Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes.

PROCEDIMENTO DE CONVOCAÇÃO

A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias corridos de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias corridos de antecedência, quando em segunda convocação, e far-se-á por meio de aviso publicado no Periódico ou enviado por meio de correio eletrônico aos Quotistas, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral. Admite-se que a segunda convocação da Assembléia Geral seja providenciada conjuntamente com a primeira convocação.

A Assembléia Geral poderá ser convocada (i) pela Administradora ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.

A Assembléia Geral se instalará em primeira convocação com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas Seniores em circulação, 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas Mezanino e Subordinadas em conjunto, em circulação e, em segunda convocação, com Quotistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas Mezanino e das Quotas Subordinadas em circulação. Independentemente das formalidades previstas na lei e no Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

A presidência da Assembléia Geral caberá à Administradora.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo abaixo, a Administradora e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria, da Gestora ou quaisquer terceiros, para participar das Assembléias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Independentemente de quem tenha convocado, o representante da Administradora deverá comparecer a todas as Assembléias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral deve realizar-se no local onde a Administradora tiver a sede, e quando for realizada em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembléia Geral.

Ressalvado o disposto nos parágrafos abaixo e observado o previsto na regulamentação aplicável, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis dos titulares de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas presentes à Assembléia Geral, observado o quorum mínimo estabelecido no Parágrafo 2º do Artigo 74 do Regulamento.

Sem prejuízo do disposto acima, as matérias previstas nos itens (b), (c) e (d) do Artigo 72 do Regulamento, serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Quotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Quotas dos presentes.

A alteração das características, direitos e obrigações das Quotas Subordinadas dependerá da aprovação (i) da Assembléia Geral; e (ii) dos titulares da totalidade das Quotas Mezanino e Subordinadas em circulação. Além disso, a alteração das seguintes matérias dependerá da aprovação dos titulares das Quotas Mezanino e Subordinadas:

- (a) as matérias previstas nos itens (e) e (f) do Artigo 72 do Regulamento; e
- (b) cobrança de taxas e encargos de qualquer natureza pela Administradora que não estejam expressamente prevista no Regulamento.

As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quoruns estabelecidos no Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembléia Geral ou do voto proferido na mesma.

Os Quotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse, observados os procedimentos de convocação e deliberação previstos no Regulamento.

REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO

A presente análise foi feita com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo.

Objetivo de Tratamento Tributário

O Fundo têm como objetivo proporcionar aos seus Quotistas uma estrutura que permita a incidência de uma baixa carga tributária, de acordo com a legislação atualmente aplicável. Para tanto o Fundo dedicará esforços em buscar enquadramento como Fundo de Investimento de Longo Prazo.

As Amortizações Programadas poderão não ter o mesmo tratamento tributário aplicável ao resgate das Quotas Seniores, pois os prazos de amortização são menores que o prazo de resgate, o que implica em um tratamento tributário menos favorecido ao Quotista. Ademais, o Fundo não tem como garantir aos seus Quotistas que a legislação atual permanecerá em vigor pelo tempo de duração de cada série do Fundo, e não tem como garantir que não haverá alteração da legislação e regulamentação em vigor, e que esse será o tratamento tributário aplicável aos titulares de Quotas Seniores à época do resgate ou da amortização de Quotas Seniores de cada série.

Tributação Aplicável aos Quotistas

IOF

Os investimentos no Fundo estão sujeitos à incidência do Imposto sobre Títulos ou Valores Mobiliários (“IOF/Títulos”). Nos termos da legislação vigente, o IOF/Títulos será cobrado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate (liquidação do Fundo), cessão ou repactuação das Quotas, limitado ao rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 6.306/07. Segundo esse Decreto, resgates, cessões ou repactuações efetuados em prazo de até 29 dias (inclusive), sujeitam-se ao IOF/Títulos, calculado de forma percentual sobre o rendimento auferido, sendo que quanto maior o prazo da aplicação, menor será o percentual de rendimento sujeito à incidência do imposto (0% a 96%). O IOF/Títulos pode ser deduzido no cálculo do Imposto de Renda Retido na Fonte.

A partir de 17 de março de 2008, os valores aportados no Brasil por parte dos Quotistas residentes ou domiciliados no exterior estão sujeitos ao Imposto sobre Câmbio (“IOF/Câmbio”). Nos termos da legislação em vigor, o imposto será cobrado à alíquota de 1,5% sobre o montante em moeda nacional, recebido, entregue ou posto à disposição, correspondente ao valor, em moeda estrangeira, da operação de câmbio. Vale ressaltar que o IOF/Câmbio incide à alíquota zero nas operações de câmbio para fins de retorno de recursos aplicados pelos Quotistas residentes ou domiciliados no exterior.

Imposto de Renda

Os rendimentos decorrentes da aplicação em fundos de investimentos estão sujeitos à incidência de imposto de renda de acordo com as seguintes regras:

- (i) Para o Quotista pessoa física residente no Brasil:
 - os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do Fundo) ou amortização das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Quotas, às alíquotas regressivas abaixo indicadas:

Para fundos com carteira de longo prazo¹:

¹ Fundos de longo prazo são aqueles cuja carteira de títulos (excluem-se para esse fim os Direitos de Crédito) tenha prazo médio superior a 365 dias.

- 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- 20% em aplicações com prazo de 181 até 360 dias;
- 17,5% em aplicações com prazo de 361 até 720 dias;
- 15% para aplicações com prazo acima de 720 dias.

A Gestora buscará manter a Carteira do Fundo como de longo prazo, de forma a proporcionar aos Quotistas o benefício das alíquotas regressivas acima indicadas até a alíquota mínima de 15%. Todavia, a Carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários.

Para fundos com carteira de curto prazo²:

- 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- 20% em aplicações com prazo acima de 180 dias;
- os ganhos auferidos na alienação das Quotas devem ser tributados à alíquota de 15%, devendo ser recolhidos pela própria pessoa física.

(ii) Para Quotista pessoa jurídica não-financeira domiciliado no Brasil³:

- os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do Fundo) ou amortização das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Quotas, mediante aplicação das alíquotas regressivas supra;
- os ganhos auferidos na alienação (realizada dentro ou fora de bolsa) das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte, como ganhos de renda variável, pela diferença positiva entre o valor da alienação e o custo de aquisição das Quotas à alíquota de 15%;

(iii) Para os Quotistas residentes ou domiciliados no exterior, como regra geral, a tributação segue a regra aplicável ao Quotista pessoa física residente no Brasil. As exceções dizem respeito a: (a) Quotistas sediados em localidades de tributação favorecida, para os quais pode haver uma tributação de 25% e (b) Quotistas registrados de acordo com a Resolução nº 2.689, que não sejam residentes ou domiciliados em país com tributação favorecida. Para essa última situação, as alíquotas aplicáveis no resgate, na amortização e na alienação (realizada em bolsa) de Quotas são de 15%, ou de 0%, no caso de alienação em bolsa de valores.

Na hipótese de alienação de Quotas do Fundo em bolsa de valores, sobre o valor da alienação, incidirá IR-Fonte à alíquota de 0,005%, neste caso sendo responsável pelo recolhimento a instituição intermediadora que receber a ordem de alienação do Quotista.

Exceções e Outras Incidências

Existem algumas exceções às incidências tributárias acima relacionadas, bem como poderá haver outras incidências tributárias sobre os rendimentos produzidos pelo Fundo, dependendo da forma de tributação a que cada Quotista estiver sujeito.

Tributação Aplicável ao Fundo

² Fundos de curto prazo são aqueles cuja carteira de títulos (excluem-se para esse fim os Direitos de Crédito) tenha prazo médio igual ou inferior a 365 dias.

³ Como regra, o imposto de renda retido na fonte – IRF será tratado como antecipação do imposto devido e a variação positiva do valor da quota integrará a base de cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica – IRPJ e da contribuição social sobre o lucro – CSLL da pessoa jurídica.

O Fundo não tem personalidade jurídica. Assim, não está sujeito ao pagamento de diversos tributos, tais como: (i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ; (ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL; (iii) contribuição para o Programa de Integração Social – PIS; e (iv) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

Além disso, o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários – IOF incide sobre as operações do Fundo à alíquota zero.

IOF

A atual legislação fiscal estabelece que os recursos do Fundo estão sujeitos à incidência do IOF/Títulos à alíquota zero.

Imposto de Renda

A atual legislação fiscal estabelece que a Carteira do Fundo é isenta do imposto de renda.

Outras Incidências

Em decorrência das alterações constantes às quais a legislação fiscal brasileira está sujeita, novas obrigações podem ser impostas, no futuro, sobre o Fundo.

ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

O Fundo é administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek 50, 5º e 6º andares, e inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.918.160/0001-73.

A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis, (ii) do Regulamento, (iii) das deliberações da Assembléia Geral, (iv) dos deveres fiduciários, de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.

INFORMAÇÕES REFERENTES À SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA

A Administradora poderá ser substituída, a qualquer tempo, pelos titulares das Quotas reunidos em Assembléia Geral, na forma do Capítulo XXI do Regulamento, sem qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza para o Fundo.

A Administradora, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, sempre com aviso prévio de 60 (sessenta) dias corridos, pode renunciar à administração do Fundo, desde que a Administradora convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral para decidir sobre a sua substituição, devendo ser observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo XXI do Regulamento.

Na hipótese de renúncia da Administradora e nomeação de nova instituição administradora em Assembléia Geral, a Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração e gestão do Fundo até que a nova instituição administradora venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de realização da respectiva Assembléia Geral.

A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da data da deliberação da sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo, e sua respectiva administração, que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora, ou por qualquer terceiro envolvido diretamente na administração do Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, com os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos do Regulamento.

Para informações sobre as atribuições, obrigações e responsabilidades da Administradora, vide os Capítulos III e IV do Regulamento.

Histórico

A Gradual é uma corretora tradicional, com mais de 15 anos de atuação nos mercados de câmbio e de valores mobiliários, e conta com uma equipe de 120 profissionais experientes e especializados no mercado financeiro - operadores de mesa, *controllers*, *middle officers*, operadores e auxiliares de pregão, entre outros. A Gradual opera nas duas bolsas mais importantes do país, Bovespa e BM&F. Com matriz em São Paulo, mantém filiais no Rio, Campinas, Porto Alegre, Curitiba e Goiânia, e representações autônomas em Santos (SP), Presidente Prudente (SP), Botucatu (SP), Belo Horizonte (MG), Pelotas (RS), Passo Fundo (RS).

O objetivo da Gradual é oferecer aos clientes as melhores alternativas de portfólio, desde investimentos diretos, seja através de títulos ou ações, carteiras administradas, fundos de investimentos em ações e multimercados e clubes de investimento (já existentes ou próprios), buscando uma fórmula sob medida para cada caso. A Gradual conta atualmente com mais de 10.000 clientes ativos em carteira, entre pessoas físicas,

instituições financeiras e não financeiras. A carteira de ativos de clientes sob sua administração e custódia ultrapassa hoje US\$ 400 milhões.

Em 2004 a Gradual iniciou suas atividades na área de FIDCs – Fundos de Investimento de Direitos Creditórios sendo hoje Administradora de 18 (dezoito) Fundos já em operação desde junho de 2005.

Fundada em 1991, inicialmente como Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, a Gradual responde atualmente por 1,6% do volume negociado em Bolsa. Em 2000, tornou-se membro número 227 da Bovespa, passando a operar nos sistemas eletrônicos Mega e Soma, com atuação nacional. Dois anos depois, estendeu sua atividade à Bolsa de Mercadorias & Futuros.

PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO

CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO

Para a prestação dos serviços de custódia, escrituração das Quotas do Fundo e controle dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo, de forma a cumprir com o artigo 38 da Instrução CVM 356, o Fundo contratou o Deutsche Bank.

Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos no Contrato de Custódia, o Custodiante será responsável pelas seguintes atividades:

- (a) zelar pela boa ordem, operacionalizar e executar, por meio de sistema especialmente elaborado para tal fim, todos os procedimentos e rotinas definidos no Contrato de Custódia e no Contrato de Escrituração, celebrados entre o Custodiante e o Fundo;
- (b) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural, por si ou por terceiros, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal, dos registros eletrônicos da Base de Dados e dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo;
- (c) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural dos documentos abaixo listados, mantendo em arquivo físico ou eletrônico a documentação comercial e fiscal relativa a cada operação realizada pelo Fundo, pelo prazo necessário ao atendimento da auditoria por parte da Administradora, que ocorrerá, no máximo, anualmente:
 - (i) extratos da Conta de Arrecadação e da Conta do Fundo e comprovantes de pagamentos de valores creditados em cada uma das dessas contas;
 - (ii) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia, Contrato de Escrituração e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos no Regulamento e no Contrato de Custódia;
 - (iii) documentos referentes aos Ativos Financeiros; e
 - (iv) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo;
- (d) efetuar a liquidação financeira dos Ativos Financeiros e receber quaisquer rendimentos ou valores referentes a esses ativos;
- (e) receber e realizar a cobrança dos valores relativos aos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo, por si ou por terceiros, nos termos do Contrato de Custódia;
- (f) efetuar o recolhimento dos impostos incidentes sobre a rentabilidade auferida pelos Quotistas, nos termos da legislação aplicável, mediante instrução da Administradora;
- (g) verificar o enquadramento dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo aos Critérios de Elegibilidade;
- (h) elaborar e fornecer à Administradora os relatórios e arquivos referentes aos Direitos de Crédito cedidos e pagos ao Fundo; e
- (i) realizar auditoria por amostragem, no mínimo trimestral, nos Documentos Comprobatórios, de forma a verificar a regularidade dos Documentos Comprobatórios e o cumprimento das obrigações da Gestora com relação à guarda e organização dos Documentos Comprobatórios nos termos do Contrato de Custódia. Os parâmetros de quantidade dos créditos cedidos e de diversificação de devedores que ensejarão a verificação do lastro por amostragem serão definidos de acordo com os seguintes procedimentos:

(i) Utilização de metodologia e ferramentas de auditoria para amostragem. Admitindo um intervalo de confiança de 95% (noventa e cinco por cento), a amostra (n) selecionada será calculada mediante utilização da seguinte fórmula:

$$n_o = \frac{1}{E_o^2}$$

$$A = \frac{N \times n_o}{N + n_o}$$

Sendo:

E_o = Erro Estimado

A = Tamanho da Amostra

N = População Total

n_o = Fator Amostral

(i.i) O erro amostral tolerável representa a diferença entre o valor que a estatística pode acusar e o verdadeiro valor do parâmetro que se deseja estimar. Portanto, o erro amostral tolerável é a margem de erro aceitável em um estudo estatístico

(ii) Etapas

(ii.a) Determinar o erro amostral tolerável. O erro amostral tolerável será mantido entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento), dependendo da avaliação prévia efetuada para o Fundo a ser analisado, considerando principalmente os seguintes aspectos: natureza do recebível; qualidade do Cedente a ser analisado; quantidade de revisões já efetuadas para determinado Fundo e seus respectivos resultados observados;

(ii.b) Determinar o intervalo de confiança. O intervalo de confiança define os limites inferior e superior de um conjunto de valores que tem certa probabilidade de conter no seu interior o valor verdadeiro do efetivo da intervenção em estudo. Desse modo, o processo pelo qual um intervalo de confiança é de 95% (noventa e cinco por cento) é tal que ele tem 95% (noventa e cinco por cento) de probabilidade de incluir o valor real da eficácia da intervenção em estudo.

(ii.c) Determinar itens chave. Quando se planeja uma amostragem, utiliza-se o julgamento para determinar qual parte da população deve ser examinada individualmente e quais itens devem fazer parte da amostra. Os itens que não justificam a aceitação de risco de amostragem, devem ser examinados individualmente. Isso inclui itens para os quais os erros potenciais podem igualar ou exceder o erro tolerável. Alguns itens testados 100% (cem por cento) não fazem parte da população da amostragem.

(ii.d) Extração dos itens para teste. A seleção da amostra é feita por programa eletrônico, que leva em conta fatores como a representatividade das Cedentes e dos Clientes em relação ao total da carteira do Fundo. Ademais, a cada verificação, serão analisados documentos que deram origem aos Direitos de Crédito que sejam originados de todas as empresas.

A extração da quantidade de itens para teste, indicada pelo resultado observado após aplicação da fórmula mencionada no item (i), será realizada a partir do critério de amostragem probabilística estratificada proporcional, onde primeiramente dividi-se a base de dados em extratos

para depois selecionar, de acordo com a representatividade de cada extrato, a amostra que será base para os testes.

(ii.e) Escopo da análise. O escopo da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos de Crédito contempla a verificação da existência dos Documentos Comprobatórios correspondentes; Abaixo escopo detalhado:

- Obtenção de base de dados analítica por recebível;
- Seleção de uma amostra de acordo com a fórmula acima;
- Verificação física dos contratos devidamente formalizados junto ao fiel depositário;
- Verificação da documentação acessória representativa dos Direitos de Crédito (identificação pessoal, comprovante de residência, comprovante de entrega de mercadorias, etc.);
- Verificação do registro de gravame do bem objeto do financiamento;
- Evidenciação do atendimento às políticas de cobrança administrativa para recebíveis vencidos e não liquidados; e
- Verificação das condições de guarda física da documentação comprobatória junto ao fiel depositário.

Para a execução da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos de Crédito, o Custodiante, sob sua responsabilidade, poderá contratar consultoria especializada para prestar os serviços de análise por amostragem dos Direitos de Crédito.

No exercício de suas funções, o Custodiante está autorizado, por conta e ordem da Administradora a:

- (a) abrir e movimentar, em nome do Fundo, as contas de depósito específicas abertas diretamente em nome do Fundo (1) no SELIC; (2) no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP; ou (3) em instituições ou entidades autorizadas a prestação desses serviços pelo BACEN ou pela CVM em que os Ativos Financeiros sejam tradicionalmente negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância do Regulamento e do Contrato de Custódia;
- (b) dar e receber quitação ou declarar o vencimento antecipado dos Ativos Financeiros; e
- (c) efetuar o pagamento dos Encargos do Fundo, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto.

Histórico

O Deutsche Bank é uma subsidiária integral do Deutsche Bank AG. O banco, através de seus Serviços de Custódia e Guarda de Títulos, provê serviços fiduciários, de agenciamento, depositários, de custódia e outros relacionados sobre mais de US\$ 3 trilhões em títulos de dívida e de ações. A estratégia do Deutsche Bank AG é se tornar um líder em serviços de custódia doméstica na União Européia, Europa do Leste, América Latina (principalmente no Brasil, México e Argentina) e Ásia. Consistente com esta estratégia, o Deutsche Bank AG vendeu a sua operação norte-americana de custódia para o State Street em 2003, por um valor total de US\$ 1,5 bilhão, de modo a se concentrar em seus mercados-alvo. No Brasil, o Deutsche Bank S.A. iniciou seu negócio de custódia e serviços fiduciários em 1996, sendo o segundo maior provedor no país de serviços fiduciários, de agenciamento, depositários, de custódia e outros relacionados, com US\$ 500 milhões em ativos sob custódia, representando uma fatia de mercado de 3%. Na indústria de FIDC, o Deutsche Bank é o segundo maior custodiante.

GESTÃO

O Fundo contratou a SRM Consultoria e Administração de Recursos Ltda. (a “Gestora”) para prestar os serviços detalhados abaixo.

A Gestora será responsável, exclusivamente, por todos os serviços relativos à (i) análise e seleção de Direitos de Crédito para aquisição pelo Fundo, observados os Critérios de Elegibilidade, Condições de Aquisição, taxa mínima de cessão, limites de concentração e demais disposições aplicáveis estabelecidas no Regulamento; (ii) análise e seleção dos Ativos Financeiros a serem adquiridos pelo Fundo, observada a política de investimento, de composição e diversificação da carteira do Fundo, nos termos do Capítulo VII do Regulamento, devendo enviar esforços para manter o enquadramento fiscal do Fundo como de longo prazo; (iii) acompanhamento dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, e emitir relatório todo 5º (quinto) dia útil de cada mês destacando o atendimento ou não a cada um dos limites de concentração dispostos no Artigo 21 do Regulamento (“Relatório de Monitoramento”); (iv) cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo que não tenham sido pagos nas respectivas datas de vencimento, de acordo com a Política de Cobrança do Fundo e as demais condições estabelecidas no Contrato de Gestão; (v) guarda dos Documentos Comprobatórios, na qualidade de fiel depositária, nos termos do Contrato de Custódia, sem prejuízo da responsabilidade do Custodiante, nos termos da regulamentação aplicável; e (vi) negociação e venda, a qualquer terceiro, de quaisquer Direitos de Crédito que estejam vencidos e não pagos por prazo superior a 180 dias (cento e oitenta dias).

Sujeito às regras estabelecidas na Política de Cobrança do Fundo e visando possibilitar a prestação do serviço de cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito, a Gestora terá poderes para renegociar quaisquer características dos Direitos de Crédito com o sacado inadimplente, incluindo, mas não se limitando ao prazo e taxa de cessão do Direito de Crédito; bem como procurar formas alternativas que possibilitem a recuperação dos valores devidos pelo sacado inadimplente, tais como (i) substituição dos Direitos de Crédito inadimplidos por novos Direitos de Crédito a vencer ou (ii) recompra pela Cedente dos Direitos de Créditos inadimplidos ou a vencer.

Nenhum Direito de Crédito ou Ativo Financeiro poderá ser adquirido pelo Fundo sem que tenha sido previamente analisado e selecionado pela Gestora.

Histórico da Gestora

A Gestora foi constituída em 2005, fruto de uma reorganização societária do grupo R.Mansur, em que se incorporou toda a estrutura operacional e o expertise anteriormente adquiridos por seus controladores na R.Mansur Factoring.

A Gestora iniciou suas atividades em 2005 atuando na gestão do portfólio do FIDC Exodus I, administrando um patrimônio inicial de R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais). Atualmente a empresa presta serviços de gestão para três fundos de investimento em direitos creditórios, totalizando um patrimônio de R\$140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais) sob sua administração.

Detentora de uma sólida estrutura operacional, a Gestora conta com 60 colaboradores em 9 escritórios estrategicamente localizados em 6 estados diferentes, nas cidades de São Paulo, Fortaleza, Belo Horizonte, Ribeirão Preto, Curitiba, Londrina, Blumenau, Porto Alegre e Caxias do Sul.

AGENTE DE COBRANÇA

Para prestação dos serviços de cobrança dos Direitos de Crédito, o Fundo contratou o Banco do Brasil S.A., o qual deverá realizar os procedimentos tradicionais para cobrança, de acordo com a Política de Cobrança do Fundo, bem como é a instituição de centralização de recebimentos.

AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

As Quotas Seniores e as Quotas Mezanino do Fundo têm classificação de risco atribuída pela Standard & Poor's, agência de classificação de risco contratada pelo Fundo. O respectivo relatório de classificação de risco deverá ser atualizado, no mínimo, trimestralmente, e ficar à disposição dos Quotistas na sede e agências da Administradora.

Qualquer alteração da classificação de risco das Quotas Seniores constitui fato relevante para fins de comunicação aos Quotistas. Dessa forma, havendo o rebaixamento da classificação de risco para uma nota inferior à inicialmente obtida, a Administradora comunicará imediatamente tal fato aos Quotistas e enviará, através de correspondência registrada, o material emitido pela Agência de Classificação de Risco com a nova nota e justificativa do rebaixamento.

Histórico

A Agência de Classificação de Risco é uma divisão da The McGraw-Hill Companies (NYSE:MHP), sendo a maior provedora mundial de *ratings*, índices, avaliação de risco, pesquisas de investimento, dados e avaliações. Com mais de 6.000 (seis mil) funcionários localizados em 21 (vinte e um) países, a Standard & Poor's é parte essencial da infra-estrutura financeira mundial e tem desempenhado um papel de liderança por mais de 140 (cento e quarenta) anos na provisão de "benchmarks" independentes para que investidores em todo o mundo possam tomar decisões financeiras e de investimento com mais confiança. A Standard & Poor's tem um longo histórico na criação de benchmarks para o setor financeiro, sendo a primeira a atribuir *ratings* a financiamentos securitizados; transações com títulos garantidas por seguro; cartas de crédito; solidez financeira de seguradoras não americanas; holdings bancárias; e empresas de garantias financeiras.

Fundada em 1.888, a The McGraw-Hill Companies é uma provedora global de serviços de informações que atende às necessidades mundiais de serviços financeiros, treinamento e informação sobre negócios e mercados, por intermédio de marcas importantes como Standard & Poor's, Business Week e McGraw-Hill Education. A corporação tem mais de 280 (duzentos e oitenta) escritórios em 37 (trinta e sete) países. Suas vendas atingiram US\$5,3 bilhões em 2004.

AUDITORIA

Para prestação de serviços de auditoria das contas do Fundo foi contratada a empresa KPMG Auditores Independentes.

Histórico

A KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 33, 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 057.755.217/0001-29.

A KPMG foi criada em 1987, com a fusão da Peat Marwick International (PMI) e da Klynveld Main Goerdeler (KMG), assim como suas firmas-membro individuais. No Brasil, a KPMG está presente em onze cidades do Brasil, e conta com mais de 1.200 funcionários. A KPMG é uma rede global de firmas que prestam serviços profissionais nas áreas de Audit, Tax, e Advisory, com aproximadamente 103.000 pessoas em todo o mundo, distribuídas em 731 cidades, localizadas em 144 países. A KPMG será responsável pela execução dos serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras do Fundo, a serem efetuadas em cada encerramento de exercício social do Fundo.

SUBSTITUIÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO

A Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outras instituições credenciadas pela CVM para prestação dos serviços de custódia, gestão, classificação de risco e de auditoria, agindo sempre no interesse dos Quotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembléia Geral, nos termos da alínea (g) do Artigo 72 do Regulamento.

POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto no Regulamento, quaisquer atos fatos decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal DCI – Comércio, Indústria & Serviços ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente; e (ii) de correio eletrônico enviado ao representante de cada Quotista indicado na forma do Parágrafo 1º do Artigo 43 do Regulamento.

As publicações aqui referidas deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede e agências da Administradora e das instituições que distribuírem Quotas.

Qualquer mudança no periódico referido acima deverá ser aprovada pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral.

No prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o encerramento de cada trimestre, deverão ser colocados à disposição dos Quotistas, na sede e agências da Administradora, informações sobre:

- (a) o número e valor das Quotas de titularidade de cada Quotista;
- (b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do Período de Originação a que se referir; e
- (c) o comportamento da carteira de Direitos de Crédito do Fundo e dos Ativos Financeiros.

Todo o material de divulgação do Fundo deverá apresentar a nota conferida pela Agência de Classificação de Risco, suas respectivas atualizações, e a indicação de como os Quotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.

A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição dos Quotistas que as solicitarem, observados os seguintes prazos máximos:

- (a) de 20 (vinte) dias corridos após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- (b) de 60 (sessenta) dias corridos após o encerramento do exercício social a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo não podem estar em desacordo com o Regulamento protocolado na CVM.

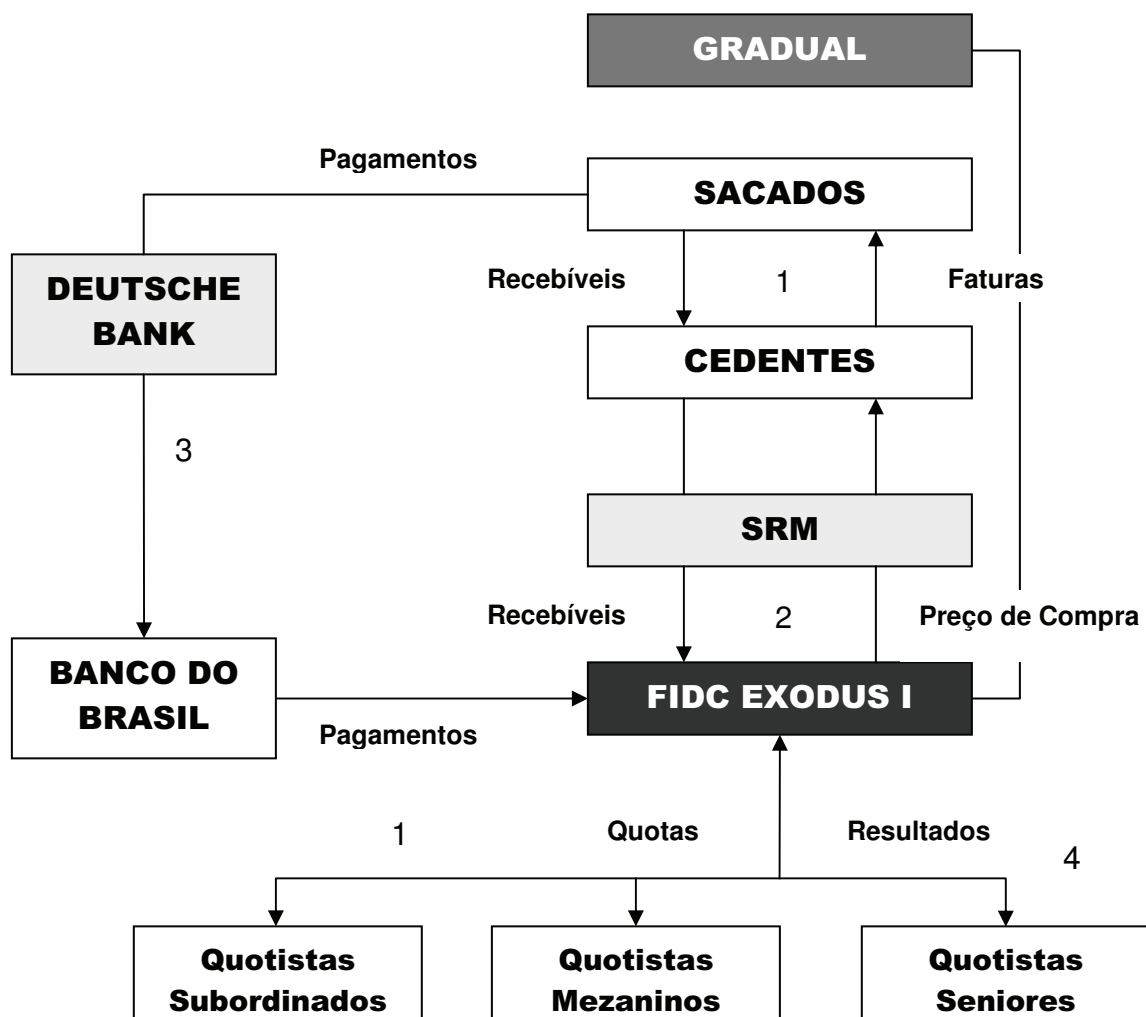
ATENDIMENTO AOS QUOTISTAS

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, os possíveis investidores e os Quotistas poderão entrar em contato com a Administradora por meio dos telefones e emails de atendimento ao Quotista abaixo indicados:

Francisco A Tertuliano	(11) 3372-8304	ftertuliano@gradualcorretora.com.br
Leonardo A Tertuliano	(11) 3372-8304	leonardo@gradualcorretora.com.br
Antônio Roberto Silva	(11) 3372-8334	roberto@gradualcorretora.com.br

ESTRUTURA DA OPERAÇÃO

FLUXOGRAMA FINANCEIRO



- (1) Os Direitos de Crédito são originados a partir das transações entre as Cedentes e seus respectivos clientes, que figuram como devedores dos Direitos de Crédito;
- (2) A Gestora seleciona Cedentes e Direitos de Crédito para serem adquiridos pelo Fundo. O Fundo adquire os Direitos de Crédito, liberando o pagamento para a Cedente, através do Custodiante;
- (3) O Banco Cobrador recebe os valores referentes aos Direitos de Crédito, e realiza transferências diárias para a conta do Fundo.
- (4) Na data de resgate, o Fundo paga aos Quotistas o rendimento relativo à operação.

CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS DE CRÉDITO

DIREITOS DE CRÉDITO

O Fundo tem como objeto, preponderantemente, a aquisição de Direitos de Crédito oriundos de operações de natureza industrial, podendo adquirir, secundariamente, Direitos de Crédito oriundos de operações de natureza comercial e de prestação de serviços, representados por duplicatas, cheques e notas promissórias.

Os Direitos de Crédito devem representar créditos existentes da data da cessão que independam de qualquer evento futuro para sua liquidação e cobrança, ou seja, deverão ser Direitos de Crédito performados.

ORIGINAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

Os Direitos de Crédito cedidos e transferidos ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e da política de concessão de crédito constante do Anexo IV do Regulamento, compreendem os Direitos de Crédito identificados em cada Termo de Cessão, representados por duplicatas, cheques e notas promissórias, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito.

Cada uma das Cedentes é responsável pela origemação, existência e correta formalização dos Direitos de Crédito cedidos.

Os Direitos de Crédito deverão contar com documentação que comprove a efetiva conclusão do negócio originador, sendo que as operações originadas por compras e venda à prazo deverão ter comprovação da entrega de tais produtos, bem como, as operações originadas por prestação de serviços deverão ter a comprovação da conclusão de tais serviços, e ainda, em ambos os casos, documentos que comprovem que os Direitos de Crédito não se enquadram nas especificações do artigo 40, §8º, I da Instrução CVM 356 (os “Documentos Comprobatórios”).

CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

A cessão dos Direitos de Crédito se opera com relação a todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito, nos termos do Contrato de Cessão.

O Contrato de Cessão, bem como cada respectivo Termos de Cessão é celebrado de forma irrevogável e irretratável.

Nos termos da regulamentação aplicável, os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo não serão acrescidos, removidos ou substituídos, exceto nos casos de Direitos de Crédito inadimplidos que forem substituídos por vencidos, à critério da Gestora, nos termos do Parágrafo Único do Artigo 17 do Regulamento do Fundo.

POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

O Anexo IV ao Regulamento contém a descrição detalhada da política de concessão de crédito do Fundo.

TITULARIDADE DOS DIREITOS DE CRÉDITO

Todas as cessões de Direitos de Crédito são celebradas, nos termos do Contrato de Cessão, em caráter irrevogável e irretratável, transferindo para o Fundo, em caráter definitivo, a plena titularidade dos Direitos de Crédito cedidos, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados.

FORMALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS DIREITOS DE CRÉDITO

O recebimento e a análise dos arquivos físicos e eletrônicos que evidenciam o lastro dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo será de responsabilidade do Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão e do Contrato de Custódia.

TAXA DE CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

O Fundo adquirirá Direitos de Crédito a uma taxa de cessão média mensal de 150% (cento e cinquenta por cento) do CDI, ou conforme a fórmula especificada abaixo, das duas a maior:

$$\left\{ \frac{\sum (QQS_n \times RAQS_n) + (QQM \times RAQM)}{(QQS + QQM)} + CT + 1\% \right\}$$

QQS: Quantidade de Quotas Seniores em circulação da série “n”;

RAQS_n: Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores da série ‘n’;

QQM: Quantidade de Quotas Mezanino em circulação;

RAQM: Meta de Rentabilidade das Quotas Mezanino em circulação; e

CT: Custos fixos e taxas de Administração e Gestão do Fundo.

A fórmula disposta acima será calculada previamente à emissão de novas quotas que possuam uma meta de rentabilidade determinada.

A Gestora deverá encaminhar ao Custodiante e à Administradora no momento da cessão relatório atestando que todos os Critérios de Elegibilidade e Condições de Aquisição foram devidamente atendidos e verificados por esta de acordo com o disposto no Regulamento (“Relatório de Aquisição”).

PRÉ-PAGAMENTO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

O Fundo não adota política de pré-pagamento dos Direitos de Crédito que compõem a sua carteira. Além disso, de acordo com os Contratos de Cessão e os Termos de Cessão utilizados na aquisição de Direitos de Crédito, o Fundo não está obrigado a aceitar o pré-pagamento dos Direitos de Crédito que integram sua carteira. Desse modo, nos termos do Código Civil (Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002), salvo se acordado entre o Fundo e o devedor, o Fundo, na qualidade de credor dos Direitos de Crédito, não está obrigado a receber o valor correspondente ao Direito de Crédito antes do seu vencimento. No entanto, caso o Fundo venha a aceitar o pré-pagamento de Direitos de Crédito, isso não gerará nenhum efeito adverso sobre a rentabilidade das Quotas, uma vez que o Fundo não concederá qualquer desconto ou dedução sobre o valor do Direito de Crédito. Não haverá, portanto, em nenhuma hipótese, prejuízo para o Fundo, caso os devedores e o Fundo venham a acordar o pré-pagamento dos Direitos de Crédito.

RECOMPRA DOS DIREITOS DE CRÉDITO

Caso o devedor dos Direitos de Crédito, por qualquer motivo, inclusive força maior, não efetue a liquidação dos mesmos dentro do prazo de vencimento, o Fundo poderá requerer que a Cedente recompre tais Direitos de Crédito, com aplicação de multa e encargos de cobrança.

NÍVEIS DE CONCENTRAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

A tabela abaixo apresenta os percentuais de concentração da carteira do Fundo, em ordem decrescente de concentração por Cedente e sacado de Direitos de Crédito com base no Patrimônio Líquido de 22 de outubro de 2008:

Por Cedente		Por Sacado	
1º Cedente	5,41%	1º sacado	2,43%
2º Cedente	4,30%	2º sacado	1,78%
3º Cedente	1,48%	3º sacado	1,15%
4º Cedente	1,43%	4º sacado	0,92%
5º Cedente	1,20%	5º sacado	0,88%
6º Cedente	1,11%	6º sacado	0,87%
7º Cedente	1,10%	7º sacado	0,74%
8º Cedente	1,07%	8º sacado	0,74%
9º Cedente	1,06%	9º sacado	0,63%
10 Cedente	1,03%	10 sacado	0,63%

POLÍTICA DE COBRANÇA

O Anexo III ao Regulamento contém a descrição detalhada da atual Política de Cobrança adotada pelo Fundo.

RESCISÃO E RESTITUIÇÃO DO PREÇO DE AQUISIÇÃO

Ocorrendo a rescisão de qualquer Contrato de Cessão, seja por descumprimento pela Cedente ou pelo Devedor Solidário de qualquer obrigação, pela não apresentação ou aprovação das garantias, início de procedimento de dissolução e/ou liquidação ou decretação de falência da Cedente ou do devedor solidário ou apresentação de pedido de autofalência por qualquer um deles, ou ainda, pela concessão de concordata à Cedente ou ao devedor solidário, homologação de processamento de recuperação judicial ou de plano de recuperação extrajudicial a qualquer um deles, o Fundo será restituído dos preços pagos pelos Direitos de Crédito que não estejam integralmente liquidados, com atualização monetária pelo IGPM até a data da rescisão, atualizado anualmente a partir da data de rescisão até o efetivo pagamento, com incidência de juros de 1% ao mês.

GARANTIAS

As cessões dos Direitos de Crédito são garantidas por co-obrigação de cada Cedentes, e por um terceiro, na qualidade de devedor solidário, indicado pela Cedente na forma do Contrato de Cessão. A cessão dos Direitos de Crédito pode ainda contar com garantias fidejussórias e nota promissória prestadas ou emitidas, conforme o caso, por pessoas vinculadas ao devedor dos Direitos de Crédito, o que mitiga de maneira considerável os riscos inerentes aos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo.

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS

CONTRATO DE CESSÃO PADRÃO

O Contrato de Cessão estabelece que a cessão dos Direitos de Crédito se opera com relação a todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito. Cada Cedente garante a existência e validade dos Direitos de Crédito.

O Contrato de Cessão, bem como cada respectivo Termos de Cessão é celebrado de forma irrevogável e irretratável.

O Contrato de Cessão padrão é utilizado para qualquer Cedente que venha a ceder créditos ao Fundo, podendo variar o preço de aquisição, taxas e encargos, partes, permanecendo inalterado o teor do instrumento, o qual conta com co-obrigação solidária da Cedente. Adicionalmente, de acordo com o risco de cada Cedente o Fundo pode requerer garantias fidejussórias e nota promissória de pessoas vinculadas ao devedor dos Direitos de Crédito, o que mitiga os riscos dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo.

CONTRATO DE CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO DE QUOTAS

Por meio do Contrato de Custódia, Controladoria e Escrituração de Quotas, o Custodiante se obrigou a prestar ao Fundo os serviços (i) de custódia dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros; (ii) controladoria do Fundo; e (iii) escrituração de quotas, incluindo os serviços de que trata o artigo 38 da Instrução CVM 356.

O serviço de custódia qualificada compreende a liquidação física e financeira dos Ativos, sua guarda e responsabilidade, bem como a administração e informação de eventos associados a esses Ativos. A custódia qualificada compreenderá também a liquidação financeira de derivativos, contratos de permutas de fluxos financeiros – swap e operações a termo, bem como o pagamento das taxas relativas ao serviço prestado, tais como, mas não limitadas a, taxa de movimentação e registro dos depositários e câmaras e sistemas de liquidação.

O Custodiante receberá pela prestação dos seus serviços uma remuneração equivalente a 0,2% ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado e provisionado diariamente e pago mensalmente

CONTRATO DE GESTÃO

Por meio do Contrato de Gestão, a Gestora se obrigara a prestar serviços descritos na página 50 deste Prospecto e, pelo desempenho destas obrigações a Gestora fará jus a uma parcela da Taxa de Administração conforme prevista na página 28 deste Prospecto.

CONTRATO DE SERVIÇOS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Por meio do Contrato de Serviços de Classificação de Risco, a Agência de Classificação de Risco foi contratada para a prestação dos serviços de classificação de risco das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino.

Pela prestação dos serviços objeto do Contrato de Serviços de Classificação de Risco, a Agência de Classificação de Risco fará jus a uma remuneração anual no valor de R\$ 57.470,00 (cinquenta e sete mil, quatrocentos e setenta reais) a ser paga pelo Fundo.

CONTRATO COM EMPRESA DE AUDITORIA

A Empresa de Auditoria foi contratada pelo Fundo para realizar a revisão anual das demonstrações financeiras e das contas do Fundo.

Como resultado dos trabalhos realizados pela Empresa de Auditoria, serão emitidos os seguintes documentos:

(i) Relatório sobre as demonstrações financeiras do Fundo, compreendendo:

- Demonstrações da composição e diversificação das aplicações;
- Demonstrações das evoluções do Patrimônio Líquido; e
- Notas explicativas às demonstrações financeiras;

(ii) Parecer dos auditores independentes; e

(iii) Relatório de recomendações e descumprimento de normas incluindo aspectos relacionados aos controles internos, práticas contábeis utilizadas e o não-cumprimento de leis e regulamentação, se aplicável.

Pelo prestação de serviços de revisão anual das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, a Empresa de Auditoria fará jus à remuneração anual de R\$16.000,00 (dezesseis mil reais).

Não foi identificado quaisquer eventos nos contratos firmados pelo Fundo que possam acarretar a liquidação ou amortização antecipada dos Direitos de Créditos cedidos ao Fundo.

CARACTERÍSTICAS DA PERFORMANCE DA CARTEIRA

Informações de Inadimplementos, Perdas ou Provisão para Devedores Duvidosos

A tabela abaixo contém as informações sobre a inadimplência histórica do Fundo nos últimos 36 meses:

FIDC EXODUS I - Evolução da Inadimplência				
DATA	Patrimônio Líquido	Inadimplência (Direitos de Crédito Vencidos)	% sobre o PL	% de aumento sobre a inadimplência do mês anterior
outubro-05	R\$ 4,123,107.56	R\$ 697,767.47	16.92%	
novembro-05	R\$ 5,565,109.81	R\$ 512,860.08	9.22%	-26.50%
dezembro-05	R\$ 7,109,755.78	R\$ 490,022.07	6.89%	-4.45%
janeiro-06	R\$ 8,002,461.56	R\$ 1,088,920.81	13.61%	122.22%
fevereiro-06	R\$ 9,276,879.77	R\$ 1,323,151.31	14.26%	21.51%
março-06	R\$ 13,280,871.32	R\$ 1,765,136.65	13.29%	33.40%
abril-06	R\$ 14,334,936.54	R\$ 2,320,757.76	16.19%	31.48%
maio-06	R\$ 16,684,042.40	R\$ 3,660,322.74	21.94%	57.72%
junho-06	R\$ 17,120,738.79	R\$ 4,433,484.01	25.90%	21.12%
julho-06	R\$ 17,677,408.32	R\$ 4,692,338.35	26.54%	5.84%
agosto-06	R\$ 20,699,151.36	R\$ 5,123,397.52	24.75%	9.19%
setembro-06	R\$ 20,946,566.93	R\$ 5,032,851.91	24.03%	-1.77%
outubro-06	R\$ 22,221,706.50	R\$ 5,400,692.10	24.30%	7.31%
novembro-06	R\$ 22,464,427.71	R\$ 6,471,515.02	28.81%	19.83%
dezembro-06	R\$ 23,714,506.65	R\$ 6,596,494.80	27.82%	1.93%
janeiro-07	R\$ 24,628,444.82	R\$ 6,941,013.39	28.18%	5.22%
fevereiro-07	R\$ 24,652,526.63	R\$ 8,071,837.41	32.74%	16.29%
março-07	R\$ 24,978,462.39	R\$ 8,188,772.94	32.78%	1.45%
abril-08	R\$ 27,253,600.75	R\$ 8,623,194.44	31.64%	5.31%
maio-07	R\$ 28,655,055.73	R\$ 9,125,667.44	31.85%	5.83%
junho-07	R\$ 31,149,721.75	R\$ 9,201,674.87	29.54%	0.83%
julho-07	R\$ 29,351,351.24	R\$ 10,427,353.05	35.53%	13.32%
agosto-07	R\$ 30,629,971.85	R\$ 7,706,289.86	25.16%	-26.10%
setembro-07	R\$ 28,167,853.06	R\$ 8,237,259.63	29.24%	6.89%
outubro-07	R\$ 27,671,110.17	R\$ 7,191,508.12	25.99%	-12.70%
novembro-07	R\$ 29,195,827.99	R\$ 8,721,339.67	29.87%	21.27%
dezembro-07	R\$ 29,511,567.70	R\$ 9,281,341.55	31.45%	6.42%
janeiro-08	R\$ 29,163,277.18	R\$ 8,648,827.98	29.66%	-6.81%
fevereiro-08	R\$ 36,909,948.18	R\$ 7,106,801.49	19.25%	-17.83%
março-08	R\$ 37,812,967.79	R\$ 6,551,015.10	17.32%	-7.82%
abril-08	R\$ 35,815,251.17	R\$ 5,886,405.04	16.44%	-10.15%
maio-08	R\$ 37,001,933.83	R\$ 7,815,669.66	21.12%	32.77%
junho-08	R\$ 42,179,946.99	R\$ 8,319,132.91	19.72%	6.44%
julho-08	R\$ 42,533,188.01	R\$ 8,265,700.89	19.43%	-0.64%
agosto-07	R\$ 43,181,946.50	R\$ 7,219,476.03	16.72%	-12.66%
setembro-08	R\$ 42,398,452.98	R\$ 10,153,325.78	23.95%	40.64%
outubro-08	R\$ 41,437,592.19	R\$ 9,309,732.02	22.47%	-8.31%

As perdas e provisões com os Direitos de Crédito são reconhecidas no resultado do período conforme as regras e procedimentos definidos na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão de tais perdas e provisões, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

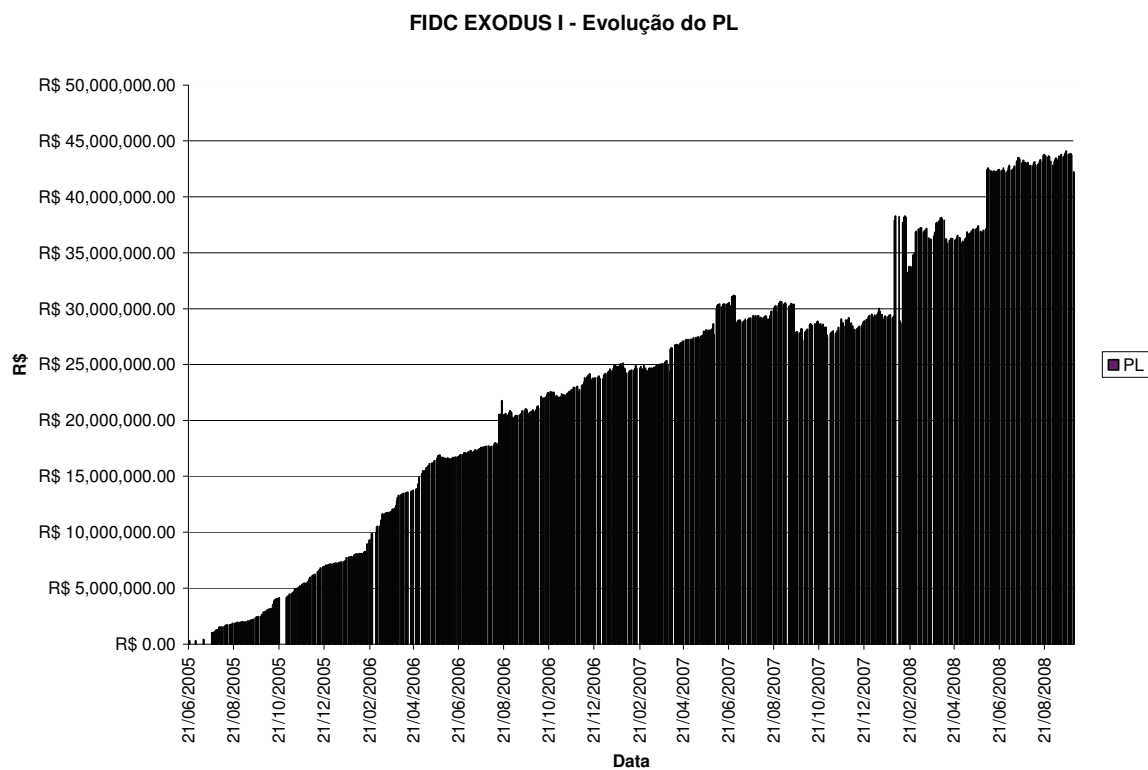
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E HISTÓRICO

Histórico

Deste o início de suas operações até a data deste Prospecto, o Fundo apresentou um excelente desempenho, atingindo as metas de rendimento prioritário e com substancial crescimento do patrimônio líquido.

Performance Gráfica

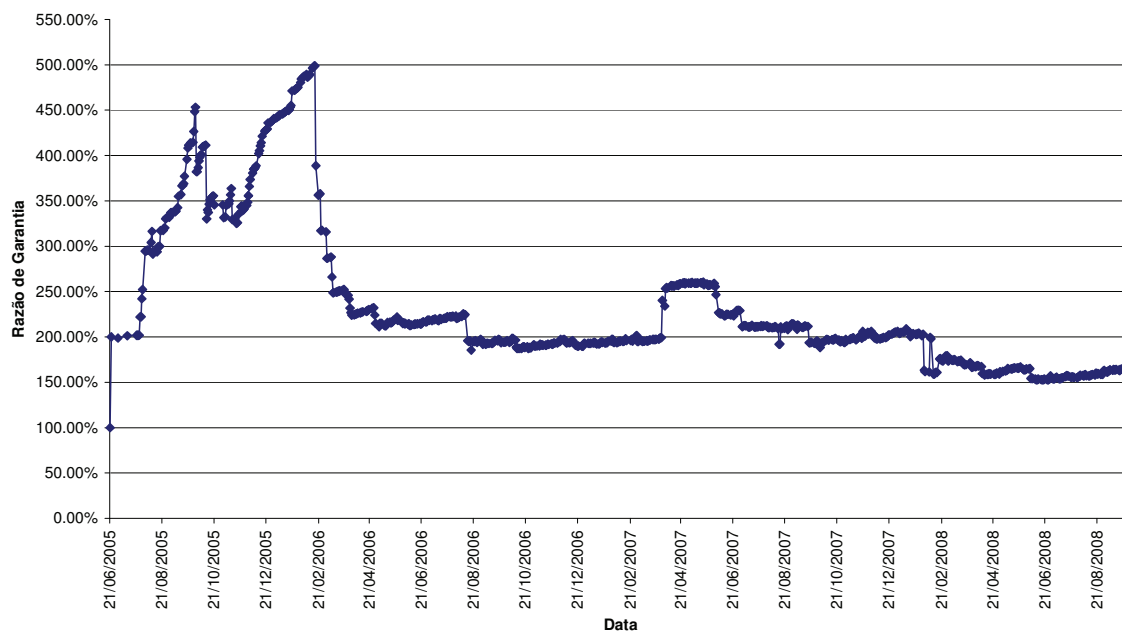
O gráfico abaixo apresenta a evolução do Patrimônio Líquido do Fundo desde sua constituição até 21 de agosto de 2008:



Evolução da Razão de Garantia

O gráfico abaixo apresenta a evolução da Razão de Garantia do Fundo até 21 de agosto de 2008:

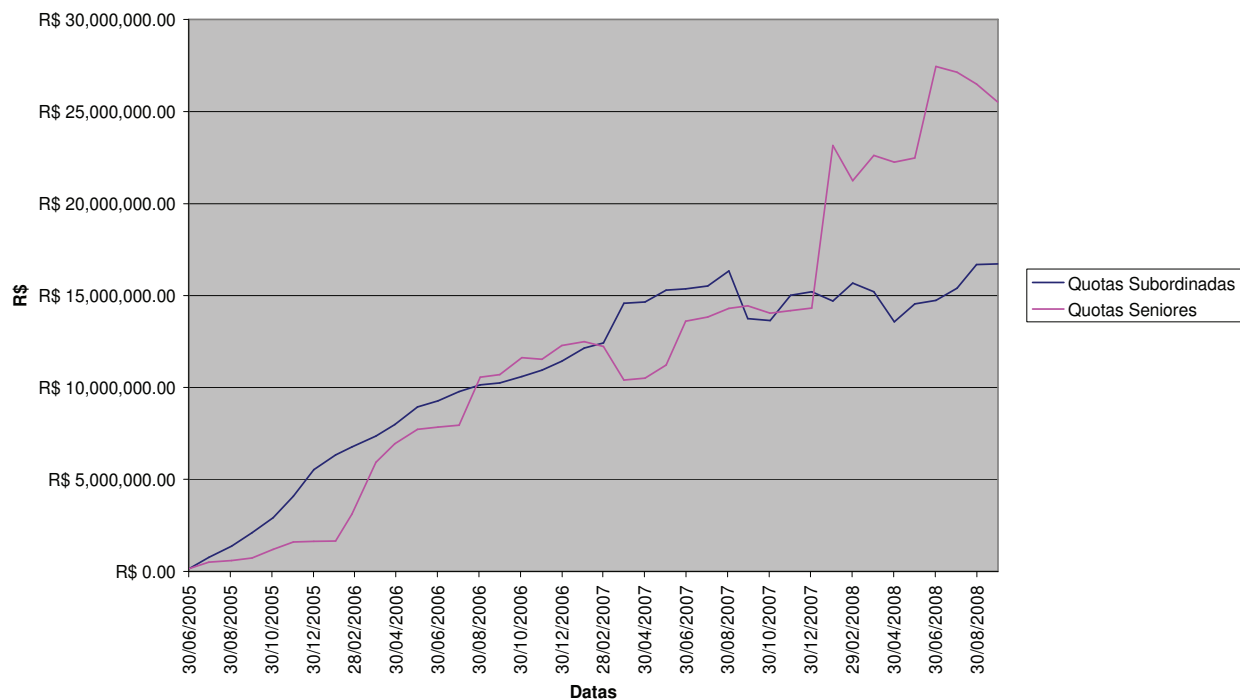
FIDC EXODUS I - Evolução de Razão Garantia



Desempenho da Carteira do Fundo

A tabela abaixo apresenta a evolução das parcelas do Patrimônio Líquido representadas pelas Quotas Seniores e Quotas Subordinadas nos períodos indicados:

Rentabilidade Histórica



Os gráficos e dados acima evidenciam o desempenho da carteira, através da rentabilidade acumulada no período.

Embora a rentabilidade da carteira não seja integralmente transferida à rentabilidade prioritária atribuída às Quotas Seniores, esta rentabilidade demonstra a capacidade do Fundo em arcar com a rentabilidade prioritária, especialmente pelo aumento do fator de garantia representado pelo crescimento da participação das Quotas Subordinadas no Patrimônio Líquido do Fundo.

Para maiores informações financeiras do Fundo, o investidor pode acessar o site da CVM (www.cvm.gov.br), o qual disponibiliza os relatórios mensais e trimestrais do Fundo, bem como todos os documentos do Fundo, inclusive os documentos relativos à Oferta.

O presente item não constitui promessa de rendimentos. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

FATORES DE RISCO

Antes de decidir investir nas quotas do Fundo, os interessados devem analisar, cuidadosamente, considerando sua própria situação financeira e objetivos de investimento, todas as informações constantes deste Prospecto e, especialmente, avaliar os fatores de risco descritos nesta Seção.

Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, hipóteses em que a Administradora, o Custodiante, a Gestora ou qualquer de suas Partes Relacionadas não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da Carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos do Regulamento.

As aplicações dos Quotistas não contam com garantia da Administradora, do Custodiante, de suas Partes Relacionadas, ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

RISCOS RELATIVOS AO INVESTIMENTO NO FUNDO

Efeitos da política econômica do Governo Federal

O Fundo, seus ativos, quaisquer Cedentes e os devedores dos Direitos de Crédito estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.

O Governo Federal intervém freqüentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio, a condição financeira e os resultados de cada Cedente, os setores econômicos específicos em que atuam, os Ativos Financeiros do Fundo, bem como a originação e pagamento dos Direitos de Crédito por cada um dos sacados podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por:

- flutuações das taxas de câmbio;
- alterações na inflação;
- alterações nas taxas de juros;
- alterações na legislação e regulamentação aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios;
- alterações na política fiscal; e
- outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados de cada Cedente ou sacado, bem como a originação e liquidação dos Direitos de Crédito pelos respectivos devedores, respectivas Cedentes e eventuais garantidores.

A atividade do segmento industrial no Brasil, e, conseqüentemente, a originação dos Direitos de Crédito, está diretamente relacionada ao crescimento econômico e ao nível de investimento e consumo no país. Assim, a retração da economia brasileira, ocasionada por crises internas ou externas ou por ações governamentais, pode afetar negativamente os negócios de cada uma das Cedentes, e a originação e liquidação dos Direitos de Crédito.

Investimento de baixa liquidez

Os fundos de investimento em direitos creditórios são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, com aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Considerando-se isso, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo.

Ademais, não há um mercado secundário desenvolvido para a negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, o que resulta em baixa liquidez desse tipo de investimento. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, o que impede o resgate de suas Quotas a qualquer momento e pode resultar em dificuldade adicional aos Quotistas para alienar seu investimento no mercado secundário. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar impossibilidade de venda das Quotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Quotistas.

Inexistência de garantia de rentabilidade

O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas é apenas uma prioridade estabelecida para o recebimento do resultado da carteira estabelecida pelo Fundo, não constituindo garantia mínima de rentabilidade aos investidores. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Seniores, a rentabilidade dos Quotistas será inferior à meta indicada no respectivo Suplemento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.

Amortização e resgate condicionado das Quotas

As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar o pagamento da amortização e/ou resgate das Quotas é a liquidação: (i) dos Direitos de Crédito pelos respectivos devedores; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, extrajudicial ou judicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas, o que poderá acarretar prejuízo aos Quotistas.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à inexistência de um mercado secundário ativo e organizado para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição da amortização e/ou resgate das Quotas à liquidação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito no Parágrafo acima, tanto a Administradora quanto o Custodiante estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou resgates das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Liquidação antecipada do Fundo e resgate de Quotas

O Regulamento prevê hipóteses nas quais o Fundo poderá ser liquidado antecipadamente. Ocorrendo qualquer uma dessas hipóteses, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Quotistas na hipótese de, por exemplo, os Direitos de Crédito ainda não terem sido liquidados pelos devedores.

Deste modo, os Quotistas poderão não receber a rentabilidade que o Fundo objetiva ou mesmo sofrer prejuízo no seu investimento não conseguindo recuperar o capital investido nas Quotas, e, ainda que recebam o capital investido, poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo. Nesse caso, não será devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, os Custodiante e a Gestora qualquer multa ou penalidade.

Guarda dos Documentos Comprobatórios

A Gestora será responsável pela guarda dos respectivos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo nos termos do Contrato de Custódia. Embora o Custodiante e o Fundo tenham o direito contratual de acesso irrestrito aos referidos Documentos Comprobatórios, a guarda de tais documentos por terceiros pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida originação e formalização dos Direitos de Crédito e de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos.

Cobrança judicial dos Direitos de Crédito

Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo e à salvaguarda dos direitos, das garantias e das prerrogativas dos Quotistas são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite do valor total das Quotas Subordinadas, sempre observado o que seja deliberado pelos titulares das Quotas Seniores reunidos em Assembléia Geral na forma do Capítulo XXI do Regulamento. A Administradora e o Custodiante não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Seniores deixem de aportar os recursos necessários para tanto, nos termos do Capítulo XX do Regulamento.

Necessidade de realizar aporte de recursos no Fundo em decorrência de Patrimônio Líquido negativo

O Fundo não utiliza alavancagem como parte integrante de sua política de investimentos, entretanto, a variação do Patrimônio Líquido está ligada à precificação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros. Em caso de elevação da inadimplência histórica da carteira do Fundo e da falta novos de aportes por parte dos Quotistas Subordinados, as Quotas do Fundo poderão ter seu valor muito próximo ou igual a zero. Em decorrência das despesas e obrigações a que o Fundo está sujeito, os Quotistas poderão ser chamados a aportar novos recursos no Fundo de forma a arcar com os seus Encargos.

RISCOS RELATIVOS AOS DIREITOS DE CRÉDITO

Risco de mercado

O desempenho dos Ativos Financeiros que compõem a Carteira do Fundo está diretamente ligado a alterações nas perspectivas macroeconômicas de mercado, o que pode causar oscilações em seus preços. Tais oscilações também poderão ocorrer em função de alterações nas expectativas do mercado, acarretando mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos. As referidas oscilações podem afetar negativamente o desempenho do Fundo, e conseqüentemente a rentabilidade das Quotas.

Risco de crédito

O risco de crédito decorre da capacidade dos devedores e/ou emissores dos ativos integrantes da Carteira do Fundo e/ou das contrapartes do Fundo em operações com tais ativos em honrarem seus compromissos, conforme contratados. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos referidos ativos e/ou na percepção do mercado acerca de tais investidores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos ativos desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Quotistas. Adicionalmente, a falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira do Fundo, acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

Liquidez restrita dos principais ativos do Fundo

Os principais ativos do Fundo são os Direitos de Crédito a serem originados por empresas do segmento industrial e selecionados pela Gestora, os quais não possuem um mercado secundário desenvolvido ou organizado. Caso o Fundo tenha de alienar os Direitos de Crédito de sua titularidade, é possível que não haja interessados ou que o preço de alienação resulte em perdas para o Fundo, o que resultará em prejuízo para os Quotistas.

Regularidade dos Direitos de Crédito

O Custodiante realizará verificação periódica do lastro dos Direitos de Crédito com base em análise por amostragem – ou seja, esta auditoria não compreenderá a revisão de todos os Direitos de Crédito, mas apenas de alguns selecionados aleatoriamente, de forma a verificar a regularidade de seus Documentos Comprobatórios. Mesmo com a realização dessa auditoria, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito, causando-lhe prejuízo.

Risco decorrente da precificação dos ativos

Os ativos integrantes da Carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros (“*mark-to-market*”), poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da Carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.

Movimentação dos valores relativos aos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo

Todos os recursos decorrentes da liquidação dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo serão recebidos diretamente na Conta de Arrecadação. Os valores depositados na Conta de Arrecadação serão transferidos diariamente para a Conta do Fundo. Apesar do Fundo contar com a obrigação do respectivo banco de realizar diariamente as transferências dos recursos depositados na Conta de Arrecadação para a Conta do Fundo, a rentabilidade das Quotas pode ser negativamente afetada, causando prejuízo ao Fundo e aos Quotistas, caso haja inadimplemento pelo Banco do Brasil, no cumprimento de sua referida obrigação, inclusive em razão de falhas operacionais no processamento e na transferência dos recursos para a Conta do Fundo. Não há qualquer garantia de cumprimento pelo referido banco de suas obrigações acima destacadas.

Risco de não originação de Direitos de Crédito

A Gestora é a responsável pela seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, sendo que nenhum Direito de Crédito poderá ser adquirido pelo Fundo, de acordo com o Regulamento, se não forem previamente analisados e selecionados pela Gestora. Apesar de o Regulamento do Fundo prever Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação relativos à renúncia, substituição ou outros eventos relevantes relacionados à Gestora, caso exista qualquer dificuldade da Gestora em desenvolver suas atividades de análise e seleção de Direitos de Crédito, os resultados do Fundo poderão ser adversamente afetados.

Risco decorrente dos critérios adotados pela Cedente para a concessão do crédito.

O Fundo está apto a adquirir Direitos de Crédito de titularidade de múltiplos Cedentes. Tais Cedentes não são previamente conhecidos pelo Fundo, pela Gestora, pela Administradora e/ou pelo Custodiante, de forma que eventuais problemas oriundos da relação comercial entre as Cedentes e os respectivos sacados podem não ser previamente identificados pelo Fundo, pela Gestora, pela Administradora e/ou pelo Custodiante. Os resultados do Fundo poderão ser afetados negativamente caso a Cedente não indenize o Fundo pelos Direitos de Crédito que não forem pagos integralmente pelos sacados em decorrência de qualquer problema de natureza comercial entre o sacado e o respectivo Cedente, tais como (i) defeito ou vício do produto ou (ii) devolução do produto que resulte no cancelamento da respectiva venda.

Risco decorrente de eventuais restrições de natureza legal ou regulatória.

A cessão de crédito pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial e/ou administrativa, afetando negativamente o patrimônio do Fundo. Os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo serão originados

por operações de natureza financeira, industrial, comercial e de prestação de serviços entre as Cedentes e seus devedores. Os contratos e os demais documentos que formalizam tais relações podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos de Crédito pelos devedores, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.

ANEXOS

ANEXO I

REGULAMENTO DO FUNDO

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA
EXODUS I**

CNPJ/MF Nº 07.399.646/0001-32

**ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS
REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2009**

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL REALIZADA EM 08 de maio de 2009, às 9:30, na sede social da GRADUAL CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., (a “Administradora”), instituição financeira com sede na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 50, 5º, 6º e 7º andares, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.918.160/0001-73.

CONVOCAÇÃO: Convocação realizada em 30 de abril de 2009, nos termos do Artigo 74 do Regulamento.

PRESENÇA: Nos termos do Artigo 74, parágrafo 2º do Regulamento do Fundo, compareceram em 2ª convocação os quotistas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I (o “Fundo”), representando a totalidade das Quotas Subordinadas em circulação, e a Administradora representada por seu diretor estatutário, o Sr. Agostinho Renoldi Junior.

MESA DIRETORIA: Presidente: Sr. Agostinho Renoldi Junior

Secretário: Sr. Leonardo Tertuliano

ORDEM DO DIA: (i) aprovar a alteração do Capítulo VI do Regulamento do Fundo, tendo em vista que a Bulltick Brasil Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. (a “Bulltick”) não atuará em conjunto com a SRM Consultoria e Administração de Recursos e Finanças Ltda. (a “SRM”) na gestão da Carteira do Fundo; (ii) aprovar a alteração da alínea (c) do Parágrafo 3º do Artigo 28 do Regulamento do Fundo; (iii) aprovar a alteração dos Artigo 32s e 33 do Regulamento do Fundo, com o fim de estabelecer a remuneração a ser paga à Administradora e à Gestora, a título de taxa de administração; (iv) aprovar a exclusão do direito de preferência dos quotistas do Fundo na aquisição de novas quotas a serem emitidas pelo Fundo, alterando o Regulamento do Fundo nesse sentido; (v) aprovar a exclusão do Parágrafo 1º do Artigo 49 do Regulamento do Fundo, referente ao dia de pagamento das amortização de quotas do Fundo; (vi) aprovar a exclusão dos Parágrafos 2º e 3º do Artigo 53 do Regulamento do Fundo, referentes às amortizações das quotas subordinadas do Fundo; (vii) aprovar a alteração dos prazos previstos no Parágrafo 4º do Artigo 62 e no Parágrafo 2º do Artigo 63 do Regulamento do Fundo, referentes à comunicação de resposta do quotista subordinado sobre a realização de aporte adicional de recursos no Fundo; (viii) aprovar a alteração dos prazos previstos nas alíneas (a) e (b) do Artigo 64 do Regulamento do Fundo, referentes aos eventos de avaliação do Fundo; (ix) aprovar a exclusão da alínea (e) do Artigo 72 e do Parágrafo 3º do Artigo 76 do Regulamento do Fundo, referente à necessidade de prévia aprovação assemblear para emissão de novas quotas seniores

do Fundo; (x) aprovar outras alterações do Regulamento do Fundo de (a) interesse dos quotistas, e (b) forma a melhorar a redação (clareza, correção gramatical, padronização, organização) e esclarecer conceitos; e (xi) deliberar sobre os demais assuntos gerais de interesse dos quotistas do Fundo.

DELIBERAÇÕES: Os quotistas presentes, por unanimidade, sem dissidências, protestos e declarações de votos vencidos, deliberaram:

- (i) Aprovar a alteração do Capítulo VI do Regulamento do Fundo, de forma que a Bulltick não atue em conjunto com a SRM na gestão da Carteira do Fundo, ficando apenas a SRM como Gestora do Fundo;
- (ii) Aprovar a alteração da alínea (c) do Parágrafo 3º do Artigo 28 do Regulamento do Fundo;
- (iii) Aprovar a alteração do Artigo 32 e 33 do Regulamento do Fundo, de forma a aprovar a remuneração a ser paga à Administradora e à Gestora, a título de taxa de administração, conforme a seguinte fórmula:

$$TA = (tx + RG/252) \times PL(D-1)$$

onde:

TA: taxa de administração;

tx: 0,5% (meio por cento);

PL(D-1): patrimônio líquido do Fundo no dia útil imediatamente anterior à data de pagamento; e

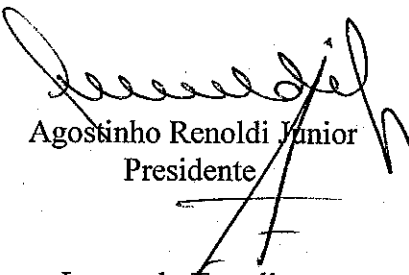
RG: remuneração da Gestora de 1% (um por cento) ao ano.

- (iv) Aprovar a exclusão do direito de preferência dos quotistas do Fundo na aquisição de novas quotas a serem emitidas pelo Fundo;
- (v) Aprovar a exclusão do Parágrafo 1º do Artigo 49 do Regulamento do Fundo, referente ao dia de pagamento das amortizações de quotas do Fundo;
- (vi) Aprovar a exclusão dos Parágrafos 2º e 3º do Artigo 53 do Regulamento do Fundo, referentes às amortizações das quotas subordinadas do Fundo;
- (vii) Aprovar a alteração dos prazos previstos no Parágrafo 4º do Artigo 62 e no Parágrafo 2º do Artigo 63 do Regulamento do Fundo, referentes à comunicação de resposta do quotista subordinado sobre a realização de aporte adicional de recursos no Fundo, que passam de 10 (dez) para 30 (trinta) dias;
- (viii) Aprovar a alteração dos prazos previstos nas alíneas (a) e (b) do Artigo 64 do Regulamento do Fundo, referentes aos eventos de avaliação do Fundo, que passam de 05 (cinco) para 30 (trinta) dias;

- (ix) Aprovar a exclusão da alínea (e) do Artigo 72 e do Parágrafo 3º do Artigo 76 do Regulamento do Fundo, referente à necessidade de prévia aprovação assemblear para emissão de novas quotas seniores do Fundo; e
- (x) Aprovar a alteração do Regulamento, incorporando as alterações descritas nos itens precedentes, bem como outras alterações do Regulamento de forma a melhorar a redação (clareza, correção gramatical, padronização, organização) e esclarecer conceitos do Regulamento.

Em virtude das alterações supra, o Regulamento é neste ato consolidado, na forma do Anexo I a presente ata.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata que, após lida e aprovada, vai por todos os presentes assinada.


Agostinho Renoldi Junior
Presidente


Leonardo Tertuliano
Secretário

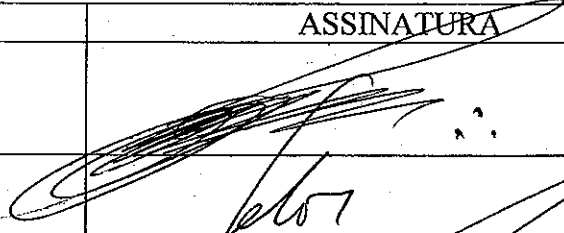
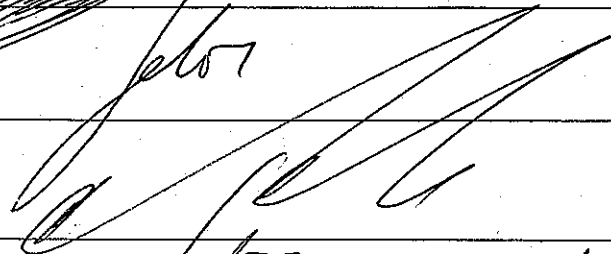
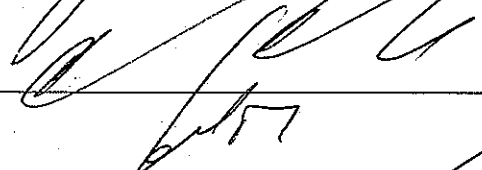
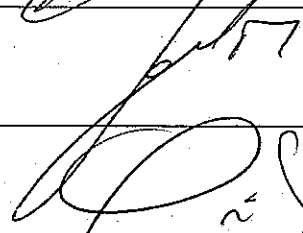
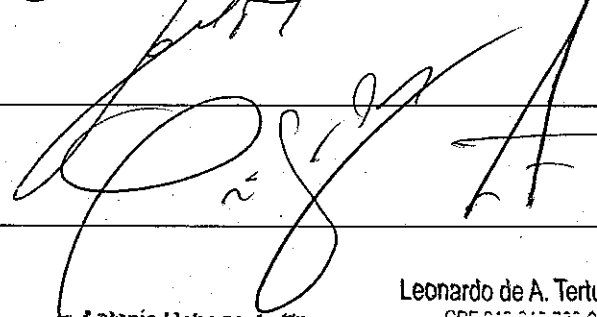
2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de
Pessoa Jurídica da Capital
BEL. GENTIL DOMINGUES DOS SANTOS - OFICIAL
R. Senador Paulo Egídio, 72 - Conj. 110 São Paulo CEP: 01006-010/Pabx: (11) 3101-5631
Apresentado hoje, protocolado e registrado em microfilme sob o
nº 3.402.687. Anotado a margem do registro nº 3.397.950
São Paulo, 12 de maio de 2009. Recibo nº 11.448.248

ESCREVENTES AUTORIZADOS		SUBSTITUTOS DO OFICIAL	
Marcelo da S. Espedito		Bel. Paulo Signoretti Domingues	
Douglas Soares Saúgo		Carlos Aoki	
		Roberto Ferreira de Souza	

OFICIAL(R\$)	ESTADO(R\$)	IPESP(R\$)	REG.CIVIL(R\$)	JUSTIÇA(R\$)	TOTAL(R\$)
215,31	61,80	45,07	11,27	11,27	344,72

**LISTA DE PRESENÇA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS
DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA
EXODUS I**

REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2009

QUOTISTA	ASSINATURA
Raphael Mansur	
Salim Raphael Mansur	
Marcos Raphael Mansur	
RM NOR	
FIC FIDC S R M	

Antonio Roberto da Silva
CPF 063.324.468-62

Leonardo de A. Tertuliano
CPF 213.215.788-05

ANEXO I
REGULAMENTO CONSOLIDADO

2

REGULAMENTO

DO

**“FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA
EXODUS I”**

Datado de

08 de maio de 2009

ÍNDICE:

CAPÍTULO I - FUNDO.....	4
CAPÍTULO II - PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO	4
CAPÍTULO III - ADMINISTRADORA.....	4
CAPÍTULO IV - RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRADORA	6
CAPÍTULO V - CUSTODIANTE	10
CAPÍTULO VI - GESTORA.....	13
CAPÍTULO VII - OBJETIVO DO FUNDO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DE COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA	14
CAPÍTULO VIII - DIREITOS DE CRÉDITO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE....	16
CAPÍTULO IX - FATORES DE RISCO	19
CAPÍTULO X - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS DO FUNDO	23
CAPÍTULO XI - QUOTAS	25
CAPÍTULO XII - EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS.....	27
CAPÍTULO XIII - AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS.....	29
CAPÍTULO XIV - PAGAMENTO AOS QUOTISTAS	30
CAPÍTULO XV - NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS.....	31
CAPÍTULO XVI - METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO	31
CAPÍTULO XVII - ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA	32
CAPÍTULO XVIII - EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO	33
CAPÍTULO XIX - ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS	36
CAPÍTULO XX - POLÍTICA E CUSTOS DE COBRANÇA.....	37
CAPÍTULO XXI - ASSEMBLÉIA GERAL.....	38
CAPÍTULO XXII - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	40
CAPÍTULO XXIII - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	40
CAPÍTULO XXIV - PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS.....	41
CAPÍTULO XXV - CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	42
CAPÍTULO XXVI - DISPOSIÇÕES FINAIS	42

ANEXO I - DEFINIÇÕES.....	43
ANEXO II - MODELO DE SUPLEMENTO.....	48
ANEXO III - POLÍTICA DE COBRANÇA.....	49
ANEXO IV - POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO.....	51

**REGULAMENTO
DO
"FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA EXODUS
I"**

CAPÍTULO I - FUNDO

Artigo 1º O "FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA - EXODUS I", disciplinado pela Resolução CMN 2.907, pela Instrução CVM 356, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (o "Fundo"), será regido pelo presente Regulamento.

Parágrafo 1º Os termos iniciados em letra maiúscula e utilizados neste Regulamento, estejam no singular ou no plural, terão os significados que lhes são atribuídos no Anexo I ao presente Regulamento.

Parágrafo 2º No prazo de até 10 (dez) dias corridos contados (i) da aprovação pela Administradora e, (ii) da aprovação pela Assembléia Geral, o Suplemento e eventuais aditamentos ao Regulamento, respectivamente, deverão ser levados a registro, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

Artigo 2º O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, as Quotas somente poderão ser resgatadas na Data de Resgate de cada série de Quotas Seniores, ou em virtude de sua liquidação antecipada conforme o previsto no Capítulo XVIII deste Regulamento.

Parágrafo Único É admitida, ainda, a amortização de Quotas, nos termos do Capítulo XIII deste Regulamento.

Artigo 3º Somente podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, Investidores Qualificados, nos termos da regulamentação em vigor.

CAPÍTULO II - PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO

Artigo 4º O Fundo terá prazo de duração indeterminado, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas.

Parágrafo Único O Fundo poderá ser liquidado por deliberação da Assembléia Geral, observado o previsto nos Capítulos XVIII e XXI deste Regulamento.

CAPÍTULO III - ADMINISTRADORA


Artigo 5º O Fundo é administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek nº 50, 5º, 6º e 7º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.918.160/0001-73, doravante designada (a "Administradora").

Parágrafo 1º A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas

obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis, (ii) deste Regulamento, (iii) das deliberações da Assembléia Geral, (iv) dos deveres fiduciários, de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.

Parágrafo 2º Observada a regulamentação em vigor e as limitações deste Regulamento, a Administradora tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros que integrem a carteira do Fundo.

Parágrafo 3º Observados os termos e as condições deste Regulamento e da regulamentação aplicável a Administradora, independentemente de qualquer procedimento adicional, pode:

- 
- (a) iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários à cobrança dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros ou à execução de quaisquer garantias eventualmente prestadas, inclusive por meio de medidas acautelatórias e de preservação de direitos;
 - (b) constituir procuradores, inclusive para os fins de proceder à cobrança amigável ou judicial dos ativos integrantes da carteira do Fundo, sendo que todas as procurações outorgadas pela Administradora, em nome do Fundo, não poderão ter prazo de validade superior a 12 (doze) meses, contados da data de sua outorga, com exceção: (1) das procurações outorgadas à Gestora; e (2) das procurações com poderes de representação em juízo, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica; e
 - (c) contratar em nome do Fundo e às custas deste, sem prejuízo de sua responsabilidade, terceiros para a execução dos serviços de (i) gestão da carteira do Fundo, controladoria, custódia, administração, cobrança e/ou guarda da documentação relativas aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo.

Artigo 6º A Administradora poderá ser substituída, a qualquer tempo, pelos titulares das Quotas reunidos em Assembléia Geral, na forma do Capítulo XXI, sem qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza para o Fundo.

Artigo 7º A Administradora, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, sempre com aviso prévio de 60 (sessenta) dias corridos, pode renunciar à administração do Fundo, desde que a Administradora convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral para decidir sobre a sua substituição, devendo ser observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo XXI deste Regulamento.


Parágrafo Único Na hipótese de renúncia da Administradora e nomeação de nova instituição administradora em Assembléia Geral, a Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração e gestão do Fundo até que a nova instituição administradora venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de realização da respectiva Assembléia Geral.

Artigo 8º A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da data da deliberação da sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo, e sua respectiva administração, que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora, ou por qualquer terceiro envolvido diretamente na administração do Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, com os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos deste Regulamento.

CAPÍTULO IV - RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRADORA

Artigo 9º A Administradora tem as seguintes obrigações, sem prejuízo das demais obrigações previstas na legislação aplicável, neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação:

- (a) manter atualizados e em perfeita ordem pelo prazo legal:
 - (i) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - (ii) o registro dos Quotistas;
 - (iii) o livro de atas de Assembléias Gerais;
 - (iv) o livro de presença de Quotistas;
 - (v) os demonstrativos trimestrais do Fundo a que se refere o Artigo 12 deste Regulamento;
 - (vi) os registros contábeis do Fundo; e
 - (vii) os relatórios da Empresa de Auditoria e da Agência de Classificação de Risco;
- (b) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo, diretamente ou por meio do Custodiante ou terceiro autorizado;
- (c) disponibilizar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento, bem como cientificá-los do (i) nome do periódico utilizado para divulgação de informações do Fundo; e (ii) da taxa de administração cobrada;
- (d) disponibilizar aos Quotistas, no prazo de 40 (quarenta) dias corridos contados do encerramento de cada trimestre civil, no periódico referido no Artigo 83 deste Regulamento, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que distribuam Quotas, o valor do Patrimônio Líquido e das Quotas, e as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a Razão de Garantia, apurada nos termos do Capítulo XVII abaixo, e o último relatório sobre o Fundo e suas Quotas disponibilizado pela Agência de Classificação de Risco;

- 
- (e) colocar à disposição dos Quotistas em sua sede e agências, e nas instituições que distribuam Quotas, as demonstrações financeiras do Fundo, bem como os relatórios preparados pela Empresa de Auditoria;
 - (f) custear as despesas de propaganda do Fundo;
 - (g) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras do Fundo, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas de toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o Fundo;
 - (h) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino pela Agência de Classificação de Risco;
 - (i) assegurar que o Diretor Designado, responsável pela gestão, supervisão, acompanhamento e prestação de informações do Fundo, elabore os demonstrativos trimestrais referidos no Artigo 12 deste Regulamento;
 - (j) observar estritamente a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo, conforme o disposto no Capítulo VII;
 - (k) celebrar, em nome do Fundo, o Contrato de Cessão, seus eventuais aditamentos, todos os Termos de Cessão;
 - (l) executar, diretamente ou por meio da contratação do Agente Escriturador, serviços que incluem, dentre outras obrigações,
 - (i) a escrituração das Quotas, incluindo a abertura e manutenção das respectivas contas de depósito em nome dos Quotistas;
 - (ii) a manutenção de registros analíticos completos de todas as movimentações de titularidade ocorridas nas contas de depósito abertas em nome dos Quotistas;
 - (iii) a manutenção dos documentos necessários à comprovação da condição de Investidor Qualificado dos Quotistas, em perfeita ordem; e
 - (iv) o fornecimento aos Quotistas, anualmente, de documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Quotas, sua propriedade e respectivo valor;
 - (m) fazer a guarda física ou escritural dos documentos abaixo listados, por si ou por terceiros contratados, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal:
 - (i) extratos da Conta de Arrecadação e da Conta do Fundo, e dos comprovantes de movimentações de valores em tais contas;
 - (ii) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos

neste Regulamento ou no Contrato de Custódia;

- (iii) documentos referentes aos Ativos Financeiros;
- (iv) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo;
- (n) informar imediatamente à Agência de Classificação de Risco:
 - (i) a substituição da Administradora, da Empresa de Auditoria, da Gestora ou do Custodiante;
 - (ii) a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou de Liquidação; e
 - (iii) a celebração de aditamentos ao Contrato de Cessão, Contrato de Custódia ou Contrato de Gestão.
- (o) providenciar o registro do Regulamento, de seus eventuais aditamentos e dos Suplementos, nos termos do Parágrafo 2º do Artigo 1º deste Regulamento;
- (p) franquear o acesso da Agência de Classificação de Risco aos relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia; e
- (q) manter a Conta de Arrecadação até a integral liquidação das Obrigações do Fundo, e transferir diariamente para a Conta do Fundo a totalidade dos recursos depositados na Conta de Arrecadação.


Artigo 10 É vedado à Administradora, em nome próprio:

- (a) prestar fiança, aval aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações realizadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- (b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações realizadas pelo Fundo; e
- (c) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas.

Parágrafo Único As vedações de que tratam as alíneas (a) a (c) do *caput* deste Artigo abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de sua emissão ou coobrigação.

Artigo 11 É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;

- 
- (b) realizar operações e negociar com Ativos Financeiros em desacordo com a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista no Capítulo VII deste Regulamento;
 - (c) aplicar recursos diretamente ou indiretamente no exterior;
 - (d) adquirir Quotas do Fundo;
 - (e) pagar ou ressarcir-se de multas ou penalidades que lhe forem impostas em razão do descumprimento de normas previstas na legislação aplicável;
 - (f) vender Quotas do Fundo a prestação;
 - (g) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio, ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
 - (h) obter ou conceder empréstimos, financiamentos ou adiantamentos de recursos a qualquer pessoa;
 - (i) efetuar locação ou empréstimo, a qualquer título, dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, no todo ou em parte;
 - (j) criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros;
 - (k) emitir qualquer classe ou série de Quotas em desacordo com este Regulamento; e
 - (l) prometer rendimento predeterminado aos condôminos.

Parágrafo Único Salvo se expressamente autorizado por este Regulamento ou pelos titulares das Quotas, reunidos em Assembléia Geral, é vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- (a) celebrar quaisquer outros contratos ou compromissos que gerem ou possam gerar obrigações e deveres para o Fundo, incluindo a contratação de quaisquer prestadores de serviços;
- (b) distratar, rescindir ou aditar qualquer Contrato de Cessão;
- (c) distratar, rescindir ou aditar o Contrato de Custódia, o Contrato de Gestão, o Contrato de Serviços de Classificação de Risco e o Contrato de Serviços de Auditoria Independente, ressalvadas as alterações de caráter operacional em tais contratos que não acarretem qualquer prejuízo ao Fundo; e
- (d) proceder à abertura de contas-correntes bancárias, de investimento e de custódia, além daquelas previstas neste Regulamento e no Contrato de Custódia, e à movimentação destas contas de forma diversa ou para fins outros que não os


especificamente previstos neste Regulamento e no Contrato de Custódia.

Artigo 12 O Diretor Designado deverá, nos termos da legislação aplicável elaborar demonstrativo trimestral do Fundo, a ser enviado à CVM e mantido à disposição do Quotistas, bem como submetido à auditoria independente anual, que evidencie que as operações realizadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista neste Regulamento e com a regulamentação vigente, e que as negociações foram realizadas a taxas de mercado.

CAPÍTULO V – CUSTODIANTE

Artigo 13 Os serviços de Custódia qualificada e de escrituração das Quotas é exercido pelo Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.900, 13º, 14º e 15º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11 (“Custodiante”).

Artigo 14 Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos no Contrato de Custódia, o Custodiante será responsável pelas seguintes atividades:

- 
- (a) zelar pela boa ordem, operacionalizar e executar, por meio de sistema especialmente elaborado para tal fim, todos os procedimentos e rotinas definidos no Contrato de Custódia e no Contrato de Escrituração, celebrados entre o Custodiante e o Fundo;
 - (b) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural, por si ou por terceiros, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal, dos registros eletrônicos da Base de Dados e dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo;
 - (c) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural dos documentos abaixo listados, mantendo em arquivo físico ou eletrônico a documentação negocial e fiscal relativa a cada operação realizada pelo Fundo, pelo prazo necessário ao atendimento da auditoria por parte da Administradora, que ocorrerá, no máximo, anualmente:
 - (i) extratos da Conta de Arrecadação e da Conta do Fundo e comprovantes de pagamentos de valores creditados em cada uma das dessas contas;
 - (ii) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia, Contrato de Escrituração e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos neste Regulamento e no Contrato de Custódia;
 - (iii) documentos referentes aos Ativos Financeiros; e
 - (iv) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo;
 - (d) efetuar a liquidação financeira dos Ativos Financeiros e receber quaisquer rendimentos ou valores referentes a esses ativos;

- (e) receber e realizar a cobrança dos valores relativos aos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo, por si ou por terceiros, nos termos do Contrato de Custódia;
- (f) efetuar o recolhimento dos impostos incidentes sobre a rentabilidade auferida pelos Quotistas, nos termos da legislação aplicável, mediante instrução da Administradora;
- (g) verificar o enquadramento dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo aos Critérios de Elegibilidade;
- (h) elaborar e fornecer à Administradora os relatórios e arquivos referentes aos Direitos de Crédito cedidos e pagos ao Fundo; e
- (i) realizar auditoria por amostragem, no mínimo trimestral, nos Documentos Comprobatórios, de forma a verificar a regularidade dos Documentos Comprobatórios e o cumprimento das obrigações da Gestora com relação à guarda e organização dos Documentos Comprobatórios nos termos do Contrato de Custódia. Os parâmetros de quantidade dos créditos cedidos e de diversificação de devedores que ensejarão a verificação do lastro por amostragem serão definidos de acordo com os seguintes procedimentos:

(i) Utilização de metodologia e ferramentas de auditoria para amostragem. Admitindo um intervalo de confiança de 95% (noventa e cinco por cento), a amostra (n) selecionada será calculada mediante utilização da seguinte fórmula:

$$n_o = \frac{1}{E_o^2}$$

$$A = \frac{N \times n_o}{N + n_o}$$

Sendo:

E_o = Erro Estimado
 A = Tamanho da Amostra
 N = População Total
 n_o = Fator Amostral

- (i.i) O erro amostral tolerável representa a diferença entre o valor que a estatística pode acusar e o verdadeiro valor do parâmetro que se deseja estimar. Portanto, o erro amostral tolerável é a margem de erro aceitável em um estudo estatístico.
- (ii) Étapas
- (ii.a) Determinar o erro amostral tolerável. O erro amostral tolerável será mantido entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento), dependendo da avaliação prévia efetuada para o Fundo a ser analisado, considerando principalmente os seguintes aspectos:

natureza do recebível; qualidade do Cedente a ser analisado; quantidade de revisões já efetuadas para determinado Fundo e seus respectivos resultados observados;

- (ii.b) Determinar o intervalo de confiança. O intervalo de confiança define os limites inferior e superior de um conjunto de valores que tem certa probabilidade de conter no seu interior o valor verdadeiro do efetivo da intervenção em estudo. Desse modo, o processo pelo qual um intervalo de confiança é de 95% (noventa e cinco por cento) é tal que ele tem 95% (noventa e cinco por cento) de probabilidade de incluir o valor real da eficácia da intervenção em estudo.
- (ii.c) Determinar itens chave. Quando se planeja uma amostragem, utiliza-se o julgamento para determinar qual parte da população deve ser examinada individualmente e quais itens devem fazer parte da amostra. Os itens que não justificam a aceitação de risco de amostragem, devem ser examinados individualmente. Isso inclui itens para os quais os erros potenciais podem igualar ou exceder o erro tolerável. Alguns itens testados 100% (cem por cento) não fazem parte da população da amostragem.
- (ii.d) Extração dos itens para teste. A seleção da amostra é feita por programa eletrônico, que leva em conta fatores como a representatividade dos Cedentes e dos Clientes em relação ao total da carteira do Fundo. Ademais, a cada verificação, serão analisados documentos que deram origem aos Direitos de Crédito que sejam originados de todas as empresas.

A extração da quantidade de itens para teste, indicada pelo resultado observado após aplicação da fórmula mencionada no item (i), será realizada a partir do critério de amostragem probabilística estratificada proporcional, onde primeiramente dividi-se a base de dados em extratos para depois selecionar, de acordo com a representatividade de cada extrato, a amostra que será base para os testes.

- (ii.e) Escopo da análise. O escopo da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos de Crédito contempla a verificação da existência dos Documentos Comprobatórios correspondentes; Abaixo escopo detalhado:

- Obtenção de base de dados analítica por recebível;
- Seleção de uma amostra de acordo com a fórmula acima;
- Verificação física dos contratos devidamente formalizados junto ao fiel depositário;
- Verificação da documentação acessória representativa dos

Direitos de Crédito (identificação pessoal, comprovante de residência, comprovante de entrega de mercadorias, etc.);

- Verificação do registro de gravame do bem objeto do financiamento;
- Evidenciação do atendimento às políticas de cobrança administrativa para recebíveis vencidos e não liquidados; e
- Verificação das condições de guarda física da documentação comprobatória junto ao fiel depositário.

Parágrafo Único Para a execução da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos de Crédito, o Custodiante, sob sua responsabilidade, poderá contratar consultoria especializada para prestar os serviços de análise por amostragem dos Direitos de Crédito.

Artigo 15 No exercício de suas funções, o Custodiante está autorizado, por conta e ordem da Administradora a:

- (a) abrir e movimentar, em nome do Fundo, as contas de depósito específicas abertas diretamente em nome do Fundo (1) no SELIC; (2) no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP; ou (3) em instituições ou entidades autorizadas a prestação desses serviços pelo BACEN ou pela CVM em que os Ativos Financeiros sejam tradicionalmente negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância deste Regulamento e do Contrato de Custódia;
- (b) dar e receber quitação ou declarar o vencimento antecipado dos Ativos Financeiros; e
- (c) efetuar o pagamento dos Encargos do Fundo, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto.

CAPÍTULO VI - GESTORA

Artigo 16 A atividade de gestão da carteira do Fundo ficará a cargo da **SRM Consultoria e Administração de Recursos e Finanças Ltda.**, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Alameda Cleveland, nº 509, 2º andar, Campos Elíseos, CEP 01218-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.573.188/0001-55 ("Gestora"), autorizada a realizar a prestação de serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 8.896, datado de 01 de agosto de 2006.

Artigo 17 Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos no Contrato de Gestão, a Gestora será responsável pelas seguintes atividades:

- (a) analisar e selecionar Direitos de Crédito para aquisição pelo Fundo, observados os Critérios de Elegibilidade, Condições de Aquisição, Taxa Mínima de Cessão, limites de concentração e demais disposições aplicáveis deste Regulamento;
- (b) analisar e selecionar Ativos Financeiros a serem adquiridos pelo Fundo, observada

a política de investimento, de composição e diversificação da carteira do Fundo, nos termos do Capítulo VII deste Regulamento, devendo envidar esforços para manter o enquadramento fiscal do Fundo como de longo prazo;

- (c) realizar o acompanhamento dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, e emitir relatório, todo 5º (quinto) dia útil de cada mês, destacando o atendimento ou não a cada um dos limites de concentração dispostos no Artigo 21 abaixo ("Relatório de Monitoramento");
- (d) realizar a cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo que não tenham sido pagos nas respectivas datas de vencimento, de acordo com a Política de Cobrança do Fundo e as demais condições estabelecidas no Contrato de Gestão;
- (e) realizar a guarda dos Documentos Comprobatórios, na qualidade de fiel depositária, nos termos do Contrato de Custódia, sem prejuízo da responsabilidade do Custodiante, nos termos da regulamentação aplicável; e
- (f) negociar e vender, a qualquer terceiro, quaisquer Direitos de Crédito que estejam vencidos e não pagos por prazo superior a 180 dias (cento e oitenta dias).

Artigo 18 Sujeito às regras estabelecidas na Política de Cobrança do Fundo e visando possibilitar a prestação do serviço de cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito, a Gestora terá poderes para renegociar quaisquer características dos Direitos de Crédito com o Sacado inadimplente, incluindo, mas não se limitando ao prazo e taxa de cessão do Direito de Crédito, bem como procurar formas alternativas que possibilitem a recuperação dos valores devidos pelo Sacado inadimplente, tais como (i) substituição dos Direitos de Crédito inadimplidos por novos Direitos de Crédito a vencer ou (ii) recompra pelo Cedente dos Direitos de Créditos inadimplidos ou a vencer.

Artigo 19 Nenhum Direito de Crédito ou Ativo Financeiro poderá ser adquirido pelo Fundo sem que tenha sido previamente analisado e selecionado pela Gestora, conforme o estabelecido neste Regulamento.

CAPÍTULO VII - OBJETIVO DO FUNDO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DE COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Artigo 20 O objetivo do Fundo é proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida neste Capítulo, valorização de suas Quotas por meio da aquisição pelo Fundo: (i) de Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito, tudo nos termos do Contrato de Cessão; e (ii) de Ativos Financeiros.

Artigo 21 Os investimentos do Fundo se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos neste Regulamento e na legislação e regulamentação aplicáveis, observado ainda que:

- (a) o total de coobrigação e de cessão de créditos de qualquer Cedente, conforme previsto no respectivo Contrato de Cessão, não poderá vir a representar mais de 7%

(sete por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo ou R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), dos dois o menor;

- (b) o total de obrigação de cada Sacado não poderá ser superior a 2,5% (dois e meio por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo ou R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), dos dois o menor;
- (c) os Direitos de Crédito representados por duplicatas devem representar no mínimo 70% (setenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (d) os Direitos de Crédito representados por cheques devem representar no máximo 5% do Patrimônio Líquido do Fundo; e
- (e) os Direitos de Crédito deverão ser lastreados em operações dos setores listados abaixo, de acordo com os seguintes limites:

Setor	Mínimo (%Patrimônio Líquido)	Máximo (%Patrimônio Líquido)
Industrial	50%	100%
Comercial	0%	50%
Prestação de Serviços	0%	30%

Parágrafo 1º Os limites de concentração estabelecido no *caput* deste Artigo deverão ser verificados pela Gestora e observados com relação ao grupo econômico do Cedente, incluindo desta forma, seu controlador, sociedades por ele direta ou indiretamente controladas, coligadas ou outras sociedades sob controle comum, incluindo empresas controladas por pessoas físicas com grau de parentesco até segundo grau ("Grupo Econômico").

Parágrafo 2º Caso por qualquer motivo aconteça o desenquadramento do Fundo aos limites de concentração estabelecidos neste Artigo, a Gestora deverá observar os seguintes procedimentos para reenquadramento dos limites de concentração, enquanto estes não constituírem evento de avaliação:

- (a) as aquisições de Direitos de Crédito deverão buscar minimizar o desenquadramento da carteira; e
- (b) as aquisições deverão ser tais que não resultem em agravamento do desenquadramento existente e/ou ocasione qualquer outro desenquadramento da carteira.

Artigo 22 O Fundo deverá alocar, em até 90 (noventa) dias corridos contados da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito, observados os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo VIII deste Regulamento. O Fundo poderá, conforme o caso, manter a totalidade do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos de Crédito, em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, exclusivamente, em:

- (a) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN; e

- (b) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados acima (os "Ativos Financeiros").

Parágrafo 1º O Fundo não poderá realizar aplicações em direitos creditórios da instituição administradora e/ou de sua coobrigação, bem como de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

Parágrafo 2º O Fundo poderá realizar operações em mercado de derivativos, em bolsa de valores ou em bolsa de mercadorias e futuros, exclusivamente na modalidade com garantia, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas.

Artigo 23 A Administradora e o Custodiante não respondem pela solvência dos devedores dos Direitos de Crédito, ou pela originação, existência, liquidez e certeza de tais Direitos de Crédito.

Artigo 24 Cada um dos Cedentes é responsável pela originação, existência e correta formalização dos Direitos de Crédito cedidos.

Artigo 25 Os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, conforme o caso, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo BACEN ou pela CVM.

Artigo 26 Os percentuais e limites referidos neste Capítulo serão cumpridos diariamente, com base no Patrimônio Líquido do dia útil imediatamente anterior.

CAPÍTULO VIII - DIREITOS DE CRÉDITO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Artigo 27 Os Direitos de Crédito cedidos e transferidos ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e da Política de Concessão de Crédito constante do Anexo IV deste Regulamento, compreendem os Direitos de Crédito identificados em cada Termo de Cessão, representados por duplicatas e cheques, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito.

Parágrafo 1º Os Direitos de Crédito deverão contar com documentação que comprove a efetiva conclusão do negócio originador, sendo que as operações originadas por compras e venda à prazo deverão ter comprovação da entrega de tais produtos, bem como, as operações originadas por prestação de serviços deverão ter a comprovação da conclusão de tais serviços, e ainda, em ambos os casos, documentos que comprovem que os Direitos de Crédito não se enquadram nas especificações do artigo 40, §8º, I da Instrução CVM 356 (os "Documentos Comprobatórios").

Parágrafo 2º A política de concessão dos créditos descrita neste Regulamento ficará a cargo da Gestora, que é a única responsável pela análise e seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, e tecnicamente habilitada para realizar a avaliação da capacidade econômica dos Cedentes, bem como dos respectivos devedores dos Direitos de Crédito.

Parágrafo 3º O Fundo adquirirá dos Cedentes, na Data de Aquisição e Pagamento, os

Direitos de Crédito adquiridos nos termos de cada Termo de Cessão.

Artigo 28 O Fundo somente adquirirá Direitos de Crédito que atendam, na Data de Aquisição e Pagamento, cumulativamente, aos seguintes critérios de elegibilidade (os "Críticos de Elegibilidade"):

- (a) devem ser representados por duplicatas e cheques originados por empresas com sede no país (independentemente de terem como sócios diretos ou indiretos pessoas físicas ou jurídicas sediadas no exterior), que atuem no setores industrial, comercial ou de prestação de serviços no Brasil;
- (b) os Cedentes dos Direitos de Crédito devem ser pessoas jurídicas inscritas, no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- (c) os prazos de vencimento dos Direitos de Crédito devem ser de no máximo 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da formalização da respectiva cessão, não podendo ser posterior à última data de vencimento das Quotas Seniores em circulação, sendo que o prazo médio ponderado da carteira não poderá exceder 65 (sessenta e cinco) dias, calculado *pro forma* antes da aquisição pretendida; e
- (d) devem observar os limites mínimos e máximos de concentração com relação à carteira e ao Patrimônio Líquido, conforme disposto no Artigo 21 acima, calculado *pro forma* antes da aquisição pretendida, exceto com relação aos Grupos Econômicos que serão verificados pela Gestora, conforme o disposto no Parágrafo 1º do Artigo 21 deste Regulamento.


Parágrafo 1º A verificação do enquadramento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade será de responsabilidade do Custodiante.

Parágrafo 2º A Gestora será a única responsável pela análise e seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, observando a política de concessão de crédito definida no Anexo IV deste Regulamento e as Condições de Aquisição descritas no Parágrafo 3º abaixo. A Gestora ficará responsável ainda por confirmar à Administradora e ao Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão, o atendimento do Direito de Crédito adquirido às Condições de Aquisição e a enviar à Administradora e ao Custodiante a relação dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo para que o Custodiante proceda à verificação do enquadramento de tais Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade previamente à sua aquisição pelo Fundo.

Parágrafo 3º Sem prejuízo do estabelecido no *caput* deste Artigo, a Gestora deverá ofertar ao Fundo Direitos de Crédito que atendam às seguintes condições ("Condições de Aquisição"):

- (a) os Direitos de Crédito Elegíveis devem ter sido originados e formalizados de acordo com a Política de Concessão de Crédito descrita no Anexo IV deste Regulamento;
- (b) os Direitos de Crédito Elegíveis devem estar livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza;
- (c) os Sacados não devem apresentar apontamentos junto ao Serasa, SPC e/ou Equifax

quanto a cheques sem fundos, execuções judiciais, exceto execuções fiscais, falência e recuperação judicial decretada. Excepcionalmente, a Gestora poderá ofertar ao Fundo Direitos de Crédito oriundos de Sacados que apresentem protestos, e/ou execução judicial desde que a soma dos valores relativos a estas pendências não superem o montante equivalente a 5% (cinco por cento) do capital social do Sacado;

- 
- (d) o Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito de Sacados inadimplentes se o total de Direitos de Crédito inadimplidos acima de 60 (sessenta) dias representar mais do que 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido;
 - (e) o Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito originados de operações de recompra acima do valor total equivalente a 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
 - (f) o Fundo poderá comprar Direito de Crédito de Cedentes que possuam Direitos de Crédito vencidos e não pagos acima de 60 (sessenta) dias, desde que o saldo devedor deste Cedente não represente mais do que 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
 - (g) o Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito de Cedentes cujo índice de Direitos de Crédito liquidados parcialmente for superior a 10% (dez por cento) nos últimos 12 (doze) meses;
 - (h) o somatório do valor total de Direitos de Crédito oriundos dos 10 (dez) maiores Cedentes, deverá ser igual ou inferior a 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido;
 - (i) devem observar a Taxa Mínima de Cessão prevista no Artigo 29 abaixo;
 - (j) o respectivo Sacado não esteja em processo de falência ou recuperação judicial; e
 - (k) o Cedente deverá ter declarado que (i) não utiliza trabalho escravo e infantil; (ii) possui todas as licenças exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, inclusive todas as licenças ambientais.

Parágrafo 4º A Gestora deverá encaminhar ao Custodiante e à Administradora no momento da cessão relatório atestando que todos os Critérios de Elegibilidade e Condições de Aquisição foram devidamente atendidos e verificados por esta de acordo com o disposto neste Regulamento ("Relatório de Aquisição").

Artigo 29 O Fundo adquirirá Direitos de Crédito a uma taxa de cessão individual mínima equivalente a 150% do CDI, ou conforme a fórmula especificada abaixo, entre as duas a que for maior:

$$\left\{ \frac{\sum (QQSn \times RAQSn) + (QQM \times RAQM)}{(QQS + QQM)} + CT + 1\% \right\}$$

QQS: Quantidade de Quotas Seniores em circulação da série "n";

RAQSn: Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores da série "n";

QQM: Quantidade de Quotas Mezanino em circulação;

RAQM: Meta de Rentabilidade das Quotas Mezanino em circulação; e

CT: Custos fixos e taxas de Administração e Gestão do Fundo.

Parágrafo Único A fórmula disposta no *caput* deste Artigo será calculada previamente à emissão de novas quotas que possuam uma meta de rentabilidade determinada.

CAPÍTULO IX - FATORES DE RISCO

Artigo 30 Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, hipóteses em que os Cedentes, a Administradora, o Custodiante não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos deste Regulamento.

Parágrafo Único As aplicações dos Quotistas não contam com a garantia da Administradora, do Custodiante, de suas Partes Relacionadas, ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Artigo 31 Abaixo seguem os riscos associados ao investimento no Fundo e aos Ativos Financeiros e Direitos de Crédito.

- (a) Efeitos da política econômica do Governo Federal. O Fundo, seus ativos, quaisquer Cedentes e os devedores dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.

O Governo Federal intervém freqüentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio, a condição financeira e os resultados de cada Cedente, os setores econômicos específicos em que atuam, os Ativos Financeiros do Fundo, bem como a originação e pagamento dos Direitos de Crédito podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados de cada Cedente, bem como a liquidação dos Direitos de Crédito pelos respectivos devedores, pelos respectivos Cedentes e eventuais garantidores.

- (b) Investimento de baixa liquidez. Os fundos de investimento em direitos creditórios são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, com aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Considerando-se isso, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo.

Ademais, não há um mercado secundário desenvolvido para a negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, o que resulta em baixa liquidez desse tipo de investimento. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, o que impede o resgate de suas Quotas a qualquer momento e pode resultar em dificuldade adicional aos Quotistas para alienar seu investimento no mercado secundário. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar impossibilidade de venda das Quotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Quotistas.

- (c) Inexistência de garantia de rentabilidade. O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo garantia mínima de rentabilidade aos investidores. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Seniores, a rentabilidade dos Quotistas será inferior à meta indicada no respectivo Suplemento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.

- (d) Amortização e resgate condicionado das Quotas. As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar o pagamento da amortização e/ou resgate das Quotas é a liquidação: (i) dos Direitos de Crédito pelos respectivos devedores; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, extrajudicial ou judicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas, o que poderá acarretar prejuízo aos Quotistas.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à inexistência de um mercado secundário ativo e organizado para a negociação dessa espécie de ativo.

Considerando-se a sujeição da amortização e/ou resgate das Quotas à liquidação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito no Parágrafo acima, tanto a Administradora quanto o Custodiante estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou resgates das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

- (e) Liquidação antecipada do Fundo e resgate de Quotas. O Regulamento prevê hipóteses nas quais o Fundo poderá ser liquidado antecipadamente. Ocorrendo qualquer uma dessas hipóteses, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Quotistas.

Desse modo, os Quotistas poderão não receber a rentabilidade que o Fundo objetiva ou mesmo sofrer prejuízo no seu investimento não conseguindo recuperar o capital investido nas Quotas, e, ainda que recebam o capital investido, poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo. Nesse caso, não será devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, o Custodiante e a Gestora qualquer multa ou penalidade.

- (f) Guarda dos Documentos Comprobatórios. A Gestora será responsável pela guarda dos respectivos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, nos termos do Contrato de Custódia. Embora o Custodiante e o Fundo tenham o direito contratual de acesso irrestrito aos referidos Documentos Comprobatórios, a guarda de tais documentos por terceiros pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida origem e formalização dos Direitos de Crédito e de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos.

- (g) Cobrança judicial dos Direitos de Crédito. Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo e à salvaguarda dos direitos, das garantias e das prerrogativas dos Quotistas são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite do valor total das Quotas Subordinadas, sempre observado o que seja deliberado pelos titulares das Quotas Seniores reunidos em Assembleia Geral na forma do Capítulo XXI deste Regulamento. A Administradora e o Custodiante não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Seniores deixem de aportar os recursos necessários para tanto, nos termos do Capítulo XX do Regulamento.

- (h) Necessidade de realizar aporte de recursos no Fundo em decorrência de Patrimônio Líquido negativo. O Fundo não utiliza alavancagem como parte integrante de sua política de investimentos, entretanto, a variação do Patrimônio Líquido está ligada à precificação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros. Em caso de elevação da inadimplência histórica da carteira do Fundo e da falta de aportes por parte dos Quotistas Subordinados, as Quotas do Fundo poderão ter seu valor muito próximo ou igual a zero. Em decorrência das despesas e obrigações a que o Fundo está sujeito, os Quotistas poderão ser chamados a aportar novos recursos no

Fundo de forma a arcar com os seus Encargos.

- (i) Risco de mercado. O desempenho dos Ativos Financeiros que compõem a carteira do Fundo está diretamente ligado a alterações nas perspectivas macroeconômicas de mercado, o que pode causar oscilações em seus preços. Tais oscilações também poderão ocorrer em função de alterações nas expectativas do mercado, acarretando mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos. As referidas oscilações podem afetar negativamente o desempenho do Fundo, e conseqüentemente a rentabilidade das Quotas.
- (j) Risco de crédito. O risco de crédito decorre da capacidade dos devedores e/ou emissores dos ativos integrantes da carteira do Fundo e/ou das contrapartes do Fundo em operações com tais ativos em honrarem seus compromissos, conforme contratados. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos referidos ativos e/ou na percepção do mercado acerca de tais investidores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos ativos desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Quotistas. Adicionalmente, a falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos.
- (k) Liquidez restrita dos principais ativos do Fundo. Os principais ativos do Fundo são os Direitos de Crédito a serem originados por empresas do segmento industrial e selecionados pela Gestora, os quais não possuem um mercado secundário desenvolvido ou organizado. Caso o Fundo tenha de alienar os Direitos de Crédito de sua titularidade, é possível que não haja interessados ou que o preço de alienação resulte em perdas para o Fundo, o que resultará em prejuízo para os Quotistas.
- (l) Regularidade dos Direitos de Crédito. O Custodiante realizará verificação periódica do lastro dos Direitos de Crédito com base em análise por amostragem – ou seja, esta auditoria não compreenderá a revisão de todos os Direitos de Crédito, mas apenas de alguns selecionados aleatoriamente, de forma a verificar a regularidade de seus Documentos Comprobatórios. Mesmo com a realização dessa auditoria, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito, causando-lhe prejuízo.
- (m) Risco decorrente da precificação dos ativos. Os ativos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros (“mark-to-market”), poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.
- (n) Movimentação dos valores relativos aos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo. Todos os recursos decorrentes da liquidação dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo serão recebidos diretamente na Conta de Arrecadação. Os valores

depositados na Conta de Arrecadação serão transferidos diariamente para a Conta do Fundo. Apesar do Fundo contar com a obrigação do respectivo banco de realizar diariamente as transferências dos recursos depositados na Conta de Arrecadação para a Conta do Fundo, a rentabilidade das Quotas pode ser negativamente afetada, causando prejuízo ao Fundo e aos Quotistas, caso haja inadimplemento pelo banco, no cumprimento de sua referida obrigação, inclusive em razão de falhas operacionais no processamento e na transferência dos recursos para a Conta do Fundo. Não há qualquer garantia de cumprimento pelo referido banco de suas obrigações acima destacadas.

- (o) Risco de não originação de Direitos de Crédito. A Gestora é a responsável pela seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, sendo que nenhum Direito de Crédito poderá ser adquirido pelo Fundo, de acordo com o Regulamento, se não forem previamente analisados e selecionados pela Gestora. Apesar de o Regulamento do Fundo prever Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação relativos à renúncia, substituição ou outros eventos relevantes relacionados à Gestora, caso exista qualquer dificuldade da Gestora em desenvolver suas atividades de análise e seleção de Direitos de Crédito, os resultados do Fundo poderão ser adversamente afetados.
- (p) Risco decorrente dos critérios adotados pelo Cedente para a concessão do crédito. O Fundo está apto a adquirir Direitos de Crédito de titularidade de múltiplos Cedentes. Tais Cedentes não são previamente conhecidos pelo Fundo, pela Gestora, pela Administradora e/ou pelo Custodiante, de forma que eventuais problemas oriundos da relação comercial entre os Cedentes e os respectivos Sacados podem não ser previamente identificados pelo Fundo, pela Gestora, pela Administradora e/ou pelo Custodiante. Os resultados do Fundo poderão ser afetados negativamente caso o Cedente não indenize o Fundo pelos Direitos de Crédito que não forem pagos integralmente pelos Sacados em decorrência de qualquer problema de natureza comercial entre o Sacado e o respectivo Cedente, tais como (i) defeito ou vício do produto ou (ii) devolução do produto que resulte no cancelamento da respectiva venda
- (q) Risco decorrente de eventuais restrições de natureza legal ou regulatória. A cessão de crédito pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial e/ou administrativa, afetando negativamente o patrimônio do Fundo. Os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo serão originados por operações de natureza financeira, industrial, comercial e de prestação de serviços entre os Cedentes e seus devedores. Os contratos e os demais documentos que formalizam tais relações podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos de Crédito pelos devedores, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.

CAPÍTULO X – TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 32 A Administradora e a Gestora receberão, pela prestação de serviços ao

Fundo, a título de taxa de administração, o percentual anual de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor do Patrimônio Líquido, apurado e provisionado diariamente e pago mensalmente ("Taxa de Administração"), conforme a seguinte fórmula:

$$TA = (tx + RG/252) \times PL(D-1)$$

onde:

TA: Taxa de Administração;

tx: 0,5% (meio por cento);

PL(D-1): Patrimônio Líquido do Fundo no dia útil imediatamente anterior à data de pagamento; e

RG: Remuneração da Gestora de 1% (um por cento) ao ano.

Parágrafo 1º O valor mínimo mensal da taxa de administração será de R\$5.000,00 (cinco mil reais) ao mês.

Parágrafo 2º A Taxa de Administração será paga no quinto dia útil do mês subsequente à sua apuração e provisionamento. O Fundo pagará diretamente à Gestora a parcela da Taxa de Administração que lhe cabe, nos termos do *caput* deste Artigo.

Parágrafo 3º O Fundo não cobrará taxa de performance.

Artigo 33 Caso seja deliberado Evento de Liquidação, a remuneração da Gestora não será mais devida até que o Fundo seja liquidado.

Artigo 34 Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas (os "Encargos do Fundo"):

- (a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (c) despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicação aos Quotistas;
- (d) honorários e despesas devidos à contratação dos serviços da Empresa de Auditoria;
- (e) emolumentos e comissões pagos sobre as operações do Fundo, os quais deverão sempre observar condições e parâmetros de mercado;
- (f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- (g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;

- (h) taxas de custódia dos ativos integrantes da carteira do Fundo;
- (i) despesas com a contratação da Agência de Classificação de Risco;
- (j) despesas de registro do Fundo em bolsa de valores e mercado de balcão organizado, conforme a legislação aplicável;
- (k) despesas, emolumentos e comissões incorridos com a abertura e manutenção da Conta de Arrecadação e da Conta do Fundo; e
- (l) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos, na forma do inciso I do artigo 31 da Instrução CVM 356.

Parágrafo Único Quaisquer despesas não previstas neste Capítulo como Encargos do Fundo correrão por conta da Administradora.

CAPÍTULO XI - QUOTAS

Artigo 35 O Fundo poderá emitir uma ou mais séries de Quotas Seniores, observado que:

- (a) nenhum Evento de Liquidação tenha ocorrido ou caso algum Evento de Avaliação esteja em vigor;
- (b) o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro na forma do Parágrafo 2º do Artigo 1º deste Regulamento;
- (c) a Administradora obtenha manifestação favorável à emissão de novas Quotas Seniores dos Quotistas detentores da totalidade das Quotas Mezanino e Subordinadas em circulação, exceto se a referida emissão ocorrer a partir de 4 (quatro) meses de antecedência da data de Resgate de qualquer série de Quotas Seniores e que seja condicionada à emissão de Quotas Mezanino na mesma proporção da série vigente;
- (d) o Fundo não esteja em desacordo com sua Razão de Garantia, alocação mínima de Direitos de Crédito nos termos do Artigo 22 deste Regulamento e com o Índice de Liquidez; e
- (e) nenhum Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação esteja em curso.

Artigo 36 As Quotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) Valor Unitário de Emissão a ser fixado em R\$100.000,00 (cem mil reais);
- (c) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de

integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 45 deste Regulamento; e

- (d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá 1 (um) voto.

Parágrafo 1º O valor total das Quotas Seniores é equivalente ao somatório do valor das Quotas Seniores de cada série, ou o produto da divisão do Patrimônio Líquido pelo número de Quotas Seniores, dos dois o menor.

Parágrafo 2º As Quotas Seniores serão distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data do registro da distribuição na CVM.

Parágrafo 3º Fica autorizado o cancelamento do saldo não colocado das Quotas Seniores emitidas pelo Fundo.

Artigo 37 O Fundo poderá realizar uma ou mais emissões de quotas subordinadas mezanino ("Quotas Mezanino"), observado que:

- (a) nenhum Evento de Liquidação tenha ocorrido ou caso algum Evento de Avaliação esteja em vigor;
- (b) o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro na forma do Parágrafo 2º do Artigo 1º deste Regulamento; e
- (c) após a 1ª Emissão de Quotas Mezanino, a Administradora deverá obter manifestação favorável à emissão de novas Quotas Mezanino dos Quotistas detentores da totalidade das Quotas Subordinadas em circulação.

Artigo 38 As Quotas Mezanino têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) subordinam-se às Quotas Seniores e têm prioridade em relação às Quotas Subordinadas para fins de amortização e/ou resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores em circulação quando da sua emissão;
- (c) Valor Unitário de Emissão a ser fixado em R\$100.000,00 (cem mil reais);
- (d) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no *caput* do Artigo 46 deste Regulamento; e
- (e) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota Mezanino corresponderá 1 (um) voto.

Artigo 39 O Fundo poderá emitir Quotas subordinadas júnior ("Quotas Subordinadas"), a serem colocadas em uma ou mais distribuições, podendo ser mantido em

circulação um número indeterminado de Quotas Subordinadas.

Parágrafo Único As Quotas Subordinadas têm as seguintes características e vantagens e os mesmos direitos e obrigações, conforme abaixo:

- 2
- (a) subordinam-se às Quotas Seniores e às Quotas Mezanino para efeito de amortização e resgate observado o disposto neste Regulamento;
 - (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino em circulação, admitindo-se o resgate em Direitos de Crédito;
 - (c) Valor Unitário de Emissão de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) na 1ª emissão de Quotas Subordinadas, sendo as Quotas Subordinadas emitidas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado com base na alínea (d) abaixo;
 - (d) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Parágrafo único do Artigo 46 deste Regulamento; e
 - (e) cada Quota Subordinada corresponderá a 1 (um) voto e terá direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, exceto aquelas que deliberarem a respeito da ocorrência de Eventos de Liquidação ou de Avaliação do Fundo, ou que deliberarem a respeito do descumprimento pela Gestora das suas obrigações estabelecidas neste Regulamento.

Artigo 40 As Quotas são transferíveis e terão a forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares.

Artigo 41 As Quotas poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação.

CAPÍTULO XII - EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS

Artigo 42 As Quotas do Fundo serão emitidas por seu valor calculado na forma dos Artigos 45 e 46 deste Regulamento, conforme o caso, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do Fundo (valor da Quota de D + 1), por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

Artigo 43 A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriturador, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista. Os Investidores Qualificados poderão efetuar aplicações de recursos no Fundo diretamente com a Administradora, observado o disposto no Capítulo VII e as normas e regulamentos aplicáveis.

Parágrafo 1º Quando de seu ingresso no Fundo, cada Quotista deverá assinar o Termo de Adesão ao Regulamento, e indicar um representante responsável e seu respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações que lhe sejam enviadas pela Administradora nos termos deste Regulamento.

Parágrafo 2º No ato de subscrição de Quotas Seniores e de Quotas Mezanino, o subscritor (i) assinará o boletim de subscrição (que também será assinado pela Administradora), e (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas subscritas na forma prevista no anúncio de início de distribuição da respectiva emissão de Quotas, respeitadas as demais condições previstas neste Regulamento.

Parágrafo 3º O extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriturador será o documento hábil para comprovar (i) a obrigação da Administradora, perante o Quotista, de cumprir as prescrições constantes deste Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (ii) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.

Artigo 44 Não serão cobradas taxas de ingresso ou de saída pela Administradora.

Artigo 45 A partir da 1ª Data de Emissão de cada série de Quotas Seniores, seu respectivo valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor unitário da Quota Sênior no dia útil imediatamente anterior acrescido dos rendimentos no período com base na meta de rentabilidade prioritária estabelecida para a série no respectivo Suplemento.

Parágrafo 1º Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores, definidos no *caput* deste Artigo, têm como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de amortização e/ou resgate de suas Quotas, e não representam e nem devem ser considerados, em hipótese alguma, como promessa ou obrigação legal ou contratual de remuneração por parte da Administradora, do Fundo ou do Custodiante. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, em hipótese, alguma, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor de tais Quotas, na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para essa classe de Quotas.

Parágrafo 2º Em todo dia útil, após a incorporação dos resultados descritos no *caput* deste Artigo nas Quotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado às Quotas Subordinadas.

Artigo 46 A partir da 1ª Data de Emissão das Quotas Mezanino, seu respectivo valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores: (i) o Patrimônio Líquido deduzido do valor das Quotas Seniores dividido pelo número de Quotas Mezanino em circulação; ou (ii) o valor unitário da Quota Mezanino no dia útil imediatamente anterior acrescido dos rendimentos no período com base na meta de rentabilidade prioritária estabelecida para a emissão no respectivo Suplemento.

Parágrafo Único A partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas, seu valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino em circulação, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em circulação, na respectiva data de cálculo.

CAPÍTULO XIII - AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS

Artigo 47 As Quotas Seniores e as Quotas Mezanino de cada emissão serão resgatadas integralmente pelo Fundo nas respectivas Datas de Resgate, observado o previsto neste Capítulo.

Artigo 48 Sem prejuízo do previsto no Artigo 49 abaixo, o Fundo poderá realizar Amortizações Programadas de qualquer série de Quotas Seniores e Quotas Mezanino a ser emitida, de acordo com as condições estabelecidas no respectivo Suplemento.

Artigo 49 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 69 deste Regulamento, e desde que o Patrimônio Líquido permita e o Fundo tenha disponibilidades para tanto, poderá ocorrer alterações nas Amortizações Programadas de uma ou mais séries específicas de Quotas Seniores e de Quotas Mezanino em circulação, nas datas e valores a serem estipulados, desde que deliberado pela totalidade dos quotistas das classes e séries afetadas.

Parágrafo Único Os titulares das Quotas do Fundo não poderão, em nenhuma hipótese, exigir do Fundo a amortização ou o resgate de suas Quotas em condições diversas das previstas neste Regulamento.

Artigo 50 A fim de viabilizar os pagamentos do Fundo, a Administradora deverá instruir o Custodiante a constituir uma Reserva de Amortização para pagamento das amortizações e resgates das quotas (a "Reserva de Amortização"). Para tanto, a Administradora e a Gestora deverão condicionar a aquisição de novos Direitos de Crédito ao cumprimento do cronograma do Parágrafo 1º abaixo.

Parágrafo 1º A tabela abaixo mostra os valores que deverão compor a Reserva de Amortização (em percentual sobre o valor estimado das amortizações e resgates), conforme o número de dias a decorrer até as próximas Datas de Amortização e Resgates:

Número de dias corridos antes das Datas de Amortização ou da Data de Resgate	Percentual do valor futuro estimado das respectivas amortizações e resgates
45	50%
20	100%

Parágrafo 2º A Administradora somente descontinuará os procedimentos descritos neste Artigo, quando a soma do valor de saque, resgate e/ou alienação dos outros ativos que integram a Reserva de Amortização, líquidos de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente aos valores determinados conforme o cronograma do Parágrafo 1º acima.

Artigo 51 A Administradora deverá manter no mínimo 1% (um por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo alocado em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, exclusivamente, em Ativos Financeiros ("Reserva de Liquidez").

Artigo 52 A Administradora deverá calcular o índice de liquidez da carteira mensalmente, a ser definido como a razão entre: (i) Caixa + Ativos Financeiros + Direitos de Crédito de Sacados adimplentes a vencer nos próximos 30 (trinta) dias da data de apuração; e (ii) as amortizações e encargos devidos pelo Fundo nos próximos 30 (trinta) dias da data de apuração

("Índice de Liquidez").

Parágrafo Único Para fins de apuração, o Índice de Liquidez deverá ser maior ou igual a 1 (um), caso o Índice de Liquidez permaneça com valor menor a 1 (um) pelo período previsto na alínea (j) do Artigo 64, a Administradora deverá tomar todas as providências relativas a ocorrência de um Evento de Liquidação.

Artigo 53 Caso a relação entre as Quotas Subordinadas e as Quotas Mezanino seja superior a 38% (trinta e oito por cento) (o "Excesso de Cobertura"), a Administradora poderá realizar a amortização parcial não programada das Quotas Subordinadas, até o do Excesso de Cobertura, mediante solicitação dos respectivos Quotistas, desde que a amortização não programada não desenquadre o limite mínimo estabelecido como Razão de Garantia no Artigo 62 deste Regulamento.

Parágrafo 1º Para fins do previsto no *caput* deste Artigo, a Administradora deverá comunicar a ocorrência de Excesso de Cobertura aos titulares de Quotas Subordinadas mensalmente, todo primeiro dia útil do mês.

Parágrafo 2º O montante do Excesso de Cobertura não utilizado para fins de amortização de Quotas Subordinadas, na forma deste Artigo, deverá integrar o Patrimônio Líquido do Fundo.

Parágrafo 3º A amortização prevista neste Artigo somente ocorrerá mediante o enquadramento do Fundo ao Índice de Liquidez, Reservas de Amortização e de Liquidez, alocação mínima dos Direitos de Crédito, conforme previsto no Artigo 21 deste Regulamento, se nenhum Evento de Avaliação ou de Liquidação esteja em curso, e desde que o Fundo continue enquadrado após a amortização prevista.

Parágrafo 4º Caso exista previsão de amortização das Quotas Seniores e Mezaninos em um respectivo mês a Administradora deverá priorizar o pagamento das amortizações programadas desta classe de quotas em detrimento da amortização dos Quotistas Subordinados.

CAPÍTULO XIV - PAGAMENTO AOS QUOTISTAS

Artigo 54 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 69 deste Regulamento, a Administradora deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo correspondentes (i) aos titulares das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, em cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, nos montantes apurados conforme os Artigos 45 e 46 deste Regulamento, e (ii) aos titulares das Quotas Subordinadas na hipótese prevista no Artigo 53 deste Regulamento ou após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, nos montantes apurados conforme o Parágrafo único do Artigo 46 deste Regulamento.

Parágrafo 1º A Administradora efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Quotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN.

Parágrafo 2º Os recursos depositados na Conta do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Agente Escriturador, nas respectivas Datas de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso.

Parágrafo 3º Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista no Artigo 68 deste Regulamento, em Direitos de Crédito.

Parágrafo 4º Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um dia útil, a Administradora efetuará o pagamento no dia útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

CAPÍTULO XV - NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

Artigo 55 As Quotas Seniores e as Quotas Mezanino serão registradas para negociação em bolsa de valores, sistema de balcão organizado, ou no SomaFix e/ou BovespaFix e na CETIP (para distribuição primária, as Quotas serão registradas para negociação na CETIP no Módulo de Distribuição de Cotas e, para negociação no mercado secundário, no Sistema de Fundos Fechados), a critério da Administradora, observado que: (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados e que tiverem acesso ao Regulamento do Fundo e assinaram o Termo de Adesão.

Artigo 56 Na hipótese de negociação de Quotas, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista e o respectivo pagamento do preço será processado pelo Agente Escriitador somente após a verificação, pelo intermediário que representa o adquirente, da condição de Investidor Qualificado do novo Quotista.

CAPÍTULO XVI - METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Artigo 57 Observadas as disposições legais aplicáveis, os Direitos de Crédito devem ser registrados pelo valor efetivamente pago.

Artigo 58 Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Artigo 59 Os Ativos Financeiros deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, observadas as regras e os procedimentos definidos pela Administradora e aceitos pelo BACEN e pela CVM, e aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

Parágrafo Único Os ajustes dos valores dos Ativos Financeiros, decorrentes da aplicação dos critérios estabelecidos neste Regulamento, serão registrados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Artigo 60 Os Direitos de Crédito vencidos e não pagos deverão ser provisionados de acordo com o disposto no Plano Contábil, sendo admitida a reversão da respectiva provisão, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou a sua constituição, limitada ao seu respectivo

valor, observado o previsto no Artigo 61 abaixo.

Artigo 61 As perdas e provisões relacionadas aos Direitos de Crédito adquiridos vencidos e não pagos serão suportados única e exclusivamente pelo Fundo e serão reconhecidas no resultado do período, conforme as regras e procedimentos definidos na Resolução do CMN 2.682, de acordo com os percentuais a seguir indicados (“Percentual de Provisão”), em cada dia útil:

Faixa	Período de Atraso	Percentual de Provisão sobre o Valor dos Direitos de Crédito adquiridos (antes de ser reduzido qualquer Valor Provisionado)
A	atraso entre 0 e 14 dias	0,5%
B	atraso entre 15 e 30 dias	1%
C	atraso entre 31 e 60 dias	3%
D	atraso entre 61 e 90 dias	10%
E	Atraso entre 91 e 120 dias	30%
F	atraso entre 121 e 150 dias	50%
G	atraso entre 151 e 180 dias	70%
H	Atraso superior a 180 dias	100%

Parágrafo 1º A provisão para devedores duvidosos será realizada, incluindo provisão para todos os créditos a vencer de 0,5% (meio por cento) no início do Fundo (D+0), constituindo assim, uma reserva de provisão de 0,5% (meio por cento) do Patrimônio Líquido investido em Direitos de Crédito.

Parágrafo 2º O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão de tais perdas e provisões, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

Parágrafo 3º A provisão para devedores duvidosos atingirá os demais Direitos de Créditos do mesmo devedor inadimplente, ou seja, será estabelecido um valor adicional de provisão, mesmo que ainda não conhecidas por se referirem a Direitos de Crédito a vencer, mas comuns ao mesmo devedor, ocorrendo, assim, o chamado “efeito vagão”.

CAPÍTULO XVII - ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA

Artigo 62 Desde a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores até a Data de Rebaixamento da Razão de Garantia definida abaixo, a Administradora verificará, todo dia útil se a Razão de Garantia é igual ou superior a 150% (cento e cinquenta por cento).

Parágrafo 1º A partir do dia 26 de fevereiro de 2010 (“Data do Primeiro Rebaixamento da Razão de Garantia”), até a data de resgate das Quotas Seniores da 10ª Emissão, a Administradora verificará, todo dia útil se a Razão de Garantia é igual ou superior a 137% (cento e trinta e sete por cento), sendo observados os procedimentos estabelecidos nos Artigos 63 abaixo e 50 acima.

Parágrafo 2º Após a data de resgate das Quotas Seniores da 10ª Emissão ("Data do Segundo Rebaixamento da Razão de Garantia"), até a última Data de Resgate das Quotas Seniores, a Administradora verificará, todo dia útil se a Razão de Garantia é igual ou superior a 125% (cento e vinte e cinco por cento), sendo observados os procedimentos estabelecidos nos Artigos 63 abaixo e 50 acima.

Parágrafo 3º Caso a Razão de Garantia seja inferior às razões estabelecidas no *caput* e nos Parágrafos 1º e 2º deste Artigo, a Administradora deverá comunicar os titulares de Quotas Subordinadas para que decidam se realizarão aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo à Razão de Garantia, mediante a emissão e subscrição de novas Quotas Subordinadas.

Parágrafo 4º Caso os titulares das Quotas Subordinadas decidam que não realizarão o aporte adicional de recursos indicado no Parágrafo 3º deste Artigo, ou não enviem resposta à Administradora em 30 (trinta) dias contados da comunicação da Administradora prevista no Parágrafo 3º deste Artigo, a Administradora comunicará a Agência de Classificação de Risco do desenquadramento do Fundo à Razão de Garantia, observado o Artigo 64, alínea (a) abaixo.

Artigo 63 A relação entre as Quotas Subordinadas e o total de Quotas Subordinadas e Mezanino somadas deverá representar sempre no mínimo 62% (sessenta e dois por cento) ("Relação Mínima").

Parágrafo 1º Caso a relação mínima estipulada no *caput* deste Artigo seja inferior a 62% (sessenta e dois por cento), a Administradora deverá comunicar os titulares de Quotas Subordinadas para que decidam se realizarão aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo à Relação Mínima, mediante a emissão e subscrição de novas Quotas Subordinadas.

Parágrafo 2º Caso os titulares das Quotas Subordinadas decidam que não realizarão o aporte adicional de recursos indicado no Parágrafo 1º deste Artigo, ou não enviem resposta à Administradora em 30 (trinta) dias contados da comunicação da Administradora prevista no Parágrafo 1º deste Artigo, a Administradora comunicará a Agência de Classificação de Risco do desenquadramento do Fundo à Relação Mínima, observado o Artigo 64, alínea (b) abaixo.

CAPÍTULO XVIII - EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

Artigo 64 São considerados eventos de avaliação do Fundo (os "Eventos de Avaliação") quaisquer dos seguintes eventos:

- (a) caso a Razão de Garantia não seja observada por um período de 30 (trinta) dias consecutivos contado da data de recebimento da notificação de desenquadramento pelos Quotistas Subordinados;
- (b) caso a Relação Mínima permaneça inferior a 62% (sessenta e dois por cento) por um período de 30 (trinta) dias consecutivos contado da data de recebimento da notificação de desenquadramento pelos Quotistas Subordinados;
- (c) caso haja a redução do nível de classificação de risco de qualquer das séries ou classes de quotas em circulação em dois sub-níveis;

- (d) caso o Fundo não observe por 30 (trinta) dias consecutivos os limites de concentração por Sacado e/ou Cedente, por tipo de ativo ou por segmento estabelecidos no Artigo 21 deste Regulamento;
- (e) caso as amortizações programadas de qualquer série ou de qualquer classe não sejam efetuadas nas datas estabelecidas;
- (f) caso os Direitos de Crédito vencidos e não pagos por período superior a 60 (sessenta) dias consecutivos contado da sua data de vencimento atinjam 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (g) caso haja alteração dos procedimentos de cessão de Direitos de Crédito e de cobrança adotados pela Gestora, sem prévia aprovação da Assembléia Geral;
- (h) caso o limite de recompra exceda 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido em dois Relatórios de Monitoramento consecutivos ou quatro alternados em um período de 12 (doze) meses;
- (i) caso o montante total de Direitos de Crédito pagos com atraso de até 30 (trinta) dias da sua data de vencimento, seja superior a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo em dois Relatórios de Monitoramento consecutivos ou quatro alternados em um período de 12 (doze) meses;
- (j) caso a Reserva de Amortização, a Reserva de Liquidez e o Índice de Liquidez não se encontrem enquadrados por mais que ~~quinze~~ dias consecutivos; e
- (k) Caso o total de pagamentos de Direitos de Crédito cedidos realizados pelos Sacados diretamente na conta do Cedente seja superior a 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido em 2 (dois) Relatórios de Monitoramento consecutivos ou quatro alternados em um período de 12 (doze) meses.

Artigo 65 Ocorrendo qualquer Evento de Avaliação, será convocada Assembléia Geral, nos termos do Capítulo XXI, para avaliar o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do respectivo Evento de Avaliação, podendo a Assembléia Geral deliberar (i) pela não liquidação do Fundo, ou (ii) que o Evento de Avaliação que deu causa à Assembléia Geral constitui um Evento de Liquidação, estipulando os procedimentos para a liquidação do Fundo independentemente da convocação de nova Assembléia Geral, e aplicando-se o disposto no Parágrafo 3º do Artigo 66 deste Regulamento.

Parágrafo Único Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembléia Geral prevista no *caput* deste Artigo, a referida Assembléia Geral será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação do Fundo.

Artigo 66 São considerados eventos de liquidação antecipada do Fundo (os "Eventos de Liquidação") quaisquer dos seguintes eventos:

- (a) cessação ou renúncia pela Administradora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços de administração do Fundo previstos neste Regulamento, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, de acordo com os procedimentos estabelecidos neste Regulamento;

- (b) cessação pelo Custodiante, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Custódia, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, nos termos do referido contrato; e
- (c) cessação pela Gestora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Gestão, ou ainda em caso de alteração direta ou indireta no controle da Gestora.

Parágrafo 1º Ocorrendo qualquer dos Eventos de Liquidação, a Administradora deverá dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo definidos nos próximos Parágrafos deste Artigo.

Parágrafo 2º Na hipótese prevista no Parágrafo 1º deste Artigo, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral, a fim de que os Quotistas deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas.

Parágrafo 3º No caso de decisão assemblear pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, ficará assegurado o resgate antecipado das Quotas Seniores detidas pelos Quotistas dissidentes.

Parágrafo 4º Observada a deliberação da Assembléia Geral referida no Parágrafo 2º deste Artigo, o Fundo resgatará compulsoriamente todas as Quotas Seniores e, posteriormente, todas as Quotas Mezanino, ao mesmo tempo, em igualdade de condições entre os titulares de Quotas da mesma classe e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas de cada uma das referidas classes em circulação, observados os seguintes procedimentos:

- (a) a Administradora liquidará todos os investimentos e aplicações do Fundo, transferindo todos os recursos para a Conta do Fundo;
- (b) todos os recursos decorrentes do recebimento, pelo Fundo, dos valores dos Direitos de Crédito, serão imediatamente destinados à Conta do Fundo; e
- (c) observada a ordem de alocação dos recursos definida no Capítulo XIX, a Administradora debitará a Conta do Fundo e procederá ao resgate antecipado das Quotas Seniores e, posteriormente das Quotas Mezanino, em circulação até o limite dos recursos disponíveis.

Artigo 67 Os recursos auferidos pelo Fundo nos termos do Parágrafo 4º do Artigo 66 acima, serão utilizados para o pagamento das Obrigações do Fundo de acordo com a ordem de alocação de recursos prevista no Capítulo XIX. Os procedimentos descritos no Parágrafo 4º do Artigo 66 acima somente poderão ser interrompidos após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino.

Parágrafo Único Após o resgate integral antecipado das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino conforme estabelecido no Artigo 66 acima, os titulares das Quotas Subordinadas poderão deliberar pela interrupção do processo de liquidação do Fundo e retomada de suas atividades.

Artigo 68 Caso após 12 (doze) meses da data de ocorrência do Evento de Liquidação e observadas as deliberações da Assembléia Geral referida no Parágrafo 2º do Artigo 66 acima, o

Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas Seniores e Mezanino, será constituído pelos titulares das Quotas em circulação um condomínio nos termos do artigo 1.314 e ss. do Código Civil, que sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos de Crédito existentes na data de constituição do referido condomínio.

CAPÍTULO XIX - ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Artigo 69 Diariamente, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores e até a ocorrência de um Evento de Liquidação, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- (b) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- (c) devolução aos titulares das Quotas Seniores dos valores aportados ao Fundo, nos termos do Artigo 54 deste Regulamento, por meio do resgate ou amortização da emissão de Quotas específica;
- (d) devolução aos titulares das Quotas Mezanino dos valores aportados ao Fundo, nos termos do Artigo 54 deste Regulamento, por meio do resgate ou amortização da série de Quotas específica;
- (e) provisionamento de recursos para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- (f) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas.

Parágrafo Único Na ocorrência de um Evento de Liquidação e, enquanto tal evento permanecer em curso, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- (b) devolução aos titulares das Quotas Seniores dos valores aportados ao Fundo, nos termos do Artigo 54 deste Regulamento, por meio do resgate ou amortização da série de Quotas específica;
- (c) devolução aos titulares das Quotas Mezanino dos valores aportados ao Fundo, nos termos do Artigo 54 deste Regulamento, por meio do resgate ou amortização da emissão de Quotas específica;
- (d) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês

calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento;

- (e) provisionamento de recursos para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- (f) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas.

CAPÍTULO XX – POLÍTICA E CUSTOS DE COBRANÇA

Artigo 70 O Anexo III a este Regulamento contém a descrição detalhada da atual Política de Cobrança adotada pelo Fundo, e deverá ser aditado e registrado na forma do Parágrafo 2º do Artigo 1º acima sempre que houver qualquer alteração relevante na Política de Cobrança, a critério da Administradora e da Gestora.

Artigo 71 Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para preservação de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos Quotistas, não estando a Administradora, a Gestora ou o Custodiante de qualquer forma obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança dos seus ativos. A Administradora, a Gestora e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos, que tenham sido incorridos pelo Fundo em face de terceiros ou dos Cedentes, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou diretamente pelos Quotistas, observado o disposto no Parágrafo 1º abaixo.

Parágrafo 1º As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à preservação dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros serão suportadas diretamente pelo Fundo até o limite do valor das Quotas Subordinadas em circulação. A parcela que exceder a este limite deverá ser previamente aprovada pelos titulares das Quotas Seniores em Assembléia Geral convocada especialmente para esse fim e, se for o caso, será por eles aportada diretamente ao Fundo por meio da subscrição e integralização de série de Quotas Seniores específica, considerando o valor da participação de cada titular de Quotas Seniores no valor total das Quotas em circulação, na data da respectiva aprovação. Os recursos aportados ao Fundo pelos Quotistas serão reembolsados por meio do resgate ou amortização da respectiva série de Quotas Seniores específica, de acordo com os procedimentos previstos neste Regulamento.

Parágrafo 2º Fica estabelecido que, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo antes (i) do recebimento integral do adiantamento a que se refere o *caput* deste Artigo; e (ii) da assunção, pelos Quotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. A Administradora, a Gestora e o Custodiante não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos Quotistas em decorrência da não proposição (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à preservação de seus direitos e prerrogativas, inclusive caso os Quotistas não aportem os recursos suficientes para tanto na forma deste Capítulo.

Parágrafo 3º As despesas a que se refere o *caput* deste Artigo são aquelas mencionadas na alínea (f) do Artigo 34 deste Regulamento.

Parágrafo 4º Todos os valores aportados pelos Quotistas ao Fundo nos termos do *caput* deste Artigo deverão ser feitos em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições e/ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais valores, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou contribuições (inclusive sobre movimentações financeiras) incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte e de forma que o Fundo receba as referidas verbas pelos seus valores integrais e originais, acrescidos dos valores necessários para que o Fundo possa honrar integralmente com suas obrigações nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

CAPÍTULO XXI - ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 72 Sem prejuízo das demais atribuições previstas neste Regulamento, compete privativamente à Assembléia Geral, observados os respectivos quoruns de deliberação:

- (a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- (b) deliberar sobre a substituição da Administradora;
- (c) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (d) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo, observado o procedimento do Capítulo XVIII deste Regulamento;
- (e) aprovar qualquer alteração do Regulamento e dos demais Documentos da Operação, observado o disposto na hipótese da alínea (c) do Parágrafo Único do Artigo 11 deste Regulamento; e
- (f) aprovar a substituição do Custodiante, da Empresa de Auditoria e da Agência de Classificação de Risco.

Artigo 73 O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos neste Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes.

Artigo 74 A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias corridos de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias corridos de antecedência, quando em segunda convocação, e far-se-á por meio de aviso publicado no periódico, mencionado no Artigo 83 deste Regulamento ou enviado por meio de correio eletrônico aos Quotistas, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia Geral e,

ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral. Admite-se que a segunda convocação da Assembléia Geral seja providenciada conjuntamente com a primeira convocação.

Parágrafo 1º A Assembléia Geral poderá ser convocada (i) pela Administradora ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.

Parágrafo 2º A Assembléia Geral se instalará em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas Seniores em circulação, 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas Mezanino e Subordinadas em conjunto, em circulação e, em segunda convocação, com Quotistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas Mezanino e das Quotas Subordinadas em circulação. Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

Parágrafo 3º A presidência da Assembléia Geral caberá à Administradora.

Parágrafo 4º Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 5º deste Artigo, a Administradora e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria, da Gestora ou quaisquer terceiros, para participar das Assembléias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Parágrafo 5º Independentemente de quem tenha convocado, o representante da Administradora deverá comparecer a todas as Assembléias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Parágrafo 6º Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral deve realizar-se no local onde a Administradora tiver a sede, e quando for realizada em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

Artigo 75 A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembléia Geral.

Artigo 76 Ressalvado o disposto nos Parágrafos deste Artigo e observado o previsto na regulamentação aplicável, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis dos titulares de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas presentes à Assembléia Geral, observado o quorum mínimo estabelecido no Parágrafo 2º do Artigo 74 acima.

Parágrafo 1º Sem prejuízo do disposto no *caput* deste Artigo, as matérias previstas nas alíneas (b), (c) e (d) do Artigo 72 acima, serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Quotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Quotas dos presentes.

Parágrafo 2º A alteração das características, direitos e obrigações das Quotas Subordinadas dependerá da aprovação (i) da Assembléia Geral e (ii) dos titulares da totalidade das

Quotas Mezanino e Subordinadas em circulação. Além disso, a alteração das seguintes matérias dependerá da aprovação dos titulares das Quotas Mezanino e Subordinadas:

- (a) as matérias previstas nas alíneas (e) e (f) do Artigo 72 deste Regulamento; e
- (b) cobrança de taxas e encargos de qualquer natureza pela Administradora que não estejam expressamente prevista neste Regulamento.

Artigo 77 As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quoruns estabelecidos neste Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembléia Geral ou do voto proferido na mesma.

Artigo 78 Os Quotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse, observados os procedimentos de convocação e deliberação previstos neste Regulamento.

CAPÍTULO XXII - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 79 O Fundo terá escrituração contábil própria. As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicação previstas no Plano Contábil e na legislação aplicável.

Artigo 80 As demonstrações financeiras do Fundo serão auditadas anualmente pela Empresa de Auditoria. Observadas as disposições legais aplicáveis, deverão necessariamente constar de cada relatório de auditoria os seguintes itens:

- (a) opinião se as demonstrações financeiras examinadas refletem adequadamente a posição financeira do Fundo, de acordo com as regras do Plano Contábil;
- (b) demonstrações financeiras do Fundo, contendo o balanço analítico e a evolução de seu Patrimônio Líquido, elaborados de acordo com a legislação em vigor; e
- (c) notas explicativas contendo informações julgadas, pela Empresa de Auditoria, como indispensáveis para a interpretação das demonstrações financeiras.

Parágrafo Único A Empresa de Auditoria deverá examinar, quando da realização da auditoria anual, os demonstrativos preparados pelo Diretor Designado nos termos do Artigo 12 deste Regulamento.

Artigo 81 O exercício social do Fundo terá a duração de 1 (um) ano e se encerrará no dia 30 de abril de cada ano.

CAPÍTULO XXIII - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Artigo 82 O Patrimônio Líquido corresponderá ao somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, apurados na forma do Capítulo XVI acima, menos as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo e as provisões

referidas nos Artigos 60 e 61 deste Regulamento.

Parágrafo Único Todos os recursos que o Fundo vier a receber, a qualquer tempo, dos Cedentes e/ou de qualquer terceiro a título, entre outros, de multas, indenizações ou verbas compensatórias serão incorporados ao Patrimônio Líquido.

CAPITULO XXIV - PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

Artigo 83 Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto neste Regulamento, quaisquer atos fatos decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal DCI – Comércio, Indústria & Serviços ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente; e (ii) de correio eletrônico enviado ao representante de cada Quotista indicado na forma do Parágrafo 1º do Artigo 43 deste Regulamento.

Parágrafo 1º As publicações referidas no *caput* deste Artigo deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede e agências da Administradora e das instituições que distribuírem Quotas.

Parágrafo 2º Qualquer mudança no periódico referido no *caput* deste Artigo deverá ser aprovada pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral.

Artigo 84 No prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o encerramento de cada trimestre, deverão ser colocados à disposição dos Quotistas, na sede e agências da Administradora, informações sobre:

- (a) o número e valor das Quotas de titularidade de cada Quotista;
- (b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do Período de Originação a que se referir; e
- (c) o comportamento da carteira de Direitos de Crédito do Fundo e dos Ativos Financeiros.

Artigo 85 Todo o material de divulgação do Fundo deverá apresentar a nota conferida pela Agência de Classificação de Risco, suas respectivas atualizações, e a indicação de como os Quotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.

Artigo 86 A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição dos Quotistas que as solicitarem, observados os seguintes prazos máximos:

- (a) de 20 (vinte) dias corridos após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- (b) de 60 (sessenta) dias corridos após o encerramento do exercício social a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Artigo 87 As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo

não podem estar em desacordo com o Regulamento protocolado na CVM.

CAPÍTULO XXV - CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Artigo 88 A Agência de Classificação de Risco será responsável pela elaboração e atribuição de classificação de risco às Quotas Seniores e das Quotas Mezanino. O respectivo relatório de classificação de risco deverá ser atualizado, no mínimo, trimestralmente, e ficar à disposição dos Quotistas na sede e agências da Administradora.

Parágrafo Único Qualquer alteração da classificação de risco das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino constitui fato relevante para fins de comunicação aos Quotistas. Dessa forma, havendo o rebaixamento da classificação de risco para uma nota inferior à inicialmente obtida, a Administradora comunicará imediatamente tal fato aos Quotistas e enviará, através de correspondência registrada, o material emitido pela Agência de Classificação de Risco com a nova nota e justificativa do rebaixamento.

CAPÍTULO XXVI - DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 89 Todas as disposições contidas neste Regulamento que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a ser cumprida pelo Fundo, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Administradora.

Artigo 90 Para efeitos do disposto neste Regulamento, entende-se por "dia útil" segunda a sexta-feira, exceto (i) feriados ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário no Estado ou na cidade de São Paulo, e (ii) feriados de âmbito nacional.

Artigo 91 Os Anexos a este Regulamento constituem parte integrante e inseparável do presente Regulamento.

Artigo 92 Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Regulamento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

ANEXO I - DEFINIÇÕES

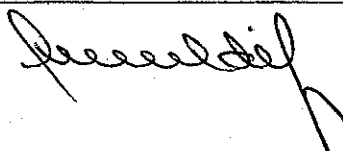
<u>Administradora:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 5º deste Regulamento;
<u>Agência de Classificação de Risco:</u>	é a Standard & Poor's Rating Services, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar, Pinheiros, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0001-40, ou sua sucessora, a qualquer título;
<u>Agente Escriturador:</u>	é o Deutsche Bank, ou seu sucessor a qualquer título;
<u>Amortização Programada:</u>	é a amortização parcial das Quotas Seniores promovida pelo Fundo nas Datas de Amortização, conforme previsto no Suplemento da respectiva série;
<u>Assembléia Geral:</u>	é a Assembléia Geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do Capítulo XXI;
<u>Ativos Financeiros:</u>	são os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos de Crédito, que compõe o Patrimônio Líquido;
<u>BACEN:</u>	é o Banco Central do Brasil;
<u>Base de Dados:</u>	é a base de dados que contém dados e informações relativas aos Direitos de Crédito e aos Clientes, mantida pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia;
<u>Cedentes:</u>	são todas as pessoas físicas ou jurídicas que cedem os Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos dos respectivos Contratos de Cessão;
<u>CETIP:</u>	é a CETIP S.A – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;
<u>Conta de Arrecadação:</u>	é a conta corrente a ser aberta e mantida pelo Fundo em uma instituição financeira aprovada em conjunto pela Administradora e pela Gestora, que será utilizada para o recebimento da totalidade dos recursos oriundos da liquidação dos Direitos de Crédito;
<u>Conta do Fundo:</u>	é a conta corrente a ser aberta e mantida pelo Fundo em uma instituição financeira aprovada em conjunto pela Administradora e pela Gestora, que será utilizada para todas as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive para pagamento das Obrigações do Fundo;

<u>Contrato de Cessão:</u>	é cada um dos contratos de cessão de Direitos de Crédito celebrados entre o Fundo, a Administradora e o respectivo Cedente;
<u>Contrato de Custódia:</u>	é o Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia de Valores Mobiliários e Ativos Financeiros para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, firmado em 12 de maio de 2005, entre o Custodiante e a Administradora, em nome do Fundo com a interveniência da Gestora;
<u>Contrato de Escrituração:</u>	é o Contrato de Emissão e Controle de Quotas Escriturais de Fundos de Investimentos, firmado em 12 de maio de 2005, entre o Agente Escriturador e a Administradora, em nome do Fundo;
<u>Contrato de Gestão:</u>	é o Contrato de Prestação de Serviços de Gestão de Carteira de Fundo de Investimento e Outras Avenças celebrado entre o Fundo e a Gestora;
<u>Contrato de Serviços de Auditoria Independente:</u>	é a Proposta de Prestação de Serviços da KPMG Auditores Independentes, aceita, em 22 de novembro de 2007, pela Administradora;
<u>Contrato de Serviços de Classificação de Risco:</u>	é o contrato para elaboração de classificação de risco das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino do Fundo, firmado entre a Agência de Classificação de Risco e Administradora;
<u>Crítérios de Elegibilidade:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 28 deste Regulamento;
<u>Custodiante:</u>	é o Deutsche Bank, ou seu sucessor a qualquer título;
<u>CVM:</u>	é a Comissão de Valores Mobiliários;
<u>Datas de Amortização:</u>	são as datas das Amortizações Programadas previstas em cada Suplemento, quando for o caso;
<u>Data de Aquisição e Pagamento:</u>	é a seguinte data: (i) data de verificação pelo Custodiante do atendimento, pelos Direitos de Crédito, dos Critérios de Elegibilidade; ou (ii) data de pagamento do Preço de Aquisição; o que por último ocorrer;
<u>Data de Emissão de Quotas:</u>	é a data em que os recursos decorrentes da integralização de cada série de Quotas Seniores, ou da integralização das distribuições de Quotas Subordinadas, são colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do Fundo, e que deverá ser, necessariamente, um dia útil;

<u>Data de Resgate:</u>	é a data em que se dará o resgate integral de cada série de Quotas Seniores, indicada no Suplemento da respectiva série;
<u>Deutsche Bank:</u>	é o Deutsche Bank S/A, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.900, 13º, 14º e 15º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11;
<u>Direitos de Crédito:</u>	são todos os direitos de crédito adquiridos ou a serem adquiridos pelo Fundo, de acordo com as condições previstas neste Regulamento;
<u>Diretor Designado:</u>	é o diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a relativas ao Fundo;
<u>Disponibilidades:</u>	são os todos os ativos de titularidade do Fundo com liquidez diária, incluindo, mas não se limitando, aos recursos disponíveis na Conta do Fundo;
<u>Documentos Comprobatórios:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo 1º do Artigo 27 deste Regulamento.
<u>Documentos da Operação:</u>	são os seguintes documentos e seus eventuais aditamentos: Contratos de Cessão, Regulamento, Prospecto, Contrato de Custódia, Contrato de Escrituração, Contrato de Gestão, Contrato de Serviços de Classificação de Risco, e Contrato de Serviços de Auditoria Independente;
<u>Encargos do Fundo:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 34 deste Regulamento;
<u>Empresa de Auditoria:</u>	é a empresa de auditoria contratada pela Administradora, nos termos deste Regulamento, ou sua sucessora a qualquer título, encarregada da revisão das demonstrações financeiras, das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
<u>Eventos de Avaliação:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 64 deste Regulamento;
<u>Eventos de Liquidação:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 66 deste Regulamento;
<u>Excesso de Cobertura:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 53 deste Regulamento;

<u>Fundo:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 1º deste Regulamento;
<u>Instrução CVM 356:</u>	é a Instrução nº 356 da CVM, de 17 de dezembro de 2001, com as alterações promovidas pela Instrução CVM 393, datada de 22 de julho de 2003;
<u>Investidor Qualificado:</u>	são todos os investidores autorizados nos termos da regulamentação em vigor a investir em fundos de investimento em direitos creditórios;
<u>Obrigações do Fundo:</u>	são todas as obrigações do Fundo previstas neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento dos Encargos do Fundo, da remuneração e da amortização, e ao resgate das Quotas;
<u>Patrimônio Líquido:</u>	significa o patrimônio líquido do Fundo, calculado na forma do Capítulo XXIII;
<u>Percentual de Provisão:</u>	é o percentual de provisionamento a ser aplicado sobre o Valor do Direito de Crédito antes da dedução de qualquer Valor Provisionado dos Direitos de Créditos vencidos e não pagos, nos termos do Artigo 61 deste Regulamento;
<u>Preço de Aquisição:</u>	é o valor efetivamente pago pelos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, estabelecidos nos respectivos Termos de Cessão;
<u>Plano Contábil:</u>	é o Plano Contábil das instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), criado pela Circular nº 1.273, do BACEN, de 29 de dezembro de 1987, ou qualquer outro plano contábil aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios que venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável;
<u>Política de Cobrança:</u>	é a política de cobrança adotada pelo Fundo em face dos devedores que estejam inadimplentes no pagamento dos respectivos Direitos de Crédito, conforme previsto no Anexo III a este Regulamento;
<u>Quotas:</u>	são as Quotas Seniores, Quotas Mezanino e as Quotas Subordinadas;
<u>Quotas Seniores:</u>	são as quotas de classe sênior, emitidas pelo Fundo em uma ou mais séries;
<u>Quotas Subordinadas:</u>	são as quotas subordinadas júnior, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;

<u>Quotas Mezanino:</u>	são as quotas subordinadas mezanino emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
<u>Quotistas:</u>	são os titulares das Quotas;
<u>Razão de Garantia:</u>	é a relação entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores do Fundo;
<u>Resolução CMN 2.907:</u>	é a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001;
<u>SELIC:</u>	é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
<u>Suplemento:</u>	é o documento elaborado na forma do Anexo II a este Regulamento contendo as seguintes informações relativas a cada uma das séries de quotas emitidas: quantidade de Quotas, Data de Emissão, Amortização Programada (se for o caso), Data de Resgate e meta de remuneração prioritária da respectiva série de Quotas;
<u>Taxa de Administração:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 32 deste Regulamento;
<u>Taxa de Cessão Média Mensal:</u>	é a taxa média entre a taxa de rentabilidade dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo e as respectivas Taxas de Desconto.
<u>Termo de Cessão:</u>	são os documentos pelos quais o Fundo adquire os Direitos de Crédito dos Cedentes nos termos de cada Contrato de Cessão;
<u>Termo de Adesão ao Regulamento:</u>	é o documento por meio do qual o Quotista adere a este Regulamento e que deve ser firmado quando de seu ingresso no Fundo;
<u>Valor Provisionado:</u>	com relação a cada Direito de Crédito Adquirido, é o Valor do Direito de Crédito multiplicado pelo Percentual de Provisão;
<u>Valor Unitário de Emissão:</u>	é o valor unitário de cada Quota na Data de Emissão de cada série de Quotas Seniores ou na Data de Emissão de Quotas Subordinadas, conforme o caso.



ANEXO II - MODELO DE SUPLEMENTO

Suplemento da [•] série de Quotas [•]

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria - EXODUS I
CNPJ/MF nº [•]

A [•] série de Quotas [•] do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria - EXODUS I (o "Fundo"), emitida nos termos do Regulamento do Fundo, registrado em [•] de [•] de [•] no [•]º Ofício de Títulos e Documentos da Capital do Estado de São Paulo sob nº [•], terá as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas [•]: [•] ([•]);
- b) Data de Emissão: [•] de [•] de [•];
- c) Período de Carência: de [•] de [•] de [•] até [•] de [•] de [•];
- d) Datas de Amortização: [•];
- e) Data de Resgate: [•] de [•] de [•];
- f) Remuneração alvo: [•]; e
- g) Valor Unitário de Emissão: [•]

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

São Paulo, [•] de [•] de [•]

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA - EXODUS I

Por:

Cargo:

Testemunhas:

1. _____
Nome:
RG:
C.P.F.:

2. _____
Nome:
RG:
C.P.F.:

ANEXO III – POLÍTICA DE COBRANÇA

A Gestora adotará os seguintes procedimentos de cobrança dos Direitos de Crédito:

1. após 3 (três) dias da assinatura do Termo de Cessão, a Gestora enviará aos respectivos devedores dos Direitos de Crédito:
 - (i) o boleto de cobrança para liquidação dos Direitos de Crédito na Conta Fundo; e
 - (ii) notificação aos respectivos devedores da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, em atendimento ao artigo 290 do Código Civil;
2. após 10 (dez) dias da cessão dos Direitos de Crédito, a Gestora confirmará junto aos respectivos devedores o recebimento do boleto de cobrança.
 - 2.1. a confirmação descrita no item 2 acima será realizada através de contato telefônico e carta simples para todos os Direitos de Crédito.
 - 2.2. a critério da Gestora, poderá ser enviada carta para os respectivos devedores dos Direitos de Crédito, solicitando confirmação, por escrito, acerca da existência e legitimidade do Direito de Crédito.
3. em até 10 (dez) dias antes do vencimento do Direito de Crédito, a Gestora entrará em contato por telefone com o respectivo devedor que não confirmar o recebimento dos boletos de cobrança, a fim de providenciar a emissão da segunda via do boleto, quando necessário.
4. após 2 (dois) dias do vencimento do Direito de Crédito, a Gestora entrará em contato com os respectivos devedores para dar ciência do vencimento do Direito de Crédito e da respectiva necessidade de liquidação em até 3 (três) dias úteis.
5. caso o Direito de Crédito não seja liquidado no prazo de 3 (três) dias úteis mencionado no item 4 acima, o título representativo do Direito de Crédito é levado a protesto no competente Cartório de Protestos.
 - 5.1. caso o protesto não seja sustado em até uma semana pelos respectivos Sacados, a Gestora entrará em contato com tais devedores e com o Cedente para iniciar a renegociação para liquidação do Direito de Crédito.
 - 5.2. Caso o Cedente receba qualquer valor por engano em nome do Fundo, este deverá repassar para a conta do Fundo no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data do recebimento.
6. caso sejam constatadas quaisquer divergências durante todo o processo de acompanhamento e cobrança dos Direitos de Crédito, a critério da Gestora, poderá ser concedida prorrogação, desconto ou parcelamento dos valores dos Direitos de Crédito, ou outras alternativas eficazes para efetivar o recebimento extrajudicial dos

valores referentes aos Direitos de Créditos.

- 6.1 as prorrogações poderão ser feitas respeitando-se o prazo máximo de 35 (trinta e cinco) dias e serão concedidas somente uma vez, mesmo se concedidas inicialmente em prazo inferior ao prazo máximo aqui previsto.
7. não havendo acordo ou negociação que permita o recebimento do valor dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos, conforme o procedimento acima previsto, o Fundo iniciará o procedimento de cobrança judicial contra o Cedente e o respectivo garantidor (devedor solidário), de acordo com as disposições do respectivo Contrato de Cessão.
8. Decorridos 180 dias a partir da data de vencimento do ativo no fundo, a Gestora estará autorizada a negociar este ativo com deságio a ser discutido caso a caso, desde que o Fundo não esteja em Evento de Avaliação ou Liquidação antecipada, e que os níveis de garantia estejam enquadrados dentro dos respectivos limites.

ANEXO IV – POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

A política de concessão dos créditos ficará a cargo da Gestora, que é a única responsável pela análise e seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, e tecnicamente capacitada para realizar a avaliação da capacidade econômica dos Cedentes, bem como dos respectivos Sacados dos Direitos de Crédito.

A aprovação do crédito é realizada mediante um processo de análise do Cedente e do Sacado, que envolve aspectos financeiros e mercadológicos.

Se for comprovada a existência de Direitos de Crédito performados e possivelmente elegíveis, todos os documentos necessários para a análise do Cedente serão requisitados, quais sejam:

- Contrato Social;
- Relação do faturamento mensal dos últimos 12 (doze) meses;
- Cadastro de Pessoa Física dos sócios;
- Comprovante de endereço dos sócios e da empresa;
- Imposto de renda dos sócios.

Além dos Documentos solicitados, a Gestora deverá conferir se a empresa e os Direitos de Crédito atendem aos pré-requisitos básicos, antes da operação seguir para as demais etapas de avaliações de risco, quais sejam:

- Os Cedentes dos Direitos de Crédito devem ser pessoas jurídicas inscritas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- Os prazos de vencimento dos Direitos de Crédito devem ser de no máximo 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da formalização da respectiva cessão, não podendo ser posterior à última data de vencimento das Quotas Seniores em circulação;
- Devem observar os limites mínimos e máximos de concentração com relação à carteira e ao Patrimônio Líquido, conforme disposto no Artigo 21 deste Regulamento, calculado pro forma antes da aquisição pretendida.

Após a análise inicial do Cedente, este firma um Contrato de Cessão com o Fundo, estabelecendo os termos e condições aplicáveis a todas as futuras cessões de Direitos de Crédito entre as partes, incluindo o estabelecimento dos sócios do Cedente como devedores solidários. O Contrato de Cessão juntamente com os documentos requisitados para análise é enviado para a Gestora onde é feita a sua guarda física.

Os dados cadastrais dos Cedentes são incluídos em um *software* especializado e analisados de acordo com critérios identificados na seção “Risco do Cedente” abaixo. Este é responsável pelo apontamento dos Direitos de Crédito que serão adquiridos pelo Fundo, através de inclusão das informações no *software*, a partir das quais é realizada a análise do Sacado.

Após a análise do Cedente e dos Sacados, a Gestora seleciona os Direitos de Crédito que serão aceitos para aquisição do Fundo. Se houver qualquer objeção quanto ao Sacado, este tem seu cadastro bloqueado no sistema, e somente pode ser liberado para mais operações mediante análise

mais detalhada, caso a caso.

A cada nova aprovação da aquisição de Direitos de Crédito, um aditivo ao Contrato de Cessão é enviado ao Cedente, com informações referentes ao valor presente e valor futuro dos Direitos de Crédito, explicitando a taxa de desconto pré-fixada e descrição de eventuais tarifas adicionais. Adicionalmente ao aditivo ao Contrato de Cessão, os sócios também emitem uma nota promissória de valor equivalente ao valor da operação.

Diariamente é enviado ao Custodiante do Fundo um arquivo com informações referentes a todos os títulos adquiridos, para que seja garantido o cumprimento quanto aos critérios de elegibilidade definidos neste Regulamento. Uma vez confirmada a elegibilidade, o Custodiante libera via TED o montante relativo à operação diretamente ao Cedente.

Um dia após a aquisição, o software da Gestora emite Carta Registrada para todos os Sacados informando a aquisição pelo Fundo dos Direitos de Crédito, além de indicar a conta do Fundo na qual deverá ser efetuado o pagamento.

Neste mesmo instante, a Gestora envia ao Banco Cobrador um arquivo com discriminação dos Direitos de Crédito adquiridos para que seja enviado boleto de cobrança para os Sacados. É obrigação do Custodiante comparar ambos os arquivos para garantir que os títulos cedidos foram indicados para cobrança.

Processo de Aprovação de Crédito

O processo de aprovação do crédito do Cedente e do Sacado é realizado pela Gestora, que realiza a análise segundo alguns critérios:

- Risco do Cedente;
- Risco da Operação;
- Risco do Sacado; e
- Critérios Subjetivos.

I. Risco do Cedente

Com o intuito de mitigar o risco por Cedente, são realizados os seguintes procedimentos:

- (i) Limite de Crédito por Cedente de 30% (trinta por cento) do faturamento mensal;
- (ii) No caso de novos Cedentes:
 - (a) Durante o primeiro mês de operações, todos os Direitos de Crédito são confirmados com os Sacados via telefone antes da execução da transação; e
 - (b) Entre o primeiro e segundo mês de operações, a confirmação é realizada em até 5 dias contados da data de formalização da transação.

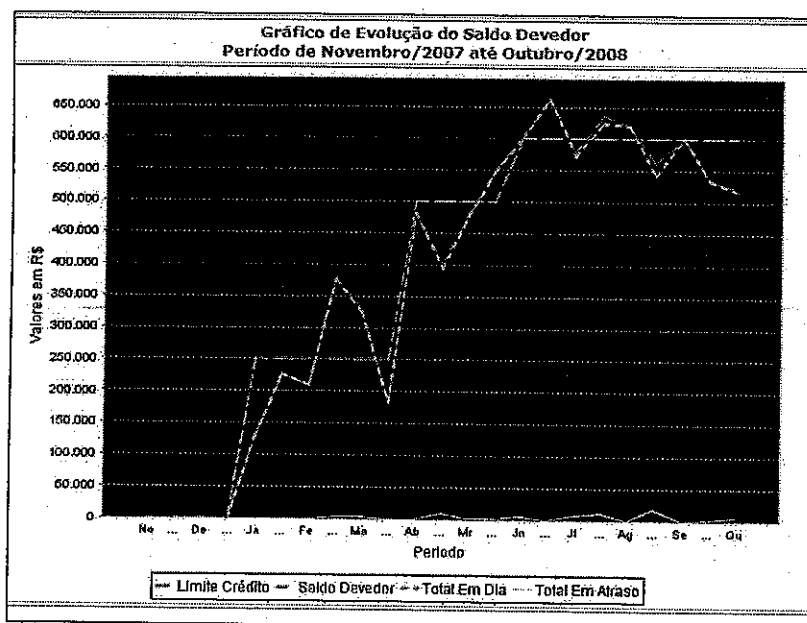
(iii) Nos primeiros dois meses de operações com o Sacado, as transações somente são efetuadas mediante envio dos seguintes documentos para a Gestora:

- (a) Documento Original do Direito de Crédito;
- (b) Canhoto original; e
- (c) Cópia da Nota Fiscal;

Após dois meses de operações, o Cedente pode enviar os documentos em até 5 (cinco) dias após a formalização da transação.

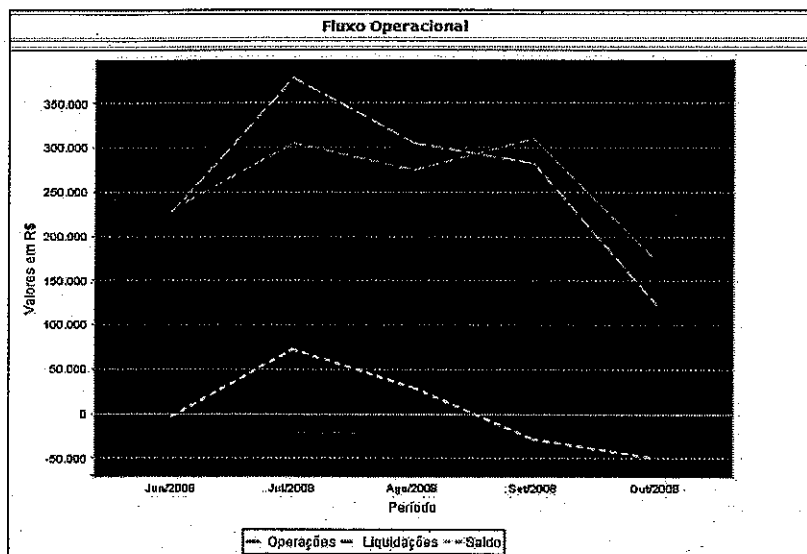
Todos os dados dos Cedentes são inclusos no software especializado, que possui uma base de dados da própria Gestora, que automaticamente gera uma análise do perfil do Cedente contendo as seguintes informações:

- 2
- (i) Evolução do saldo devedor, aonde é analisado o montante total operado pelo Cedente nos últimos 12 (doze) meses:



Fonte: SRM Consultoria e Administração de Recursos e Finanças Ltda.

- (ii) Fluxo Operacional do Cedente, com discriminação de saldo a vencer, vencido, total do saldo devedor e o limite crédito



Fonte: SRM Consultoria e Administração de Recursos e Finanças Ltda.

- (iii) Índice de Liquidez, que acompanha o comportamento da carteira do Cedente nos últimos 30 (trinta) dias, incluindo a forma de liquidação dos títulos. Nesse caso, é limitado em 5% (cinco por cento) do saldo devido para liquidações por recompra e 5% (cinco por cento) para liquidações via TED ou transferência bancária.

II. Risco da Operação

Cada nova operação de aquisição de Direitos de Crédito de um Cedente já cadastrado e analisado será avaliada *isoladamente*. Neste caso deverá ser analisado o enquadramento do Cedente e dos Direitos de Crédito aos seguintes critérios:

- (i) O prazo médio ponderado da carteira do Fundo não poderá exceder 65 (sessenta e cinco) dias, calculado pro forma antes da aquisição pretendida;
- (ii) O total de coobrigação e de cessão de créditos de qualquer Cedente, conforme previsto no respectivo Contrato de Cessão, não poderá vir a representar mais de 7% (sete por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo ou R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), dos dois o menor;
- (iii) O total de obrigação de cada Sacado não poderá ser superior a 2,5% (dois e meio por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo ou R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), dos dois o menor;

- (iv) Os Direitos de Crédito representados por duplicatas devem representar no mínimo 70% (setenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo investido em Direitos de Crédito;
- (v) Os Direitos de Crédito representados por cheques devem representar no máximo 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo investido em Direitos de Crédito; e
- (vi) Os Direitos de Crédito deverão ser lastreados em operações dos setores listados abaixo, de acordo com os seguintes limites:

Sector	Mínimo (% do Patrimônio Líquido)	Máximo (% do Patrimônio Líquido)
Industrial	50%	100%
Comercial	0%	50%
Prestação de Serviços	0%	30%

III. Risco do Sacado

O Cedente recebe uma senha de acesso ao software utilizado para análise das operações e inclui dados dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo:

- (i) Informações cadastrais do Sacado;
- (ii) Número da fatura;
- (iii) Valor do Direito de Crédito; e
- (iv) Vencimento.

Uma vez incluídas as informações no *software*, os Sacados são analisados conforme os seguintes parâmetros:

- (i) Não são aceitos Sacados com apontamentos no Serasa, exceto se forem execuções fiscais ou se o valor relativo a essas pendências seja equivalente a no máximo 5% (cinco por cento) do capital social do Sacado; e
- (ii) Se houver histórico de operações com o Fundo, é levado em consideração o fluxo de pagamentos de cada Sacado.

IV. Critérios subjetivos

Os Critérios subjetivos podem influenciar positiva ou negativamente a aprovação do crédito. Cedentes pertencentes a setores com elevados níveis de concorrência, com poucas barreiras à

entrada de novos competidores também são evitados.

Além disso, Cedentes que apresentam deficiências evidentes de gestão e estratégia também são evitados.

Monitoramento

A atualização dos registros é feita a cada 3 (três) meses ou a cada nova cessão, uma vez que o próprio *software* impede a realização de qualquer operação do Cedente que não tenha registros atualizados relativos aos critérios indicados no "Risco do Cedente".

O monitoramento da operação é diário, e se dá via o sistema de controle dos Direitos de Crédito desenvolvido internamente pela Gestora.

ANEXO II

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DOS SUPLEMENTOS DA 10ª SÉRIE DE QUOTAS
SENIORES E DA 1ª SÉRIE DE QUOTAS MEZANINO DO FUNDO**



**GRADUAL CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
CNPJ/MF n.º 33.918.160/0001-73**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO SUPLEMENTO AO REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA EXODUS I
PARA A 10ª EMISSÃO DE QUOTAS SENIORES E PARA 1ª EMISSÃO DE QUOTAS MEZANINO
DO FUNDO**

Pelo presente instrumento particular, a **GRADUAL CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek, n.º 50, 5º, 6º e 7º andares, CEP 04543-011, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.918.160/0001-73 ("Administradora"), neste ato representada de acordo com seu Estatuto Social, na qualidade de administradora do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I, fundo de investimento constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 07.399.646/0001-32, com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante o 2º Cartório de Títulos e Documentos de São Paulo, em 12 de maio de 2005, sob o n.º 3.072.477 ("Fundo"), resolve:

1. Reformar o suplemento ao regulamento para a 10ª emissão pública de quotas seniores do Fundo ("Suplemento das Quotas Seniores") de forma a alterar os seguintes dispositivos:

- (i) alterar o conceito da Data de Emissão constante do item "c" do Suplemento das Quotas Seniores, que passa a ser a data da primeira integralização de Quotas Seniores da 10ª Série, e não mais o dia 22 de outubro de 2008;
- (ii) alterar a forma de se obter o início da carência de 12 (doze) meses das Amortizações Programadas constante do item "d" do Suplemento das Quotas Seniores, que passa a ser contada da data da primeira integralização de quotas da 10ª emissão pública de quotas seniores do Fundo, e não mais da data da primeira subscrição;
- (iii) alterar a forma de se obter o início do período das 3 (três) amortizações mensais e consecutivas das Amortizações Programadas constante do item "d" do Suplemento das Quotas Seniores, que ocorrerá a partir do décimo terceiro mês, contado da data da primeira integralização de quotas da 10ª emissão pública de quotas seniores do Fundo, no dia 10 (dez) de cada mês-calendário, e não mais da data da primeira subscrição; e

(iv) alterar a Data de Resgate constante do item “e” do Suplemento das Quotas Seniores, que passa a ser de 15 meses a contar da 1ª integralização de quotas da 10ª emissão pública de quotas seniores do Fundo, e não mais da 1ª subscrição.

2. Reformar o suplemento ao regulamento para a 1ª emissão pública de quotas mezanino do Fundo (o “Suplemento das Quotas Mezanino”) de forma a alterar os seguintes dispositivos:

(i) alterar o conceito da Data de Emissão constante do item “c” do Suplemento das Quotas Mezanino, que passa a ser a data da primeira integralização de Quotas Mezanino da 1ª Série, e não mais o dia 22 de outubro de 2008;

(ii) alterar a forma de se obter o início da carência de 12 (doze) meses das Amortizações Programadas constante do item “d” do Suplemento das Quotas Mezanino, que passa a ser contada da data da primeira integralização de quotas da 1ª emissão pública de quotas mezanino do Fundo, e não mais da data da primeira subscrição;

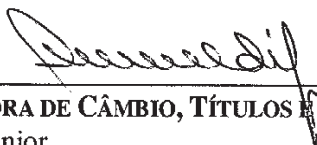
(iii) alterar a forma de se obter o início do período das 3 (três) amortizações mensais e consecutivas das Amortizações Programadas constante do item “d” do Suplemento das Quotas Mezanino, que ocorrerá a partir do décimo terceiro mês, contado da data da primeira integralização de quotas da 1ª emissão pública de quotas mezanino do Fundo, no dia 10 (dez) de cada mês-calendário, e não mais da data da primeira subscrição; e

(iv) alterar a Data de Resgate constante do item “e” do Suplemento das Quotas Mezanino, que passa a ser de 15 meses a contar da 1ª integralização de quotas da 1ª emissão pública de quotas mezanino do Fundo, e não mais da 1ª subscrição.

3. Em função das deliberações acima, adequar os Suplementos das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, os quais, devidamente consolidados, passam a vigorar na forma do Anexo I e II, respectivamente.

Estando evidenciadas acima as deliberações de reforma dos Suplementos do Fundo, a presente é assinada em 4 (quatro) vias de igual teor e forma.

São Paulo, 16 de julho de 2009.



GRADUAL CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Por: Agostinho Renoldi Junior

Cargo: Diretor

ANEXO III

SUPLEMENTO DA 10ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES DO FUNDO

SUPLEMENTO AO REGULAMENTO
10ª EMISSÃO PÚBLICA DE QUOTAS SENIORES

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA EXODUS I
C.N.P.J. nº 07.399.646/0001-32

Suplemento ao regulamento para a 10ª emissão pública de Quotas Seniores (a "10ª Série") do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I (o "Fundo"), emitidas nos termos do Regulamento do Fundo, tendo as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas Seniores: até 600 (seiscentas) Quotas Seniores;
- b) Valor Unitário de Emissão: R\$100.000,00 (cem mil reais);
- c) Data de Emissão: data da primeira integralização de Quotas Seniores da 10ª Série;
- d) Amortizações Programadas: Carência de 12 (doze) meses, contados da data da primeira integralização de quotas desta 10ª Série. Serão realizadas 3 (três) amortizações mensais e consecutivas, a partir do décimo terceiro mês, contado da data da primeira integralização de quotas desta 10ª Série, no dia 10 (dez) de cada mês-calendário. As Amortizações Programadas terão seu valor calculado com base no valor da Quota no último dia útil anterior à Data de Amortização, conforme segue:
 - 1ª. Amortização: 1/3 (um terço) do valor total da quota;
 - 2ª. Amortização: 1/2 (metade) do valor total da quota; e
 - 3ª. Amortização: 100% (cem por cento) do valor total da quota.
- e) Data de Resgate: 15 meses a contar da 1ª integralização de Quotas Seniores.
- f) Remuneração Prioritária: 132% (cento e trinta e dois por cento) da taxa média do CDI (over) no respectivo período, base 252 dias úteis;

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

São Paulo, 16 de julho de 2009.

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA EXODUS I

Por: Agostinho Renoldi Junior
Cargo: Diretor

Testemunhas:

1. _____
Nome: _____
RG: Leonardo de A. Tertuliano
C.P.F.: CPF 213.215.788-05

2. _____
Nome: _____
RG: Antonio Roberto da Silva
C.P.F.: CPF 063.324.468-02

ANEXO IV

SUPLEMENTO DA 1ª SÉRIE DE QUOTAS MEZANINO DO FUNDO

SUPLEMENTO AO REGULAMENTO
1ª EMISSÃO PÚBLICA DE QUOTAS MEZANINO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA EXODUS I
C.N.P.J. nº 07.399.646/0001-32

Suplemento ao regulamento para a 1ª emissão pública de Quotas Mezanino (a "1ª Série") do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I (o "Fundo"), emitidas nos termos do Regulamento do Fundo, tendo as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas Mezanino: até 100 (cem) Quotas Mezaninos;
- b) Valor Unitário de Emissão: R\$100.000,00 (cem mil reais);
- c) Data de Emissão: data da primeira integralização de Quotas Mezanino da 1ª Série;
- d) Amortizações Programadas: Carência de 12 (doze) meses, contados da data da primeira integralização de quotas desta 1ª Série. Serão realizadas 3 (três) amortizações mensais e consecutivas, a partir do décimo terceiro mês, contado da data da primeira integralização de quotas desta 1ª Série, no dia 10 (dez) de cada mês-calendário. As Amortizações Programadas terão seu valor calculado com base no valor da Quota no último dia útil anterior à Data de Amortização, conforme segue:
 - 1ª. Amortização: 1/3 (um terço) do valor total da quota;
 - 2ª. Amortização: 1/2 (metade) do valor total da quota; e
 - 3ª. Amortização: 100% (cem por cento) do valor total da quota.
- e) Data de Resgate: 15 meses a contar da 1ª integralização de Quotas Mezaninos; e
- f) Remuneração Prioritária: 140% (cento e quarenta por cento) da taxa média do CDI (over) no respectivo período, base 252 dias úteis.

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

São Paulo, 16 de julho de 2009.

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA EXODUS I

Por: Agostinho Renoldi Junior

Cargo: Administrador

Testemunhas:

1. _____

Nome:

RG: Leonardo de A. Tertuliano

C.P.F.: CPF 213.215.788-05

2. _____

Nome:

RG: Antonio Roberto da Silva

C.P.F.: CPF 063.324.468-62

ANEXO V

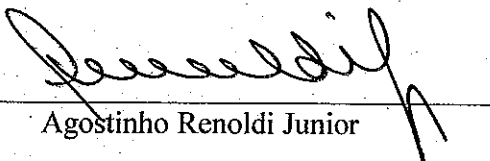
DECLARAÇÃO DO DIRETOR RESPONSÁVEL

FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA EXODUS I

DECLARAÇÃO DO DIRETOR RESPONSÁVEL PELO FUNDO

A GRADUAL CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A, na qualidade de administradora do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I, por meio do seu diretor estatutário responsável pelo Fundo perante a CVM, Sr. Agostinho Renoldi Junior, no âmbito da Distribuição Pública da 10ª Emissão de Quotas Seniores e da 1ª Emissão de Quotas Mezanino do Fundo, declara, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400/03: (a) que o prospecto (i) contém as informações relevantes, necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da oferta, das quotas, do fundo, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes, sendo tais informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (ii) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; (b) que as informações prestadas por ocasião do registro da oferta e fornecidas ao mercados durante a distribuição das quotas no âmbito da oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (c) que as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e que venham a integrar o prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta.

São Paulo, 15 de maio de 2009.



Agostinho Renoldi Junior

ANEXO VI

RELATÓRIO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Data de Publicação: 12 de junho de 2009

Relatório de Rating Preliminar

A Standard & Poor's atribuiu o rating preliminar ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I (FIDC Exodus I) no dia 27 de outubro de 2008. Uma vez que as cotas do FIDC ainda não foram totalmente emitidas, estamos republicando o relatório, de forma a refletir informações e dados mais recentes. Os documentos preliminares do FIDC sofreram alteração com relação à rentabilidade e prazo das cotas, bem como com relação à taxa mínima de desconto na aquisição dos recebíveis.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

Este relatório de rating preliminar baseia-se em informações obtidas até 12 de junho de 2009 e não constitui uma recomendação para compra, manutenção ou venda de títulos. Os ratings atribuídos são preliminares, uma vez que a documentação final, com seus respectivos suplementos, ainda não está disponível, e as cotas classificadas ainda não foram distribuídas. A atribuição dos ratings finais está condicionada ao recebimento da documentação apropriada pela Standard & Poor's. Quaisquer informações subseqüentes poderão resultar na atribuição de ratings diferentes dos preliminares.

Ratings Preliminares em 12 de Junho de 2009

Instrumento	Rating Preliminar*	Subordinação Mínima**	Montante Preliminar (em Milhões de R\$)	Vencimento Legal Final Previsto
Cotas Seniores (10ª série)	brAAf	27%	60	Julho de 2010
Cotas Mezanino	brBBBf	16,75%	10	Julho de 2010
Cotas Subordinadas	Não Classificadas	Não aplicável	16,3	Não aplicável

* O rating de crédito de cada classe de títulos mobiliários é preliminar e está sujeita a modificações.

** Embora a proteção de crédito seja calculada dinamicamente (isto é, as alterações na qualidade de crédito requerem mais/menos recebíveis à medida que a qualidade de crédito piora/melhora), a subordinação mínima não se alterará até o vencimento legal final.

Perfil

Fundo: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

Ativos subjacentes: Direitos creditórios performados oriundos de vendas de mercadorias ou prestação de serviços

Originadores dos recebíveis de crédito: Diversos cedentes prospectados pela SRM Consultoria e Administração de Recursos e Finanças Ltda (SRM).

Administrador: Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Gradual)

Custodiante: Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão (Deutsche)

Gestor: SRM Consultoria e Administração de Recursos e Finanças Ltda (SRM)

Fundamentos

A Standard & Poor's atribuiu os ratings preliminares 'brAAf' e 'brBBBf', em sua Escala Nacional Brasil, à 10ª emissão de cotas seniores e de cotas mezanino, respectivamente, do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I (FIDC Exodus I), no montante agregado de até R\$ 86,3 milhões. Os ativos que dão lastro ao FIDC são compostos por direitos creditórios oriundos de vendas de mercadorias ou prestação de serviços performadas, além de caixa e de outros investimentos específicos.

O rating preliminar 'brAAf' atribuído às cotas seniores do FIDC Exodus I na Escala Nacional Brasil de classificação de fundos expressa a qualidade geral de crédito das referidas cotas, com base no histórico de inadimplência e de transição de ratings da Standard & Poor's. O rating atribuído às cotas seniores do FIDC indica que a estrutura, os mecanismos de reforço de qualidade de crédito, bem como a qualidade dos ativos que compõem a carteira do FIDC fornecem proteção MUITO FORTE aos detentores dessas cotas contra perdas advindas de inadimplência, baseado em diferentes cenários de estresse.

Já o rating preliminar 'brBBBf' atribuído às cotas mezanino do FIDC Exodus I indica que a estrutura, os mecanismos de reforço de qualidade de crédito, bem como a qualidade dos ativos que compõem a carteira do Fundo fornecem proteção ADEQUADA aos detentores dessas cotas contra perdas advindas de inadimplência, baseado em diferentes cenários de estresse.

Os mecanismos de reforço de qualidade de crédito incorporados no FIDC Exodus I incluem a proteção de crédito proporcionada pela subordinação de cotas (27% para as cotas seniores e 16,75% para as cotas mezanino) e pelo *spread* excedente proporcionado pela taxa mínima de desconto na aquisição dos recebíveis, equivalente a 150% da taxa de Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia (taxa DI over). Com base na taxa DI atual, de 9,25% a.a., e após a remuneração das cotas seniores e mezanino do Fundo, o *spread* excedente inicialmente disponível ao Fundo é estimado em aproximadamente 3,6% a.a.

O FIDC realizará compras rotativas e periódicas de direitos creditórios elegíveis. Os direitos creditórios serão atribuídos ao FIDC pela gestora, a SRM, e terão de cumprir uma série de critérios de elegibilidade definidos, os quais, por sua vez, serão verificados pelo custodiante do Fundo, o Deutsche.

O FIDC Exodus I é um condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado. A décima série de cotas seniores e a primeira série de cotas mezanino do Fundo terão um prazo de duração de 15 meses. O rendimento e o valor de face das cotas seniores e das cotas mezanino serão pagos com o fluxo de caixa dos direitos creditórios e outros investimentos. Para cobrir os riscos relacionados aos ativos subjacentes do Fundo, tendo-se em vista as especificidades do ambiente de fundos de direitos creditórios no Brasil, foi estruturado um reforço de qualidade de crédito condizente com a categoria de rating 'brAAf' para as cotas seniores e de 'brBBBf' para as cotas mezanino.

Comparados aos títulos de renda fixa, os fundos de investimento não prometem pagamentos específicos de juros ou de principal aos investidores (cotistas do FIDC Exodus I). Portanto, cada cotista espera receber apenas um retorno previsto sobre o investimento. As cotas seniores do FIDC buscarão um retorno alvo equivalente a 132% da taxa DI over e as cotas mezanino a 140% da taxa DI over. As cotas seniores e mezanino emitidas pelo FIDC Exodus I poderão ser vendidas para investidores qualificados, incluindo empresas, clientes de *private banking*, fundos de pensão, seguradoras, fundos de investimentos e instituições financeiras. As cotas subordinadas (não classificadas pela Standard & Poor's), não possuirão rentabilidade alvo.

A SRM Consultoria e Administradora de Recursos Ltda. foi criada em 2005 com o objetivo exclusivo de gerir o Exodus I FIDC. A SRM incorporou toda a experiência e estrutura operacional da RMansur, uma empresa de factoring que atuou no mercado por dez anos. A SRM é a gestora e originadora de recebíveis de três FIDCs, que possuem atualmente um patrimônio líquido total de aproximadamente R\$ 100 milhões de reais.

A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's é aplicada a emissores, seguradoras, contrapartes, intermediários e investidores que operam nos mercados financeiros brasileiros. Seus ratings de crédito e de emissão podem ser atribuídos a um emissor ou a um instrumento de crédito específico, respectivamente. Os ratings de crédito da Escala Nacional Brasil utilizam os símbolos globais de rating da Standard & Poor's que, no entanto, são precedidos pelo prefixo 'br', indicando 'Brasil'. A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's apresenta uma estrutura exclusiva, desenvolvida para atender as necessidades dos mercados financeiros brasileiros e, portanto, não pode ser diretamente comparada com a escala global da Standard & Poor's ou com qualquer outra de suas escalas nacionais ou àquelas de suas coligadas. Além disso, a Standard & Poor's atribui ratings de qualidade de crédito e de volatilidade a fundos de renda fixa e a outros tipos de carteiras

de ativos de renda fixa. O rating de qualidade de crédito atribuído a um fundo avalia o nível de proteção contra perdas decorrentes de inadimplência dos títulos em sua carteira. Os ratings de qualidade de crédito, que variam de 'brAAAf' (nível mais elevado de proteção) a 'brCCCF' (nível mais baixo de proteção), baseiam-se na análise de fatores como a qualidade geral de crédito da carteira; os riscos relacionados às taxas de juros, à qualidade de crédito, à liquidez e à concentração, bem como ao risco cambial apresentados pelo Fundo.

Principais Pontos Fortes e Fragilidades, Fatores Atenuantes

Pontos Fortes

Os principais pontos fortes das cotas seniores e mezanino do FIDC Exodus I são:

- A forte estrutura de fluxo de caixa do FIDC, sob a forma de cotas seniores/mezanino e subordinadas;
- O desempenho histórico adequado da carteira de recebíveis comerciais originada pela SRM;
- A reserva dinâmica (mecanismo de reforço de qualidade de crédito) incluída na estrutura do Fundo com o objetivo de cobrir riscos de crédito relacionados aos recebíveis comerciais. Essa reserva equivale à subordinação inicial mínima de 27% em favor das cotas seniores, 16,75% em favor das cotas mezanino;
- O *spread* excedente disponível, proporcionado pela taxa mínima de desconto na aquisição dos direitos creditórios, estabelecida em 150% da taxa DI over;
- A relevante diversificação dos direitos creditórios entre sacados e cedentes, na visão de grupo econômico;
- A estrutura legal da operação, que possui dispositivos adequados à salvaguarda jurídica dos cotistas.

Fragilidades

A Standard & Poor's identificou a seguinte fragilidade relativas às cotas seniores e mezanino do FIDC Exodus I:

- A qualidade de crédito da carteira de recebíveis subjacentes poderá variar durante a vigência do FIDC, em função da natureza rotativa dos ativos.

Fatores Atenuantes

A transação apresenta aspectos estruturais importantes que atenuam a fragilidade acima mencionada, tais como:

- Os ajustes dinâmicos de reforço de qualidade de crédito que buscam cobrir as flutuações na qualidade de crédito da carteira subjacente durante a vigência do FIDC Exodus I, condizentes com os ratings atribuídos;
- A adoção de critérios de elegibilidade bem definidos para a aquisição de recebíveis e operações de crédito, com o objetivo de atenuar o risco de deterioração da qualidade de crédito da carteira subjacente.

Descrição do FIDC Exodus I

Descrição do Mecanismo de Pagamento das Cotas

O FIDC Exodus I emitirá cotas seniores, mezaninos e subordinadas, denominadas em reais. Essas cotas serão garantidas por recebíveis comerciais originados por diversos cedentes, denominados na mesma moeda, e/ou por outros instrumentos de renda fixa, investimentos de curto prazo e caixa. O rendimento e o valor de face das cotas seniores e mezanino serão pagos com o fluxo de caixa do pagamento dos direitos creditórios e de outros investimentos permitidos.

Componentes do Rendimento e do Valor de Face

O valor das cotas será calculado diariamente pelo custodiante.

Componentes do Rendimento: Ao contrário do que acontece com os títulos de renda fixa e com outros títulos de dívida, um fundo não promete efetuar nenhum pagamento de principal ou de juros aos investidores (cotistas). Portanto, cada cotista espera receber apenas o rendimento previsto. Assim, o FIDC Exodus I buscará atingir uma meta de retorno para os cotistas seniores equivalente a 132% da taxa DI over e para os cotistas mezanino equivalente a 140% da taxa DI over. As cotas subordinadas não apresentarão rendimento alvo determinado, porém se beneficiarão de todo o valor residual disponível.

Componentes do Valor de Face: As cotas seniores e as cotas mezanino serão amortizadas em três pagamentos mensais consecutivos após um período de carência inicial de 12 meses, contados a partir da emissão dessas cotas. Os direitos creditórios terão vencimento inferior ao do FIDC Exodus I e seu recebimento fornecerá o caixa necessário ao resgate das cotas.

As cotas subordinadas somente serão resgatadas após a amortização total das cotas mezanino, ou poderão ser amortizadas parcialmente, desde que o nível de subordinação, o Índice de Liquidez, e as Reservas de Amortização e de Liquidez permaneçam enquadrados aos parâmetros definidos nos documentos do Fundo.

Descrição da Estrutura

A SRM criou uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), por meio de um fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC), cujo único propósito é adquirir direitos creditórios originados por operações realizadas por diversos cedentes nos segmentos industrial, comercial e de prestações de serviços. A análise da Standard & Poor's concentra-se na qualidade de crédito dos ativos subjacentes do FIDC Exodus I (os direitos creditórios cedidos), e não leva em consideração o eventual efeito positivo oriundo da existência de mecanismos de co-obrigação na estrutura. O FIDC contará com a co-obrigação por parte dos cedentes pelo devido pagamento de eventuais duplicatas não honradas pelos devedores.

O FIDC Exodus I realizará compras periódicas rotativas de direitos creditórios elegíveis. Tão logo os recebíveis sejam pagos (isto é, convertidos em caixa mediante os pagamentos dos devedores), o Fundo adquirirá novos recebíveis, que serão comprados a uma taxa de desconto estipulada em um patamar mínimo de 150% da taxa DI over.

Em relação às duplicatas comerciais, os títulos serão pagos diretamente em uma conta corrente mantida em nome do FIDC. Essa metodologia de recebimento de caixa visa atenuar o risco de os pagamentos ficarem sujeitos a um bloqueio automático, no caso de falência dos originadores.

Reserva de Amortização, Reserva de Liquidez e Índice de Liquidez

O FIDC Exodus I deverá constituir uma Reserva de Amortização, que será equivalente a 50% do valor estimado da próxima amortização de cotas seniores e mezaninos com quarenta e cinco dias úteis de antecedência, e a 100% do valor estimado da próxima amortização com vinte dias úteis de antecedência. A instituição administradora deverá manter esses recursos alocados em ativos elegíveis de liquidez diária e de baixo risco de crédito aprovados pela Standard & Poor's.

Além disso, o FIDC deverá manter uma reserva de caixa adicional, equivalente a 1% de seu patrimônio líquido. O FIDC também deverá respeitar seu Índice de Liquidez, apurado diariamente pela administradora, que deverá ser sempre igual ou maior que 1,0x. O Índice de Liquidez é calculado pela divisão entre (i) o somatório do valor em caixa, ativos financeiros, e direitos creditórios de sacados adimplentes a vencer nos próximos 30 dias, e (ii) o valor de amortização de cotas seniores e encargos devidos pelo FIDC nos próximos 30 dias.

Crítérios de Elegibilidade

Os documentos da operação especificam os critérios de elegibilidade para a compra de novos direitos creditórios, uma vez que, em função da natureza rotativa da estrutura, a qualidade de crédito da carteira subjacente poderá se deteriorar durante a vigência do FIDC Exodus I. O custodiante será responsável por verificar regularmente o respeito a esses critérios de elegibilidade por parte do FIDC. O reforço de crédito será calculado levando-se em conta os direitos creditórios que estejam em conformidade com os termos especificados nos critérios de elegibilidade da operação e, ao mesmo tempo, excluindo-se aqueles que não obedeçam a esses parâmetros.

Dessa forma, o FIDC comprará novos recebíveis dos originadores mediante determinadas condições. Para ser elegível, um direito creditório deverá atender os seguintes critérios:

- Deverão ser representados por duplicatas, cheques ou notas promissórias originados por empresas com sede no Brasil, e que atuem nos segmentos industrial, comercial ou de prestação de serviços;
- Os cedentes devem ser pessoas jurídicas inscritas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- Os recebíveis deverão ter um prazo máximo de 180 dias. Além disso, o prazo médio ponderado da carteira não poderá ser superior a 65 dias;
- Não podem ter data de vencimento superior à data de vencimento da última série de cotas seniores em circulação;
- Devem observar os limites mínimos e máximos de concentração com relação a carteira e ao patrimônio líquido, conforme definido na política de investimentos do Fundo.

Além disso, os direitos creditórios devem respeitar as seguintes condições de cessão, verificadas pela SRM, gestora do Fundo:

- Os sacados e coobrigados não devem apresentar apontamentos no SERASA, SPC ou Equifax quanto a cheques sem fundo, execuções judiciais (exceto execuções fiscais), falência e recuperação judicial. Excepcionalmente, poderão ser adquiridos direitos creditórios de sacados que apresentem protestos ou execução judicial desde que essas não superem 5% do capital social do sacado em questão;
- O FIDC não poderá adquirir direitos creditórios de sacados inadimplentes se o total de créditos em atraso a mais de 60 dias for superior a 15% do Patrimônio Líquido do Fundo;

Adicionalmente, o FIDC deverá respeitar as seguintes condições de diversificação:

- No mínimo 70% do Patrimônio Líquido deve ser composto por duplicatas e no máximo 5% deve ser composto por cheques;
- Os direitos creditórios de um mesmo grupo econômico (empresas ligadas ao mesmo conglomerado), na condição de sacado, não podem ultrapassar 2,5% do patrimônio líquido do Fundo, ou R\$ 2,5 milhões, dos dois o menor;;
- Os direitos creditórios de um mesmo grupo econômico, na condição de cedente, não podem ultrapassar 7% do patrimônio líquido do Fundo, ou R\$ 3 milhões, dos dois o menor;
- Os direitos creditórios devem ser respeitar o seguinte limite de diversificação por setor de atuação:

Setor	Mínimo (% PL)	Máximo (% PL)
Industrial	50%	100%
Comercial	0%	50%
Prestação de Serviços	0%	30%

Riscos Relevantes da Estrutura de Recebíveis Comerciais

Os ratings de operações estruturadas baseiam-se, principalmente, na qualidade de crédito de ativos isolados ou de carteiras de ativos, isolando-se a qualidade de crédito do originador ou do tomador de recursos. As operações estruturadas procuram isolar os ativos de seus originadores, como no caso de cedentes de recebíveis que possuem ratings baixos ou que não possuem rating. O pior cenário assume a falência de cada participante da operação que não seja uma entidade garantida em caso de falência da controladora, cujo rating seja mais baixo que o da operação.

Esta seção descreve a metodologia para a análise dos riscos de crédito de uma operação de recebíveis comerciais, os quais constituem a carteira subjacente de direitos creditórios do FIDC Exodus I. O principal risco associado à maior parte dos ativos é o de atrasos no pagamento e de inadimplência do devedor. Além disso, os recebíveis comerciais estão sujeitos ao risco de diluição, que representa uma redução no saldo de recebíveis por motivos não relacionados à inadimplência (por exemplo: devoluções, abatimentos e descontos). A fungibilidade de caixa representa outra preocupação em todas as operações garantidas por ativos. Dado o alto giro dos recebíveis em carteiras de duplicatas comerciais e duplicatas de prestação de serviços, o risco de perda por fungibilidade poderia ser ampliado. Custos de manutenção e aspectos relacionados à prestação de serviço também serão analisados nesta seção.

Principais Riscos de Operações Lastreadas em Recebíveis Comerciais			
Tipo de Risco	Explicação Resumida	Aplica-se à Operação (Sim/Não)	Forma de Atenuação para as Cotas seniores
1. Inadimplência do Devedor	Histórico de atrasos e desempenho de perdas como <i>proxy</i> das perdas de crédito	Sim	Subordinação de cotas
2. Diluição	Redução não monetária do saldo de um recebível, não atribuível à inadimplência ou prejuízo	Sim	Subordinação de cotas
3. Custos de Carregamento	Custos previstos ao longo do período de amortização assumido	Sim	<i>Spread</i> excedente
4. Fungibilidade	As cobranças poderiam ser fungíveis com outras contas a receber do originador	Não	Devedores devem realizar seus pagamentos diretamente na conta do Fundo
5. Questões Administrativas	Originador do produto poderia ser o administrador das contas a receber	Sim	A SRM, como gestora do Fundo, é responsável pela análise e seleção de potenciais direitos creditórios, além do monitoramento e cobrança de eventuais direitos de crédito em atraso.

Risco de Inadimplência do Devedor

O histórico de inadimplência e de perdas são geralmente os melhores indicadores da qualidade de crédito de uma carteira de recebíveis. A maioria das empresas mantém recebíveis comerciais em atraso por períodos superiores aos praticados por bancos ou financeiras antes de considerá-los irrecuperáveis. Isso pode ser visto de forma positiva, uma vez que as contas são trabalhadas até que sejam exauridas todas as possibilidades de recebimento. Entretanto, torna-se difícil determinar o valor dos recebíveis vencidos se as políticas de reconhecimento de perdas forem discricionárias e se estiverem sujeitas à manipulação. Por esse motivo, as premissas utilizadas pela Standard & Poor's na análise de recebíveis comerciais se concentram na análise das inadimplências em estado avançado como indicadores da qualidade de crédito da carteira. Normalmente, assume-se a falência do vendedor como associada à dificuldade resultante do recebimento de contas em estado avançado de inadimplência.

Risco de Diluição

A expressão diluição é usada, de modo geral, para se referir a qualquer redução não-caixa no valor de um recebível que não seja decorrente de inadimplemento ou baixa contra perda. Devoluções de produtos, descontos em dinheiro, alocações para publicidade, descontos por quantidade, programas de fidelidade e disputas de preço constituem exemplos de diluição. Além disso, a diluição engloba itens que não podem ser considerados um ajuste no curso normal dos negócios, mas que, no entanto, constituem um potencial de compensação futura. Para continuar competitivas, as empresas podem conceder créditos diluentes. O nível de diluição é determinado por fatores como as práticas do setor e a complexidade do produto. Embora a devolução de mercadorias seja normalmente a maior categoria de diluição, existem muitas outras. As empresas comumente usam diluições na forma de descontos por quantidade para incentivar suas vendas.

Custos de Carregamento

Em todas as operações com recebíveis comerciais há a necessidade de se constituir uma reserva para cobrir juros e outros custos (como administração de ativos e de custódia), que serão incorridos durante a vida da operação. Recebíveis comerciais são ativos que não estão sujeitos a taxas de juros. Desse modo, a Standard & Poor's precisa estar segura de que a taxa de desconto aplicável à compra de recebíveis por parte do fundo ou emissor, antes da amortização, seja suficiente para cobrir o aumento de custos administrativos durante todo o prazo de amortização assumido.

Fungibilidade

As carteiras de recebíveis comerciais apresentam índices de pagamentos e de giro maiores que as de outros tipos de ativos. Assim sendo, o risco de fungibilidade assume grande importância. Por exemplo: uma carteira apresenta prazo médio de recebimento de 30 dias (e os pagamentos são recebidos de modo relativamente uniforme durante o mês) e, por dois dias úteis, os recebimentos tornam-se fungíveis com o de um vendedor cujo rating potencialmente seja inferior ao almejado para a operação. Portanto, caso haja risco de fungibilidade, a operação correria o risco de dois trinta avos da carteira ser perdido ou sustado em caso de falência do cedente. Isso representa um grande fator de risco para uma operação de securitização.

Questões Administrativas

Na maioria das operações com recebíveis comerciais, o vendedor dos recebíveis fica responsável por parte da administração da operação. Talvez essa seja a forma mais eficiente de administração de uma carteira securitizada, uma vez que os sistemas de contas a receber normalmente são proprietários e, mesmo quando comprados, são normalmente modificados para melhor se adaptar aos negócios específicos do cedente. Mesmo assim, há duas recomendações relativas à administração de securitizações de recebíveis comerciais. A primeira é que a operação deverá prever a possibilidade de se nomear um administrador substituto caso o vendedor/administrador torne-se incapaz de continuar administrando a carteira, ou seja, isentado de suas responsabilidades, em função de um inadimplemento por parte do administrador. A segunda é que a taxa a ser paga ao administrador substituto deverá estar estipulada nos documentos da operação e que seu valor seja suficiente para remunerar adequadamente o administrador substituto, caso ele tenha que assumir as atividades de administração, recebimento e cobrança.

Reforço de Qualidade de Crédito

Conforme mencionado nas seções anteriores, o reforço de qualidade de crédito – reserva necessária para cobrir eventuais diferenças geradas pela potencial deterioração da qualidade de crédito dos recebíveis – será obtido por meio de subordinação estrutural. Em operações estruturadas lastreadas por recebíveis comerciais, o reforço de qualidade de crédito é determinado pelo maior resultado entre o cálculo da reserva dinâmica e da reserva mínima, e com a utilização de premissas consistentes com os ratings atribuídos.

A maior das reservas (mínima e dinâmica) deverá ser mantida durante a vigência do FIDC Exodus I. Portanto, caso os indicadores de inadimplência e de perda melhorem, de modo que a proteção de crédito calculada pela reserva dinâmica seja inferior ao cálculo da reserva mínima, esta última será aplicada.

A análise da Standard & Poor's concentra-se na qualidade de crédito dos ativos subjacentes do FIDC Exodus I (os direitos creditórios cedidos), e leva em consideração o eventual efeito positivo oriundo da existência de mecanismos de coobrigação por parte das cedentes, pelo devido pagamento de eventuais duplicatas não honradas pelos devedores, na estrutura.

Reserva Dinâmica

A reserva dinâmica é calculada por meio da soma dos cálculos de duas reservas distintas: a Reserva de Perdas e a Reserva de Diluição. No caso de carteiras originadas por vários cedentes e selecionadas por empresas de factoring ou de consultoria de crédito, como no caso do FIDC Exodus I, os dados de diluição estão frequentemente incorporados nos dados de inadimplência e de perda na base de dados fornecida à Standard & Poor's. Este fato decorre da incapacidade comum das empresas de factoring ou de consultoria de crédito de rastrear o desempenho dos recebíveis após a recompra por parte dos cedentes, o que pode ocorrer poucos dias após o atraso no pagamento do direito creditório. Por essa razão, o cálculo da reserva dinâmica da Standard & Poor's para as transações originadas por empresas de factoring não incorpora uma Reserva de Diluição separada uma vez que a diluição já é capturada nos dados de perda analisados. Entendemos que a diversificação entre cedentes serve como um fator atenuante dos riscos de diluição e dos riscos operacionais em transações com vários cedentes.

Cálculo da Reserva de Perdas: A reserva necessária para cobrir perdas em consequência da falta de pagamento é calculada regularmente com base nos dados de desempenho histórico da carteira de recebíveis. A base para a determinação da reserva é um índice que mede as perdas como um percentual das vendas, na data em que o recebível inadimplido foi gerado. O índice de perdas (*loss ratio – LR*) calculado sobre as vendas é submetido a um fator de estresse (*stress factor – SF*) estipulado pela Standard & Poor's de acordo com os seguintes fatores principais: a categoria de rating da operação, o prazo médio dos direitos creditórios elegíveis ao FIDC, e as características e a qualidade da originação (único cedente ou vários cedentes selecionados por uma empresa de factoring ou consultoria de crédito), políticas de concessão de crédito e cobrança, critérios de elegibilidade, entre outros).

Desta forma: reserva de perdas = $LR \times SF$, sendo:

LR: Índice de perda: maior média móvel de três meses do *proxy* de perda observado, calculada durante o período de 12 meses encerrado na data de cálculo mais recente. Dado o desempenho histórico de recebimento de direitos creditórios em atraso originados pela SRM, a Standard & Poor's determinou o *proxy* de perda com base nos direitos creditórios vencidos após 60 dias de sua data de vencimento sobre o total de direitos creditórios originados em cada mês. O *proxy* estabelecido com base na análise dos dados históricos foi de 6,4%.

SF: Fator de estresse utilizado: 3,25x para o rating atribuído às cotas seniores ('brAAf') e 2,5x para o rating atribuído às cotas subordinadas ('brBBBf').

Resultado do cálculo da Reserva de Perdas requerida para cada classe de cotas:

Cotas seniores: $6,4\% \times 3,25 = 20,8\%$

Cotas subordinadas: $6,4\% \times 2,5 = 16\%$

Dimensionamento da Reserva Mínima: O componente da reserva mínima de crédito baseia-se nos limites de concentração em um único cedente ou sacado do Fundo.

A reserva mínima foi estabelecida pela análise de concentração máxima por sacados e cedentes, e a utilização de um múltiplo de concentração condizente com os ratings atribuídos:

Fator de concentração para a categoria de rating 'brAAf' (cotas seniores): 4,0x

Fator de concentração para a categoria de rating 'brBBBf' (cotas subordinadas classe A): 2,5x

Maior concentração (cedente): 7%

Reserva mínima para cotas seniores: $4,0 \times 7,0\% = 28\%$

Reserva mínima para cotas mezanino: $2,5 \times 7,0\% = 17,5\%$

Dado que o Fundo estabelece que o limite de concentração para os dez maiores cedentes deve ser de 30% do Patrimônio Líquido do FIDC, entendemos que a concentração nos 4 maiores cedentes (com base no múltiplo de 4,0x para o nível brAAf) e nos 2,5 maiores cedentes (com base no múltiplo de 2,5x para o nível brBBBf) deverá ser consideravelmente inferior ao resultado do cálculo da reserva mínima, de 28% e 17,5%, respectivamente. Por conta da esperada diversificação da carteira por cedentes, entendemos que o reforço de qualidade de crédito mínimo de 27% para as cotas seniores e de 16,75% para as cotas mezanino do FIDC Exodus I é adequado para os ratings atribuídos, ainda que em níveis ligeiramente inferiores ao cálculo da reserva mínima (28% e 17,5%, respectivamente). No dia 29 de maio de 2009, os 4 maiores cedentes do FIDC Exodus I representavam aproximadamente 5% do PL do FIDC. Este dado não reflete o conceito de grupo econômico, uma vez que as informações consolidadas por grupo econômico ainda não foram disponibilizadas à Standard & Poor's. Esperamos receber estas informações consolidadas antes de atribuir um rating final às cotas do FIDC.

Eventos de Avaliação do FIDC Exodus I

Qualquer uma das situações abaixo será considerada um evento de consulta que, por sua vez, obrigará o FIDC a realizar uma Assembléia Geral de Cotistas para deliberar sobre os procedimentos a serem tomados.

Os Eventos de Avaliação mais relevantes são:

- Caso os níveis de subordinação observados, tanto para as cotas seniores quanto para as cotas mezanino, sejam inferior ao mínimo estabelecido por cinco dias úteis consecutivos, contados do recebimento do aviso de desenquadramento pelos cotistas subordinados;
- Inobservância dos critérios de diversificação estabelecidos (concentração por sacado, cedente, por tipo de direito creditório e por setor);
- Caso as amortizações programadas não sejam efetuadas nas datas estabelecidas.

Eventos de Liquidação Antecipada do FIDC Exodus I

Qualquer um dos eventos a seguir será considerado um caso de liquidação, que, por sua vez, obrigará o FIDC a: (i) informar os cotistas a respeito do evento; (ii) suspender os pagamentos de amortização de quaisquer cotas seniores em aberto; e (iii) convocar uma assembleia geral dos cotistas seniores para decidir sobre os procedimentos para a liquidação do FIDC.

Os eventos de liquidação antecipada mais relevantes são:

- Cessação ou renúncia da administradora, sem que seja substituída por outra instituição;
- Resilição do contrato de custódia, sem que seja denominado um novo custodiante para a operação;
- Resilição do contrato de gestão ou alteração no controle da gestora.

Análise de Sensibilidade

Como parte de nossa iniciativa “Novas Ações da Standard & Poor’s” (para mais informações consulte “*A Listing of S&P’s New Actions Aimed At Strengthening The Ratings Process*”, publicado em 7 de fevereiro de 2008, apresentamos uma análise de cenários com o objetivo de auxiliar os investidores a entenderem de forma mais profunda o perfil de risco de operações específicas e de prover informações abrangentes sobre as circunstâncias em que nossos ratings poderiam se alterar (ou as operações se tornarem inadimplentes) com relação a uma dada classe de ativos, frente a um conjunto determinado de circunstâncias econômicas.

Como uma desaceleração do crescimento econômico e uma potencial recessão econômica poderia afetar a performance do Exodus I FIDC?

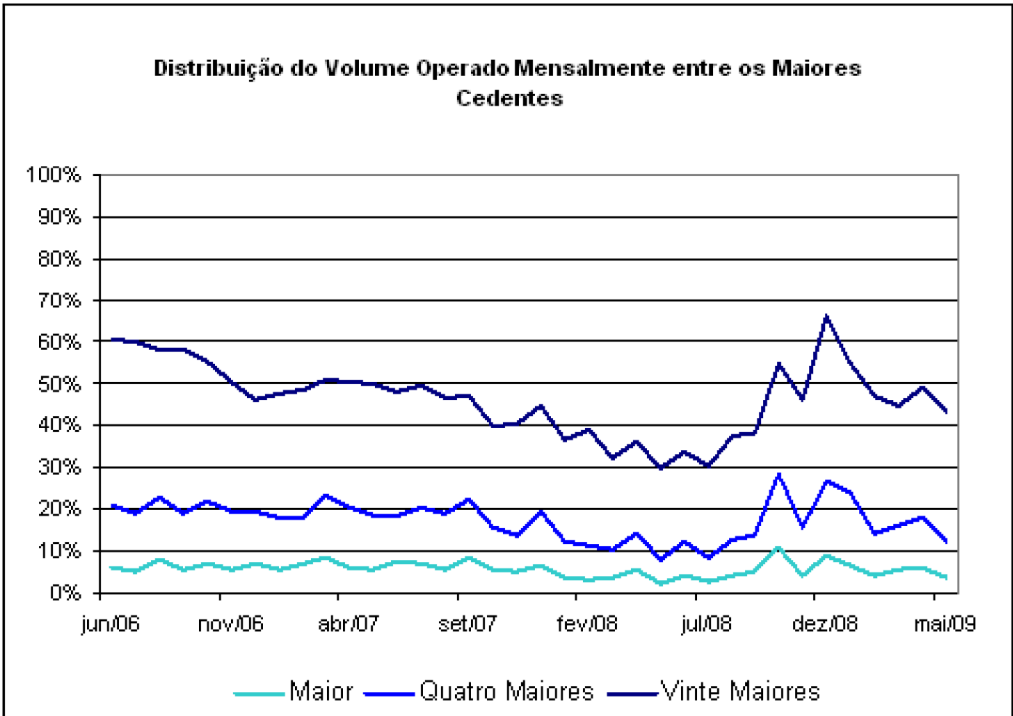
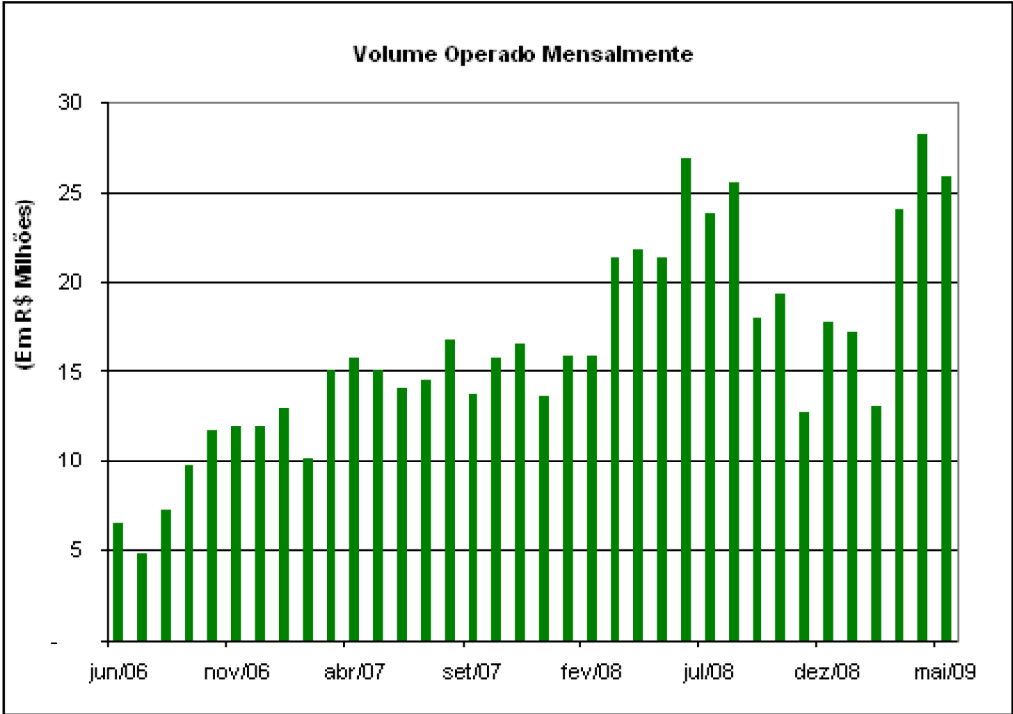
A maioria dos cedentes e sacados relacionados ao FIDC é formada por pequenas empresas, que são potencialmente mais sensíveis a um ambiente econômico menos favorável. Em um cenário de escassez de liquidez, como o atual, os agentes do mercado de crédito são muito mais seletivos, reduzindo seu volume de operação e retendo mais ativos líquidos, com menor risco de crédito e de mercado. A escassez de crédito pode afetar a liquidez destas empresas, e potencialmente, aumentar os indicadores de inadimplência e de perda.

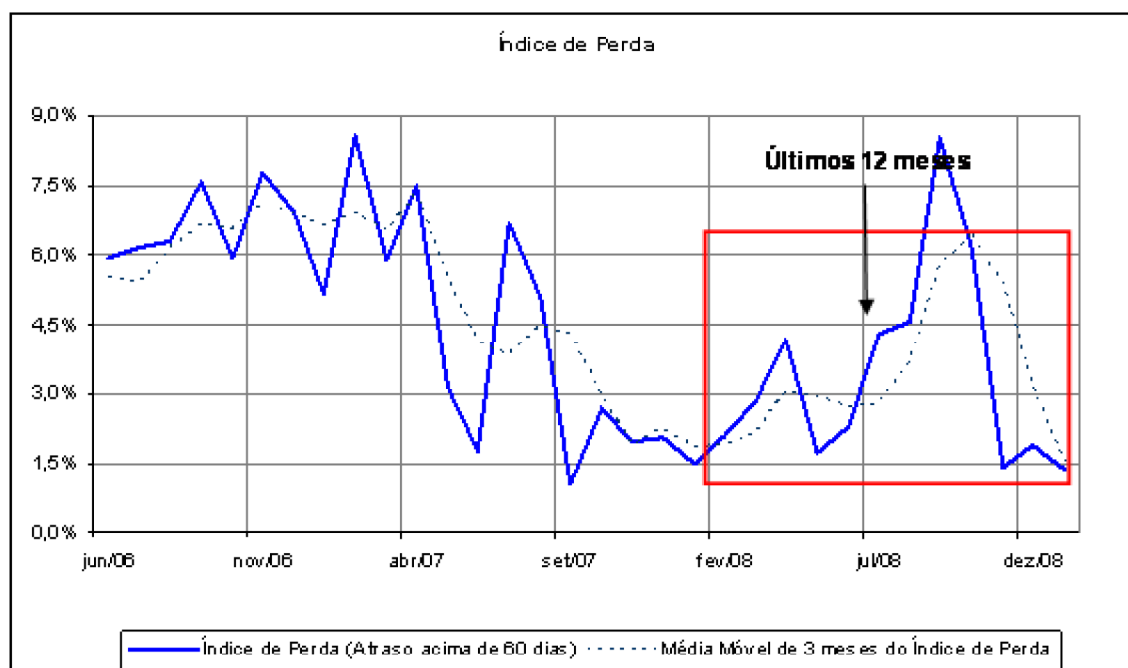
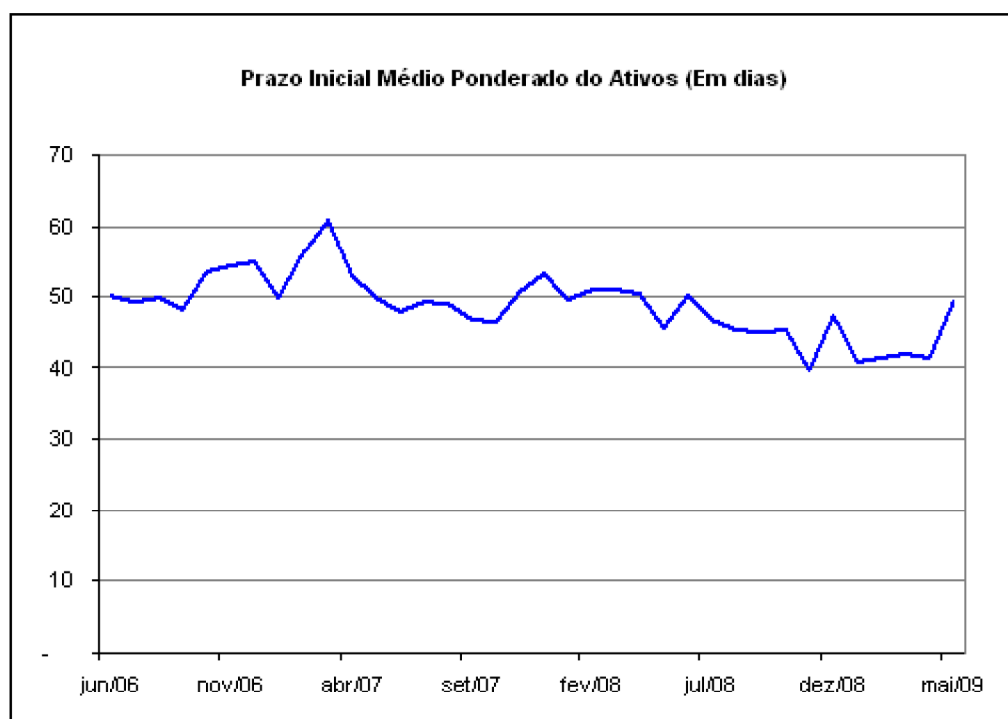
Adicionalmente, em um cenário de desaceleração econômica, com um aumento na taxa de desemprego e uma diminuição da produção, a atividade operacional dos devedores do Fundo poderia ser afetada, uma vez que o nível de consumo potencialmente diminuiria, impactando o resultado destas empresas. Entretanto, a natureza de curto prazo dos ativos elegíveis, os quais possuem um prazo médio de 42 dias, além da prudência e cautela demonstradas pela SRM nos últimos meses, podem mitigar parcialmente o risco de uma profunda deterioração dos índices de inadimplência e perda da carteira do Fundo.

Que índice de perda o Exodus I FIDC pode suportar no cenário econômico atual?

Em razão do rápido giro dos ativos, a Standard & Poor’s assume como cenário base que o nível de subordinação mínimo definido pelo regulamento do Exodus I FIDC será mantido em cada um dos giros da carteira. Porém, em uma situação de rápida deterioração dos indicadores de desempenho dos ativos, no qual o nível de subordinação se desenquadrasse dos parâmetros definidos pelos documentos do FIDC, provavelmente um evento de liquidação antecipada seria acionado. Neste cenário, a estrutura de fluxo de caixa poderia suportar uma perda acumulada próxima a 27% e ainda assim o FIDC estaria apto a honrar o pagamento do resgate dos cotistas seniores, enquanto que o índice suportado para o pagamento do resgate para os cotistas mezanino é de 16,5%. Os ratings atribuídos às cotas do FIDC poderão sofrer pressão de rebaixamento se os índices de desempenho da carteira se deteriorarem de forma expressiva, afetando negativamente o cálculo da reserva para perdas, sem que seja feito um ajuste compatível no nível de subordinação do FIDC de forma a atender os parâmetros da Standard & Poor’s para os ratings atribuídos.

Desempenho Histórico da Carteira





Contatos da Standard & Poor's:

Analista Principal: Jean-Pierre Cote Gil, São Paulo, 55 (11) 3039-9743,
jp_gil@standardandpoors.com;

Analista de Monitoramento: Leandro de Albuquerque, São Paulo, 55 (11) 3039-9729,
leandro_albuquerque@standardandpoors.com

Publicado pela Standard & Poor's, uma Divisão da The McGraw-Hill Companies, Inc. Escritórios Executivos: 1221 Avenue of the Americas, Nova York, NY 10020. Escritório Editorial: 55 Water Street, Nova York, NY 10041. Atendimento ao Assinante: (1) 212-438-7280. Copyright 2009 pela The McGraw-Hill Companies, Inc.

A reprodução total ou parcial deste documento é expressamente proibida exceto mediante autorização prévia. Todos os direitos reservados. Todas as informações foram obtidas pela Standard & Poor's de fontes que ela considera confiáveis. Entretanto, em

função da possibilidade de erro humano ou mecânico por parte da Standard & Poor's ou de suas fontes ou de outros, a Standard & Poor's não garante a precisão, a adequação ou a completude de quaisquer informações e não se responsabiliza por quaisquer erros ou omissões ou por quaisquer resultados obtidos ao se utilizar tais informações. Os ratings representam uma opinião, não a declaração de fatos ou uma recomendação para comprar, vender ou manter qualquer título ou valor mobiliário.

Os serviços analíticos oferecidos pela Standard & Poor's Ratings Services ("Divisão de Ratings") resultam de atividades separadas destinadas a preservar a independência e objetividade das opiniões nas quais se baseiam os ratings. Os ratings são opiniões, não sendo, portanto, declarações de fatos, nem recomendações de compra, manutenção ou venda de nenhum título. Os ratings baseiam-se em informações recebidas pela Divisão de Ratings Services. Outras divisões da Standard & Poor's podem possuir informações não disponíveis à Divisão de Ratings Services. A Standard & Poor's estabeleceu políticas e procedimentos cujo objetivo é manter a confidencialidade de informações não públicas recebidas ao longo do processo de atribuição de ratings. A Divisão de Ratings Services é remunerada pela atribuição de ratings. Tal compensação é normalmente paga ou pelo emissor dos títulos avaliados ou por terceiros que participam da negociação de tais títulos. Embora a Standard & Poor's se reserve o direito de disseminar os ratings por ela atribuídos, esta não recebe remuneração por fazê-lo, exceto pelas assinaturas de suas publicações. Quaisquer informações adicionais sobre as tarifas cobradas pela atribuição de ratings por parte da Divisão de Ratings Services estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usratingsfees.

The McGraw-Hill Companies

ANEXO VII
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVA AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 30 DE
ABRIL DE 2008



**Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
da Indústria Exodus I**
(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e
Valores Mobiliários S.A.)

**Demonstrações financeiras
em 30 de abril de 2008 e 2007**



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores
Mobiliários S.A.)

Demonstrações financeiras

em 30 de abril de 2008 e 2007

Conteúdo

Parecer dos auditores independentes	3
Demonstração da composição e diversificação das aplicações	4
Demonstrações das evoluções do patrimônio líquido	5
Notas explicativas às demonstrações financeiras	6 - 22



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01080-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Parecer dos auditores independentes

Aos

Cotistas e à Administradora do

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

São Paulo - SP

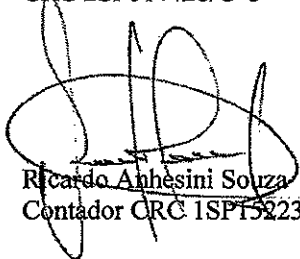
Examinamos a demonstração da composição e diversificação das aplicações do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I em 30 de abril de 2008 e as demonstrações das evoluções do patrimônio líquido, correspondentes aos exercícios findos em 30 de abril de 2008 e 2007, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Fundo; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Fundo, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I em 30 de abril de 2008 e as mutações de seu patrimônio líquido, correspondentes aos exercícios findos em 30 de abril de 2008 e 2007, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 27 de junho de 2008

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Ricardo Anthesini Souza
Contador CRC 1SP152233/O-6

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Demonstração da composição e diversificação das aplicações em 30 de abril de 2008

(Em milhares de Reais)

Aplicações/especificação	Valor atual	% sobre patrimônio líquido
Disponibilidades	<u>292</u>	<u>0,82</u>
Banco conta movimento	292	0,82
Títulos públicos	<u>29</u>	<u>0,08</u>
Notas do Tesouro Nacional - Série B	29	0,08
Títulos privados	<u>1.010</u>	<u>2,82</u>
Certificado de Depósito Bancário		
Banco Paulista S.A.	96	0,27
Banco Schahin S.A.	914	2,55
Direitos creditórios	<u>34.712</u>	<u>96,92</u>
Direitos creditórios a vencer	30.148	84,18
Direitos creditórios vencidos	5.886	16,43
(-) Provisão para devedores duvidosos	(1.322)	(3,69)
Valores a pagar	<u>(228)</u>	<u>(0,64)</u>
Taxa de administração	(15)	(0,04)
Outros	(213)	(0,60)
Patrimônio líquido	<u>35.815</u>	<u>100,00</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria
Exodus I**

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores
Mobiliários S.A.)

Demonstrações das evoluções do patrimônio líquido

Exercícios findos em 30 de abril de 2008 e 2007

(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário das cotas)

	2008	2007
Patrimônio líquido no início do exercício		
Cotas seniores II - 2ª distribuição 93,891 cotas a R\$ 47.915,310109	4.499	-
Cotas seniores II - 3ª distribuição 25,000 cotas a R\$ 109.848,710000	2.746	-
Cotas seniores II - 4ª distribuição 10,000 cotas a R\$ 107.925,958000	1.079	-
Cotas seniores II - 5ª distribuição 40,584 cotas a R\$ 53.808,361448	2.184	-
Cotas subordinadas 194,062 cotas a R\$ 75.514,434937	14.655	-
Cotas subordinadas B 27,000 cotas a R\$ 77.446,261111	2.091	-
Cotas seniores I 8,000 cotas a R\$ 28.846,885750	-	231
Cotas seniores II 12,000 cotas a R\$ 28.555,802904	-	343
Cotas seniores I - 2ª distribuição 38,196 cotas a R\$ 40.528,580027	-	1.548
Cotas seniores II - 2ª distribuição 89,066 cotas a R\$ 41.308,322053	-	3.679
Cotas seniores III 40,000 cotas a R\$ 28.469,438957	-	1.139
Cotas subordinadas 165,894 cotas a R\$ 48.091,874722	-	7.978
Cotas seniores incorporadas		
Cotas seniores I 8,000 cotas	-	(260)
Cotas seniores II 12,000 cotas	-	(386)
Cotas seniores III 40,000 cotas	-	(1.299)
Cotas escalares convertidas em cotas subordinadas		
Cotas subordinadas (seniores I) 3,462 cotas	-	260
Cotas subordinadas (seniores II) 5,141 cotas	-	386
Cotas subordinadas (seniores III) 17,287 cotas	-	1.299
Cotas emitidas		
Cotas seniores II 5ª distribuição 59,416 cotas	3.248	-
Cotas seniores II 6ª distribuição 200,000 cotas	10.007	-
Cotas seniores II 7ª distribuição 34,000 cotas	1.700	-
Cotas seniores II 8ª distribuição 20,000 cotas	1.000	-
Cotas seniores I 2ª distribuição 12,047 cotas	-	490
Cotas seniores II 2ª distribuição 4,825 cotas	-	200
Cotas seniores II 3ª distribuição 25,000 cotas	-	2.500
Cotas seniores II 4ª distribuição 10,000 cotas	-	1.000
Cotas seniores II 5ª distribuição 40,584 cotas	-	2.082
Cotas subordinadas 2,278 cotas	-	140
Cotas subordinadas B 27,000 cotas	-	2.025
Amortização de cotas		
Cotas seniores I 2ª distribuição	-	(1.872)
Cotas seniores II 4ª distribuição	(575)	-
Cotas subordinadas	(7.864)	(71)
Resgate de cotas		
Cotas seniores I 2ª distribuição 50,243 cotas	-	(387)
Cotas seniores II 2ª distribuição 93,891 cotas	(3.786)	-
Cotas seniores II 4ª distribuição 10,000 cotas	(500)	-
Cotas subordinadas B 27,000 cotas	(2.025)	-
Variação no resgate de cotas		
Cotas seniores II 2ª distribuição	(1.178)	-
Cotas seniores II 4ª distribuição	(110)	-
Cotas subordinadas B	(40)	-
Patrimônio líquido antes do resultado do exercício	27.131	21.025
Resultado do exercício		
Receitas	10.534	9.871
Rendas com operações de crédito	8.529	9.719
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	8	68
Rendas de títulos e valores mobiliários	405	38
Outras rendas operacionais	-	46
Reversão de provisão para devedores duvidosos	1.592	-
Despesas	(1.830)	(3.642)
Provisão para devedores duvidosos	-	(2.575)
Taxa de administração	(151)	(103)
Taxa de distribuição	(248)	-
Outras despesas operacionais	(117)	-
Despesas administrativas	(1.536)	(964)
Resultado do exercício	8.694	6.229
Patrimônio líquido no fim do exercício	35.815	27.254
Cotas seniores II - 3ª distribuição 25,000 cotas a R\$ 123.293,776000	3.082	-
Cotas seniores II - 5ª distribuição 100,000 cotas a R\$ 61.068,061339	6.107	-
Cotas seniores II - 6ª distribuição 200,000 cotas a R\$ 51.517,861253	10.304	-
Cotas seniores II - 7ª distribuição 34,000 cotas a R\$ 51.060,518235	1.736	-
Cotas seniores II - 8ª distribuição 20,000 cotas a R\$ 50.381,620000	1.011	-
Cotas subordinadas 194,062 cotas a R\$ 69.951,083363	13.575	-
Cotas seniores II - 2ª distribuição 93,891 cotas a R\$ 47.915,310109	-	4.499
Cotas seniores II - 3ª distribuição 25,000 cotas a R\$ 109.848,710000	-	2.746
Cotas seniores II - 4ª distribuição 10,000 cotas a R\$ 107.925,958000	-	1.079
Cotas seniores II - 5ª distribuição 40,584 cotas a R\$ 53.808,361448	-	2.184
Cotas subordinadas 194,062 cotas a R\$ 75.514,434937	-	14.655
Cotas subordinadas B 27,000 cotas a R\$ 77.446,261111	-	2.091

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 30 de abril de 2008 e 2007

1 Contexto operacional

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I iniciou suas atividades em 22 de junho de 2005 e foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado, a partir da 1ª data de emissão de cotas.

O objetivo do Fundo é proporcionar a seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aquisição pelo Fundo: (i) de Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito, tudo nos termos do Contrato de Cessão; e (ii) de Ativos Financeiros.

Os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo são originados, preponderantemente, por operações de natureza industrial, facultado à Administradora destinar o que exceder à parcela preponderante do patrimônio líquido do Fundo à aquisição de Direitos de Créditos originados por operações comerciais e de prestação de serviços.

O Fundo poderá, manter a totalidade do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos de Créditos em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, exclusivamente, em (i) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN; (ii) certificado e recibos de depósito bancário de emissão de instituições financeiras que contêm com classificação de baixo risco de crédito por agências classificadoras de risco autorizadas a atuar no país; e/ou (iii) fundos mútuos de investimento de renda fixa de perfil conservador que sejam administrados por instituições financeiras que contêm com classificação de baixo risco de crédito por agências classificadoras de risco autorizadas a atuar no país, até o limite de 10% do Patrimônio Líquido.

O Fundo não poderá realizar aplicações em direitos creditórios da instituição administradora e/ou de sua coobrigação, bem como de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Cedente, da Administradora, do Custodiante ou de suas partes relacionadas, nem do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Não obstante a diligência da Administradora no gerenciamento dos recursos do Fundo, a política de investimento coloca em risco o patrimônio deste, pelas características dos ativos que o compõem os quais o sujeitam às oscilações do mercado e aos riscos de crédito inerente a tais investimentos, podendo, inclusive, ocorrer perda do capital investido

2 Elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, complementadas pelas normas previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e por demais orientações emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

3 Descrição das principais práticas contábeis

a. Títulos públicos

Os títulos públicos integrantes da carteira são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos (curva) até a data do balanço, e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável, em função da classificação dos títulos - Nota 4.

b. Títulos privados

Os títulos privados integrantes da carteira são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos (curva) até a data do balanço.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

c. Direitos creditórios a receber

i. Direitos creditórios a vencer

São avaliados pelo seu valor de aquisição, e acrescidos de juros calculados com base na taxa interna de retorno dos contratos, pelo critério *pro rata temporis*. A taxa interna de retorno foi calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimento dos direitos creditórios.

ii. Direitos creditórios vencidos e não pagos

Estão integralmente registrados pelo valor contratado, acrescido dos rendimentos até a data do seu vencimento.

iii. Provisão para Devedores Duvidosos (PDD)

Os Direitos Creditórios são classificados de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2682/99 do Banco Central do Brasil, que requer a análise da carteira quanto ao atraso das operações.

O Fundo considera como perda todos os direitos creditórios em atraso superior a 180 dias. Nesses casos, efetua a provisão da integralidade dos valores devidos e não pagos ao fundo.

Caso os créditos inadimplentes sejam de alguma forma, recuperados após o provisionamento, estes são destinados exclusivamente e integralmente ao Fundo sendo revertida a provisão anteriormente constituída.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

4 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias específicas de acordo com a intenção de negociação, atendendo aos seguintes critérios para contabilização:

- i. **Títulos para negociação** - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado;
- ii. **Títulos mantidos até o vencimento** - Incluem os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos.

a. Composição da carteira

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira e suas respectivas faixas de vencimento estão assim classificados:

	R\$ mil			Faixas de vencimento
	Curva	Valor de mercado	Resultado	
Títulos para negociação				
Títulos de emissão do Tesouro Nacional:				
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	<u>29</u>	<u>29</u>	-	Após 1 ano
Total dos títulos para negociação	<u>29</u>	<u>29</u>	-	

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

O Fundo mantém, em sua carteira títulos privados (CDB), atualizados pela variação do certificado de depósito interbancário (CDI) classificados como títulos para negociação, no valor total de R\$ 1.010 mil com vencimento após 1 ano.

b. Títulos de renda fixa

- **Pós-fixados** - É utilizado o fluxo de caixa descontado. As taxas de desconto/indexadores utilizados são informações/projeções divulgadas por boletins ou publicações especializadas (ANDIMA).

5 Instrumentos financeiros derivativos

O Fundo poderá realizar operações em mercados de derivativos, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas. No exercício findo em 30 de abril de 2008 o Fundo não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

6 Rating

O Fundo é avaliado trimestralmente por empresa de rating especializada, conforme detalhado no prospecto, tendo sido contratada para avaliação Austin Rating, que atribuiu o rating AA- ("duplo A menos) em 26 de fevereiro de 2008, na sua escala nacional às cotas seniores.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

7 Direitos creditórios

Os Direitos Creditórios são representados por duplicatas, cheques, notas promissórias e Cédulas de Crédito Bancário - CCBs. Será destinada a parcela de 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo à aquisição de Direitos de Crédito com lastro em operações do segmento econômico industrial, que serão originados conforme a atividade específica de cada uma das cedentes, nos termos das operações realizadas com seus respectivos devedores. A parcela excedente a 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo poderá ser destinada à aquisição de Direitos de Crédito com lastro em operações dos segmentos econômicos comerciais e de prestação de serviços, em ambos os casos, serão originados conforme a atividade específica de cada uma das Cedentes, nos termos das operações realizadas com suas respectivas contrapartes.

a. Critérios de elegibilidade

O Fundo somente adquirirá Direitos de Crédito que atendam, na Data de Aquisição e pagamento, cumulativamente, aos seguintes critérios de elegibilidade:

- i. Devem ser Direitos de Crédito originados por empresas com sede no país (independentemente de terem como sócios diretos ou indiretos pessoas físicas ou jurídicas sediadas no exterior), que atuem nos setores industrial, comercial ou de prestação de serviços no Brasil.
- ii. Os devedores dos Direitos de Crédito devem ser pessoas físicas ou jurídicas inscritas, respectivamente, no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.
- iii. Os prazos de vencimentos dos Direitos de Crédito devem ser de no máximo 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da formalização da respectiva cessão.
- iv. Não se enquadrarem nas especificações do Artigo 40, da Instrução CVM 356.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

b. Composição da Provisão para Devedores Duvidosos (PDD)

Contratos	Parcelas			PDD	PDD
	A vencer	Vencidos	Total	%	valor
A vencer e vencidos até 14 dias	27.286	2.257	29.543	0,5	148
Vencido entre 15 e 30 dias	887	1.184	2.071	1	21
Vencido entre 31 e 60 dias	1.658	494	2.152	3	64
Vencido entre 61 e 90 dias	40	506	546	10	55
Vencido entre 91 e 120 dias	96	476	572	30	172
Vencido entre 121 e 150 dias	14	170	184	50	92
Vencido entre 151 e 180 dias	167	487	654	70	458
Superior a 180 dias	-	312	312	100	312
	<u>30.148</u>	<u>5.886</u>	<u>36.034</u>		<u>1.322</u>

8 Gerenciamento de riscos

O Fundo deve aplicar preponderantemente em direitos creditórios, no entanto, pela sua própria natureza, a aplicação em direitos creditórios apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimentos. Assim, caso seja necessária a venda dos direitos creditórios, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda de patrimônio. Além disso, para o recebimento dos recursos oriundos dos direitos creditórios, depende-se da solvência dos devedores, que poderá ser afetada pelo desempenho da economia.

Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas ao Fundo e aos cotistas, hipóteses em que as Cedentes, a Administradora, o Custodiante não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelo cotista quando da amortização ou resgate de suas cotas.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

9 Valorização das cotas do Fundo

As Cotas do Fundo podem ser seniores ou subordinadas, correspondem a frações ideais de seu patrimônio e não serão resgatáveis.

As cotas seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a. Prioridade de amortização e/ou resgate em relação às cotas subordinadas,
- b. Valor Unitário de Emissão a ser fixado no respectivo Suplemento de Emissão;
- c. Valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate;
- d. Direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada cota sênior corresponderá 1 (um) voto.

O valor total das cotas seniores é equivalente ao somatório do valor das cotas seniores de cada série, ou o produto da divisão do patrimônio líquido pelo número de cotas seniores, dos dois o menor.

	Valor de sobretaxa do CDI - %
Cotas seniores I	100%
Cotas seniores II	100%
Cotas seniores III	110%
2º distribuição pública de cotas seniores - cotas seniores da 1º série	110%
2º distribuição pública de cotas seniores - cotas seniores da 2º série	115%
3º distribuição pública de cotas seniores - cotas seniores da 2º série	108%
4º distribuição pública de cotas seniores - cotas seniores da 2º série	115%
5º distribuição pública de cotas seniores - cotas seniores da 2º série	
	Taxa média do CDI acrescido de 2% ao ano

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

	Valor de sobretaxa do CDI - %
6º distribuição pública de cotas seniores - cotas seniores da 2ª série	Taxa média do CDI acrescido de 2% ao ano
7º distribuição pública de cotas seniores - cotas seniores da 2ª série	Taxa média do CDI acrescido de 2% ao ano
8º distribuição pública de cotas seniores - cotas seniores da 2ª série	Taxa média do CDI acrescido de 2% ao ano

As cotas subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a. Subordinam-se às cotas seniores para efeito de amortização e resgate;
- b. Somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das cotas seniores em circulação, admitindo-se o resgate em Direitos de Crédito;
- c. Valor unitário de emissão de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) na 1ª emissão de cotas subordinadas, sendo as cotas subordinadas emitidas posteriormente terão seu valor unitário de emissão conforme regulamento;
- d. Valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate;
- e. Direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada cota subordinada corresponderá 1 (um) voto.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

10 Emissões e resgate de cotas

a. Emissão

As cotas seniores e as cotas subordinadas são emitidas por seu valor na data em que os recursos são colocados pelos Investidores Qualificados, conforme o caso, à disposição do Fundo (valor da cota de abertura de D+0), por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

b. Resgate de cotas

Em 13 de julho de 2007 as cotas subordinada B foram resgatadas em sua totalidade.

Em 15 de fevereiro de 2008 as cotas seniores II - 2º distribuição foram resgatadas em sua totalidade.

Em 29 de abril de 2008 as cotas seniores II - 4º distribuição foram resgatadas em sua totalidade.

c. Resgate de cotas

Data	Classe/Série	R\$ mil	Quantidade
13/07/2007	Subordinada B	2.065	27,000
15/02/2008	Sênior II - 2º distribuição	4.964	93,891
29/04/2008	Sênior II - 4º distribuição	610	10,000

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

d. Amortização de cotas

O Fundo poderá realizar amortizações programadas de qualquer série de cotas seniores a ser emitida, de acordo com as condições estabelecidas no respectivo Suplemento. Desde que o Patrimônio Líquido permita e o Fundo tenha disponibilidades para tanto, a Assembléia Geral poderá determinar alterações nas amortizações programadas de uma ou mais séries específicas de cotas seniores em circulação, nas datas e valores a serem estipulados na referida Assembléia Geral.

Caso a data de pagamento dos valores devidos aos cotistas não seja um dia útil, a Administradora efetuará o pagamento no dia útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

e. Quadro de amortização

Classe/Série	Data de amortização	Total amortizado
Sênior II - 4º distribuição	31/10/2007	575
		575
Subordinada	08/05/2007	36
	08/06/2007	75
	14/06/2007	75
	05/07/2007	62
	06/07/2007	87
	06/08/2007	110
	10/08/2007	98
	05/09/2007	37
	06/09/2007	98
	10/09/2007	37
	18/09/2007	2.600
	05/10/2007	37

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Classe/Série	Data de amortização	Total amortizado
	10/10/2007	69
	22/10/2007	103
	01/11/2007	44
	07/11/2007	122
	12/11/2007	61
	19/11/2007	86
	22/11/2007	49
	26/11/2007	30
	29/11/2007	61
	06/12/2007	87
	24/12/2007	295
	07/01/2008	345
	28/01/2008	122
	07/02/2008	147
	19/02/2008	171
	06/03/2008	135
	18/03/2008	233
	27/03/2008	111
	04/04/2008	196
	08/04/2008	1.530
	11/04/2008	147
	22/04/2008	74
	29/04/2008	<u>294</u>
		<u>7.864</u>

f. Relação das cotas sênior

Desde a 1ª data de emissão de cotas seniores até a última data de resgate, a Administradora verificará, todo dia útil se a razão de garantia (relação entre o valor do patrimônio líquido e o valor total das quotas seniores do Fundo) é igual ou superior a 150%.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

**(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores
Mobiliários S.A.)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Caso a razão de garantia seja inferior a 150%, a Administradora deverá comunicar os titulares de cotas subordinadas para que decidam se realizarão aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo á razão de garantia, mediante a emissão e subscrição de novas cotas subordinadas.

Caso a razão de garantia seja superior a 150%, a Administradora poderá realizar a amortização parcial das cotas subordinadas, até o limite de excesso de cobertura, mediante solicitação dos respectivos cotistas, desde que não tenha ocorrido e esteja em curso qualquer Evento de liquidação.

11 Negociação de cotas

As cotas seniores são registradas para a negociação em bolsa de valores observado que: (i) os cotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas cotas; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das cotas sejam Investidores Qualificados.

12 Custódia

Os títulos públicos e as operações compromissadas estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil, os títulos privados estão registrados na CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação Os títulos representativos dos direitos creditórios são custodiados na empresa SRM Consultoria e Cobrança Ltda. que foi contratada como fiel depositária da documentação relativa aos direitos creditórios.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

13 Encargos do Fundo

Taxa de administração

Pela administração e gestão do Fundo, a Administradora receberá taxa de administração mensal, sendo calculada e provisionada todo dia útil, conforme a seguinte fórmula:

$$TA = ((tx/252)/100) \times PL(D-1)$$

Onde:

TA: Taxa de Administração

Tx: 0,5% (meio por cento)

PL(D-1): Patrimônio Líquido do Fundo no dia útil imediatamente anterior à data de pagamento. O valor mínimo mensal da taxa de administração será de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) ao mês. A taxa de Administração será paga no quinto dia útil do mês subsequente à sua apuração e provisionamento.

14 Contingências passivas

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria - Exodus I é parte passiva em 41 ações judiciais, em 30 de abril de 2008, perante vários tribunais envolvendo questões de reparação de danos na esfera cível, decorrentes do curso normal das operações de Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, sendo originados preponderantemente, por operações de natureza industrial, podendo adquirir operações de Direitos Creditórios oriundos de prestação de serviços e comerciais.

O Fundo, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes em 30 de abril de 2008, apresenta a seguinte situação:

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Classificação de passivo contingente	Risco estimado	% sobre os ativos
Provável	R\$ 179 mil	0,50%
Possível	R\$ 8 mil	0,02%
Remoto	R\$ 3 mil	0,01%

Os passivos contingentes apresentados acima não estão provisionados na data base de 30 de abril de 2008.

15 Evolução do valor da cota e rentabilidade

	Data	Cota (R\$)	Rentabilidade (%)
1º série	30/03/2007	32.513,367500	12,71
	30/04/2006	28.846,888750	15,39
	22/06/2005	25.000,000000	-
1º série - 2º distribuição	29/03/2007	7.700,922853	13,86
	30/04/2006	40.528,580027	1,32
	29/03/2006	40.000,000000	-
2º série	30/03/2007	32.189,801395	12,71
	30/04/2006	28.559,802904	14,24
	12/07/2005	25.000,000000	-
2º série 2º - distribuição	15/02/2008	52.864,562538	10,33
	30/04/2007	47.915,310109	15,99
	30/04/2006	41.308,322053	3,27
	17/02/2006	40.000,000000	-
2º série 3º - distribuição	30/04/2008	123.293,776000	12,24
	30/04/2007	109.848,710000	9,85
	15/08/2006	100.000,000000	-

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

	Data	Cota (R\$)	Rentabilidade (%)
2º série 4º - distribuição	29/04/2008	60.961,746000	12,97 (*)
	30/04/2007	107.925,958000	7,93
	10/10/2006	100.000,000000	-
2º série 5º - distribuição	30/04/2008	61.068,061339	13,49
	30/04/2007	53.808,361448	7,62
	19/10/2006	50.000,000000	-
2º série 6º - distribuição	30/04/2008	51.517,861253	3,04
	31/01/2008	50.000,000000	-
2º série 7º - distribuição	30/04/2008	51.060,518235	2,12
	28/02/2008	50.000,000000	-
2º série 8º - distribuição	30/04/2008	50.581,620000	1,16
	27/03/2008	50.000,000000	-
3º série	30/03/2007	32.474,078201	14,07
	30/04/2006	28.469,438957	13,88
	10/08/2005	25.000,000000	-
Subordinada	30/04/2008	69.951,083363	58,79 (*)
	30/04/2007	75.514,434937	75,83
	30/04/2006	48.091,874722	92,37
	22/06/2005	25.000,000000	-
Subordinada B	13/07/2007	76.500,000000	(1,22)
	30/04/2007	77.446,261111	3,26
	03/04/2007	75.000,000000	-

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados.

(*) Para efeito do percentual da rentabilidade foram incluídos as amortizações do exercício apresentadas na nota 10d, representando o efetivo resultado auferido pelos cotistas.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

16 Tributação

Os rendimentos auferidos serão tributados pelas regras abaixo:

- Seguindo a expectativa da Administradora e do Gestor de manter a carteira do Fundo, exceto direitos creditórios, com prazo médio superior a trezentos e sessenta e cinco dias, calculado conforme metodologia regulamentada pela Secretaria da Receita Federal, os rendimentos auferidos estarão sujeitos ao imposto de renda retido na fonte às seguintes alíquotas, entre a data de aplicação e a data de amortização/resgate:
 - i. 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
 - ii. 20% em aplicações com prazo de 181 a 360 dias;
 - iii. 17,5% em aplicações com prazo de 361 a 720 dias;
 - iv. 15% em aplicações com prazo superior a 720 dias.

A regra tributária acima descrita não se aplica aos cotistas sujeitos a regras de tributação específicas, na forma da legislação em vigor.

17 Contrato de prestação de serviço de controladoria e custódia

A Administradora contratou o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão para prestar serviços de tesouraria, custódia, escrituração de cotas e controle de ativos e passivos relativos a este Fundo, de acordo com as normas legais e regulamentares.

18 Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, registre-se que a Administradora, no período, não contratou outros serviços prestados pelos seus auditores independentes relacionados aos fundos de investimento por ela administrados. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

ANEXO VIII
INFORMAÇÕES PERIÓDICAS RELATIVAS AO PERÍODO ENCERRADO EM SETEMBRO DE 2008



São Paulo, 30 de outubro de 2008.

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA
EXODUS I**

CNPJ: 07.399.646/0001-32

Classificação de Risco Standard & Poor's: brAAf

TERCEIRO RELATÓRIO TRIMESTRAL 2008

No período de julho a setembro, o FIDC da Indústria Exodus I, teve seu patrimônio líquido evoluído de 42.179.947,00 (quarenta e dois milhões cento e setenta e nove mil novecentos e quarenta e sete reais) para R\$ 42.398.452,99 (quarenta e dois milhões trezentos e noventa e oito mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e noventa e nove centavos).

As amortizações de cotas subordinadas no período totalizaram R\$ 1.601.000,04 (hum milhão seiscentos e um mil reais e quatro centavos).

As operações de compra de recebíveis, envolvendo Cedentes até 30/09/2008, foram realizadas em observância da política de investimentos, em especial os artigos 13 e 14 de seu Regulamento.

A Razão de Garantia ficou em 166,03% em 30/09/2008, acima do mínimo regulamentar.

CESSÕES DE DIREITOS CREDITÓRIOS – 30/06/2008 A 30/09/2008

O fundo realizou operações novas durante o período supracitado, utilizando uma taxa média que é compatível com o mercado para o setor

Informamos que as taxas de desconto aplicadas nas aquisições dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, oscilam de operação para operação, dificultando a sinalização de uma taxa de referência.

Abaixo, evidenciamos a quantidade de operações e os valores totais na aquisição de recebíveis.

Mês	Total em direitos creditórios – R\$	Número de operações / mês
Julho 2008	23.442.009,27	794
Agosto 2008	25.206.266,27	731
Setembro 2008	17.096.231,56	554

ATUALIZAÇÃO DO RELATÓRIO DE RATING. A **Standard & Poor's**, em relatório de 27/10/2008, indicou a classificação do risco das quotas seniores em brAAf.

Verificação do Lastro por Amostragem

Realizada pela KPMG em maio de 2008, não apontou irregularidades.



Gradual Corretora de Câmbio,
Títulos e Valores Mobiliários S/A

Utilização de metodologia e ferramentas de auditoria para amostragem. Admitindo um intervalo de confiança de 95% (noventa e cinco por cento), a amostra (n) selecionada será calculada mediante utilização da seguinte fórmula:

$$n_o = \frac{1}{E_o^2}$$

$$A = \frac{N \times n_o}{N + n_o}$$

Sendo:

E_o = Erro Estimado

A = Tamanho da Amostra

N = População Total

n_o = Fator Amostral

- (i.i). O erro amostral tolerável representa a diferença entre o valor que a estatística pode acusar e o verdadeiro valor do parâmetro que se deseja estimar. Portanto, o erro amostral tolerável é a margem de erro aceitável em um estudo estatístico.

Atenciosamente,

Agostinho Renoldi Junior
Diretor

**ADMINISTRADORA E COORDENADORA
GRADUAL CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Avenida Juscelino Kubitschek 50, 5º e 6º andares
São Paulo, SP

**GESTORA
SRM CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS LTDA.**

Alameda Cleveland, 509, 2º andar, Campos Elíseos
São Paulo, SP

**CUSTODIANTE E AGENTE ESCRITURADOR
DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO**
Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.900, 13º, 14º e 15º andares
São Paulo, SP

**AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO
STANDARD & POOR'S**
Rua Brigadeiro Faria Lima 201, 18º andar
São Paulo, SP

**BANCO COBRADOR
BANCO DO BRASIL S.A.**
Av. São João, 32 - 2º andar
São Paulo, SP

**CONSULTORES JURÍDICOS
SOUZA, CESCONE AVEDESSIAN, BARRIEU E FLESCHE ADVOGADOS**
Rua Funchal, 418, 11º andar
São Paulo, SP

**AUDITORES
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES**
Dr. Renato Pares de Barros, 33
São Paulo, SP